



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - DOUTORADO

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE DORCELINA FOLADOR,
PREFEITA ASSASSINADA EM MUNDO NOVO (MS)**

DOURADOS/MS

2024

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE DORCELINA FOLADOR, PREFEITA ASSASSINADA EM MUNDO NOVO-MS

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE DORCELINA
FOLADOR, PREFEITA ASSASSINADA EM MUNDO NOVO (MS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Representações.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Colling

DOURADOS/MS

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237k Miranda, Guilherme Luís General.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE DORCELINA FOLADOR,
PREFEITA ASSASSINADA EM MUNDO NOVO-MS [recurso eletrônico] / Guilherme Luís
General Miranda. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: ANA MARIA COLING.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Dorcelina Folador 2. Mulheres na política 3. Violência de gênero 4. Feminicídio político.

I. Colling, Ana Maria. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

GUILHERME LUÍS GENERAL MIRANDA

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE DORCELINA
FOLADOR, PREFEITA ASSASSINADA EM MUNDO NOVO (MS)**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em ____ de ____ de 2024

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Dr.^a Ana Maria Colling (UFGD)

1º Examinador: Dr. Losandro Antônio Tedesch (UFGD)

2ª Examinadora: Dr.^a Cláudia Regina Nichnig (UFGD)

3ª Examinadora: Dr.^a Alzira Salete Menegat (UFGD)

4ª Examinadora: Dr.^a Márcia Maria de Medeiros (UEMS)

À memória de Dorcelina de Oliveira Folador.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de deixar um agradecimento especial à minha família. Minha amada esposa Danutta, pelo convívio e companheirismo, pela compreensão e paciência. Meu pai Oziel e minha mãe Verônica, minha irmã Joanna e meu cunhado Pablo. Agradeço por tudo que sempre fizeram por mim. O apoio de vocês é parte fundamental da minha trajetória.

Agradeço em especial à amiga Jéssica por ter me colocado em contato com as pessoas e, conseqüentemente, todo o material disponibilizado para a realização da pesquisa. Igualmente, agradeço às colegas Hindyra, Edima e Grazi. Suas contribuições foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, professora Ana Maria Colling, pelas orientações e ensinamentos. Agradeço a parceria, confiança e paciência que me mostraram os caminhos da pesquisa e me deram todo o suporte necessário para realização desta tese. Agradeço, também, às professoras Alzira Salete Menegat, Márcia Maria de Medeiros e Claudia Regina Nichnig pelas críticas e sugestões durante o exame de qualificação. Agradeço ao professor Losandro Antônio Tedeschi, por iniciar-me no caminho da pesquisa, ainda em 2011, através da Iniciação Científica e, posteriormente, por me apresentar à sua amiga, professora Ana Colling, fazendo uma ponte e me dando a oportunidade de estar em contato com todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram na minha trajetória.

Agradeço à professora Rosemeire da Silva, por ter me apresentando às mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Itamaratí, e possibilitando, assim, conhecer a História de Dorcelina Folador. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFGD), aos professores e professoras e toda a equipe administrativa da Universidade Federal da Grande Dourados, em especial, ao Secretário Wallace. Agradeço ainda aos amigos e amigas, pelo apoio, pelas conversas e pelos muitos momentos que tivemos junto ao longo desses últimos anos.

Por fim, dedico esse trabalho à memória de Dorcelina de Oliveira Folador.

RESUMO

A presente tese analisa a questão do feminicídio político e da violência de gênero na política institucional através da trajetória social e política de Dorcelina de Oliveira Folador, eleita prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1996, no município de Mundo Novo (MS). O processo histórico da trajetória de Dorcelina resultou na sua eleição para ocupar o cargo de prefeita de Mundo Novo, cargo no qual permaneceu entre os anos de 1997 e 1999. Seu governo e trajetória foram interrompidos no dia 30 de outubro de 1999, devido ao crime de feminicídio que tirou a sua vida. Ao longo do trabalho, busca-se analisar o contexto histórico, político e social da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, a atuação e a ocupação de mulheres na política institucional da referida região, bem como o cenário político das décadas de 1980 e 1990 dentro do mesmo recorte geográfico. Realiza-se, por fim, uma problematização das questões que acarretaram o assassinato de Dorcelina Folador, relacionando-a a uma reflexão sobre as categorias de feminicídio e violência de gênero. Para realização da pesquisa, foi utilizada como fonte de pesquisa a análise de periódicos regionais, fotografias e entrevistas, intercalando a análise das fontes orais com os aportes teórico-metodológicos da História Oral.

Palavras-chave: Dorcelina Folador; Mulheres na política; Violência de gênero; Feminicídio político.

ABSTRACT

The present thesis examines the issue of political femicide and gender-based violence in institutional politics through the social and political trajectory of Dorcelina de Oliveira Folador. Elected mayor by the Workers' Party (PT) in 1996 in Mundo Novo (MS), the historical process of Dorcelina's journey led to her election to the position, which she held from 1997 to 1999. Her governance and trajectory were tragically cut short on October 30, 1999, due to the femicide that claimed her life. Throughout the study, an analysis is conducted of the historical, political, and social context of the southern region of the state of Mato Grosso do Sul. The research explores the roles and participation of women in institutional politics in the mentioned region, as well as the political landscape of the 1980s and 1990s within the same geographic scope. Finally, the thesis engages in a critical examination of the factors that led to Dorcelina Folador's murder, relating it to the understanding of the categories of femicide and gender-based violence. To conduct this research, sources such as the analysis of periodicals, photographs, and interviews were utilized, combining the study of oral sources with the theoretical and methodological contributions of Oral History.

Keywords: Dorcelina Folador; Women in politics; Gender-based violence; Political femicide.

RESUMEN

La presente tesis examina la cuestión del feminicidio político y la violencia de género en la política institucional a través de la trayectoria social y política de Dorcelina de Oliveira Folador, elegida alcaldesa por el Partido de los Trabajadores (PT) en 1996 en el municipio de Mundo Novo (MS). El proceso histórico de la trayectoria de Dorcelina resultó en su elección para ocupar el cargo de alcaldesa de Mundo Novo, que mantuvo entre los años 1997 y 1999. Su gobierno y trayectoria fueron interrumpidos el 30 de octubre de 1999 debido al feminicidio que le quitó la vida. A lo largo del trabajo, se busca analizar el contexto histórico, político y social de la región sur del estado de Mato Grosso do Sul, así como la actuación y ocupación de las mujeres en la política institucional de dicha región. También se examina el escenario político de las décadas de 1980 y 1990 dentro del mismo ámbito geográfico. Finalmente, se problematizan las cuestiones que llevaron al asesinato de Dorcelina Folador, relacionándolas con la comprensión de las categorías de feminicidio y violencia de género. Para llevar a cabo la investigación, se utilizaron fuentes como el análisis de periódicos, fotografías y entrevistas, combinando el análisis de fuentes orales con los aportes teóricos y metodológicos de la Historia Oral.

Palabras clave: Dorcelina Folador; Mujeres en la política; Violencia de género; Feminicidio político.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MGR - Microrregião Geográfica

MS - Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MT – Mato Grosso

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido de Mobilização Nacional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PPGH/UFGD – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados

PR – Paraná

PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - O Partido dos Trabalhadores

RJ - Rio de Janeiro

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TRE-MS - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01.** Localização do município de Mundo Novo (MS) no mapa de Mato Grosso do Sul.....p. 25
- FIGURA 02.** Captura de satélite do município de Mundo Novo (MS).....p. 25
- FIGURA 03.** Registro fotográfico de Dorcelina e sua família em Guaporema (Paraná, 1973).....p. 59
- FIGURA 04.** Cartão “Dorcelina Presente” do MST à memória de Dorcelina Folador.....p. 98

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01. Transcrição das Entrevistas.....	p. 101
ANEXO 02. Reprografia de Recortes de Periódicos Jornalísticos e Panfletos Políticos	p. 120
ANEXO 03. Reprodução de fotografias.....	p. 134

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	p. 11
INTRODUÇÃO.....	p. 15
CAPÍTULO I - TEORIA E METODOLOGIA: RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES.....	p. 33
1.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FEMINISMOS E EXCLUSÃO HISTÓRICA.....	p. 34
1.1.1. História das Mulheres, Silenciamento e Invisibilidade.....	p. 39
1.1.2. Feminismo e Historiografia.....	p. 47
1.1.3. Relações de Gênero, feminicídio e política.....	p. 49
1.2. METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA.....	p. 54
1.2.1. Fotografias como fonte de pesquisa.....	p. 54
1.2.2. Periódicos como fonte de pesquisa.....	p. 55
1.2.3. Entrevistas como fonte de pesquisa: História Oral.....	p. 56
CAPÍTULO II - DORCELINA: TRAJETÓRIA SOCIAL E POLÍTICA EM MUNDO NOVO.....	p. 59
2.1. Atuação social e política nos grupos da Igreja.....	p. 59
2.2. A trajetória na política institucional de Mundo Novo.....	p. 65
2.3. Da candidatura à eleição para prefeitura de Mundo Novo.....	p. 70
CAPÍTULO III - DORCELINA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: DAS REALIZAÇÕES AO CRIME DE FEMINICÍDIO.....	p. 75
3.1. Resistência e política: conflitos na gestão municipal.....	p. 79
3.2. Dorcelina foi vítima de machismo.....	p. 87
3.3. O desfecho do crime.....	p. 90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 91
4. Violência contra a mulher e identidades dissidentes.....	p. 93
4.1. A análise interseccional das identidades de Dorcelina.....	p. 95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 98
ANEXOS.....	p. 101

APRESENTAÇÃO

A presente tese é resultado da minha jornada científica que começou por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), em 2011, quando cursava a graduação em História¹ na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Naquele ano, tive meu primeiro contato com a história das mulheres trabalhadoras rurais dos assentamentos, mais especificamente do assentamento da reforma agrária denominado “Itamarati I”, localizado no município de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul (MS). A partir de então, iniciei minhas leituras e aprofundamentos teóricos nos estudos de gênero, perpassando a categoria “história das mulheres”. Havia inquietações que me desafiavam a respeito da história de vida das mulheres assentadas, de modo que, à época, percebi que a historiografia mais tradicional não fornecia respostas nem meios para compreender a fundo as trajetórias de vida, cotidianidades e relações de trabalho dessas pessoas.

Movido por essas inquietações, engajei-me na pesquisa acerca da história das mulheres e das relações de gênero já durante a graduação, e tive a oportunidade de vivenciar de perto a realidade de algumas mulheres trabalhadoras rurais no assentamento previamente mencionado. Com essa experiência de campo, desenvolvi posteriormente um projeto de pesquisa que culminou em minha dissertação de mestrado intitulada “*A Trajetória de mulheres migrantes do Assentamento Itamarati I: relações de gênero e trabalho*”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD).

Na ocasião do mestrado, dissertei sobre as relações de trabalho de determinadas mulheres do assentamento Itamarati I, discorrendo sobre seus protagonismos em diversas frentes do âmbito público e privado, fosse no trabalho no campo, no trabalho dentro de suas casas e/ou nos movimentos sociais de luta pela terra. Naquela oportunidade, pude refletir a respeito do envolvimento e da atuação de mulheres na política institucional dentro do próprio assentamento. Apesar de não ser a problemática central de minha dissertação, a atuação das mulheres na política partidária foi uma temática inerente às mulheres trabalhadoras do assentamento. Deste modo, durante o mestrado eu tive a oportunidade de conhecer uma das figuras mais emblemáticas do estado do Mato Grosso do Sul, devido a sua trajetória enquanto liderança política e nos movimentos de luta pela terra na região: Dorcelina Folador.

¹ Faço uso do termo História com H maiúsculo para me referir à disciplina e o termo história com h minúsculo para me referir aos campos de estudo dentro da disciplina.

Tal fato despertou-me a curiosidade e o interesse de aprofundar o conhecimento a respeito da participação política de mulheres e, sobremaneira, acerca da trajetória de Dorcelina Folador dentro da política institucional na região sul do estado do Mato Grosso do Sul. Portanto, foi sob tal conjuntura que surgiu o argumento que me motivou a conceber um projeto de pesquisa para a elaboração da presente tese de doutorado.

Algum tempo após o mestrado, obtive a oportunidade de conversar com as filhas de Dorcelina Folador, Jéssica Winnye Folador e Hindyra Folador, as quais me forneceram variados registros pessoais de sua mãe. Dentre os registros encontravam-se fotografias, desenhos e textos da própria Dorcelina, além de um acervo de reportagens dos jornais locais da época que foram selecionados e preservados pela família, sendo esses: *O Liberal* (1993 e 1996); *O Diário do Povo*; *A Tribuna do Povo*; *O Paranazão* e *O Progresso*, publicados nos anos de 1996, 1997 e 1998. Os respectivos jornais tratavam, dentre outros assuntos, do cenário político e social da região sul do estado do MS e das disputas eleitorais por cargos na administração pública.

Como mencionado, o acervo familiar dispõe também de fotografias, mais especificamente fotografias capturadas por uma câmera pessoal de Dorcelina. Essas fotografias registram alguns momentos da trajetória e da convivência dela no ambiente político, tais como encontros e passeatas que ocorreram ao longo da campanha eleitoral para a prefeitura, em 1996, enquanto candidata, e nos anos à frente do governo municipal, à saber: 1997, 1998 e 1999. Embora não tenha sido realizada uma problematização das fotografias ao longo do texto, sua análise contribuiu para compreender melhor o contexto histórico desse período.

Para dialogar e analisar o material selecionado por meio da metodologia de pesquisa da História Oral, eu faço uso de entrevistas² com pessoas que tiveram contato com Dorcelina, sendo elas as filhas, Jéssica e Hindyra, e a sobrinha, Edima. Destaco, ainda, que dialoguei com Graziela Moura de Souza, jornalista e produtora cultural na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Grazi, como é comumente chamada, trabalhou com Dorcelina na gestão municipal como sua assessora de comunicação, sendo, portanto, uma pessoa próxima ao ambiente político institucional no qual atuou a ex-prefeita.

No que tange à produção científica sobre a temática proposta, é importante mencionar o trabalho de pesquisa da delegada e jornalista Vilma Fátima de Carvalho Ângelo da Silva intitulado “*Dorcelina Folador: A prefeita assassinada por defender a moralidade da administração pública*” (2005). Escrito como trabalho de conclusão do curso (TCC) para a graduação de Jornalismo, a pesquisa foi defendida e publicada como livro pela Universidade

² Optei por manter, em texto, eventuais erros ortográficos na transcrição dos áudios para não perder a essência das falas.

UNIDERP, polo do município de Campo Grande (MS). No livro, Vilma construiu uma detalhada biografia de Dorcelina, a qual serviu para minha tese como fio condutor que conecta e dialoga com as fontes de pesquisa disponíveis, servindo de narrativa de fundo da história da ex-prefeita.

Dessa forma, com o respectivo material à minha disposição, objetivei escrever sobre a trajetória política e social de Dorcelina Folador e problematizar a violência de gênero³ contra as mulheres na política institucional, mais especificamente na região sul do MS. Para tecermos a análise, foi necessária uma contextualização histórica sobre algumas temáticas mais abrangentes, inerentes à questão central desta tese, como a abordagem sobre a historiografia feminista, a atuação das mulheres na política institucional e a própria história da região onde Dorcelina passou boa parte de sua vida.

Nesse sentido, a problemática da tese perpassa o seguinte questionamento: O quanto e como as relações de gênero interferem no decorrer da trajetória das mulheres ao adentrarem a política institucional, ao ponto de ocasionarem determinadas violências como foi, por exemplo, o assassinato de Dorcelina Folador? Para reflexionar tal questão e outras que surgiram ao longo da pesquisa, eu proponho nessa pesquisa uma discussão a respeito da violência de gênero na política institucional no sul do estado do Mato Grosso do Sul através da história da trajetória de Dorcelina na prefeitura de Mundo Novo.

A fim de desenvolver as questões propostas e elaborar uma narrativa argumentativa que possibilite uma melhor compreensão e aproveitamento do texto, a tese foi dividida em três capítulos, complementados por uma introdução e uma conclusão. Na Introdução, realizo uma breve análise histórica da cidadania da mulher brasileira contextualizando a história política do Brasil e da região sul do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente, do município de Mundo Novo. Adentro as questões políticas e sociais da região e finalizo com uma breve análise da história das mulheres na política, de maneira mais ampla.

No Capítulo I é realizada uma argumentação teórica acerca da historiografia, das fontes e da metodologia de pesquisa, bem como das categorias de análise utilizadas para embasar o trabalho proposto nesta pesquisa. Nessa primeira parte, objetiva-se apresentar e explicar aos

³ Uma das violências que mais tem preocupado o Estado é a violência de gênero, aquela praticada por homens contra mulheres que se utilizam de força física ou de ameaças, provoca sofrimentos psicológicos, intelectuais, físicos, sexuais e morais com o objetivo de coagir, humilhar, castigar, submeter, punir. [...] São dramas, em sua grande maioria, anônimos e alguns outros se destacaram na mídia escrita ou televisionada pela fama de seus atores [...] podem ser ricos ou pobres, de uma forma ou de outra as agressividades constatarem a subordinação feminina e o poder dos homens sobre as mulheres. (PUGA, 2015, p.653). Cf. PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora UFGD, 2015. p.651.

leitores e às leitoras o embasamento teórico que considero fundamental para o desenvolvimento e para a problematização. Para isso, abordo temáticas como “movimento feminista”, “relações de gênero”, “história das mulheres” e “historiografia”. Ainda neste primeiro capítulo, exponho, de maneira explicativa, as fontes de pesquisa que tive acesso e utilizei durante a pesquisa.

No Capítulo II, adentro à história de vida e à história da trajetória política de Dorcelina Folador. Objetiva-se, nesse capítulo, construir uma narrativa da figura de Dorcelina enquanto mulher na política institucional na região sul do estado do MS. Perpasso por aqueles que considero os momentos mais emblemáticos dessa trajetória e procuro historicizar o envolvimento da ex-prefeita nos grupos da Igreja, tais como a Comissão Pastoral da Terra e na política institucional a partir da sua corrida eleitoral pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Discuto, ainda, sua atuação nas campanhas, desde sua primeira candidatura para o cargo de vereadora até sua eleição para a prefeitura de Mundo Novo, problematizando a conjuntura e as coligações partidárias desse momento.

No Capítulo III, discorro a respeito da atuação de Dorcelina na administração municipal, enquanto prefeita de Mundo Novo. Para tanto, construo uma análise histórica das suas realizações enquanto gestora, problematizando as dificuldades e os desafios que ao longo de sua trajetória, enquanto mulher, foram constantes. Neste mesmo capítulo, discorro sobre a questão do gênero na política institucional, analisando sua influência nas relações e nos conflitos que acabaram fazendo Dorcelina uma vítima de feminicídio no terceiro ano de seu mandato.

Na conclusão dessa pesquisa, discorro sobre a questão da violência de gênero na política institucional e sobre o feminicídio político, trazendo uma discussão final a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que adentram esse espaço. Finalizando as considerações finais, trago, junto ao texto, os anexos que contém a transcrição e a reprografia do material utilizado como fonte de pesquisa para esse trabalho: as entrevistas orais transcritas, a reprodução das fotografias e trechos de periódicos.

INTRODUÇÃO

A história política das mulheres no Brasil é um tema que tem recebido cada vez mais atenção nos últimos anos. A atuação das mulheres na política institucional ainda é consideravelmente menor em relação aos homens, mas isso não significa que as mulheres não tenham participado ativamente da política ao longo da história brasileira. Mary Del Priore (1997) destaca que as mulheres tiveram que lutar muito para conquistar seu espaço na política e sua atuação foi relevante em diversos momentos da história do país.

É importante denotar que desde o início da história do Brasil, a mulher teve uma posição subordinada na sociedade, vista como um ser frágil, incapaz de decidir por si mesma e de exercer plenamente sua cidadania. Por outro lado, segundo Lília Schwarcz (1998), apesar das barreiras impostas pela sociedade patriarcal, as mulheres brasileiras desempenharam uma função fundamental na construção da nação, atuando fortemente na luta pela abolição da escravidão e na construção da República, bem como sua atuação nas lutas sociais e políticas do século XX. A esse respeito, Flávia Biroli & Fernanda Ferreira Mota (2014) destacam:

A presença reduzida de mulheres na vida política brasileira não é uma circunstância ocasional. É um desdobramento dos padrões históricos da divisão sexual do trabalho e da atribuição de papéis, habilidades e pertencimentos diferenciados para mulheres e homens. Corresponde a uma realização restrita do ideal democrático da igualdade política, que reserva os espaços de decisão e as posições de poder a uma parcela da população com perfis determinados – homens, brancos, pertencentes às camadas mais ricas da população[...] A baixa presença das mulheres na política institucional é aqui entendida como um resultado e ao mesmo tempo um fator atuante na reprodução da opressão estrutural (Biroli & Mota, 2014, p. 226-227).

Ainda que a o exercício das mulheres na política institucional seja recente, Schwarcz (1998) denota que a ação feminina na política brasileira já era notável durante o Império. A historiadora destaca que "(...) a política não era vista como uma atividade exclusivamente masculina, e as mulheres ocupavam lugares importantes nesse jogo político" (Schwarcz, 1998, p. 18). No entanto, a maior parte da atuação feminina era muitas vezes ocultada pelos detentores do ambiente político institucional, como elucidou Célia Regina Jardim Pinto (2003):

Enquanto cidadã, a mulher divide com os demais grupos oprimidos a escassez de recursos de participação, isto é, ela se encontra em um campo político onde a dominação se expressa por um universal que a exclui como positividade, a possibilidade de participação dependendo do interesse ou não de integração por parte daqueles que se apropriam do campo político. A possibilidade de participação dá-se concretamente quando a mulher se transforma em sujeito de seu sexo e rompe com o universal. A questão que permanece é a da luta por espaço na agenda política, que é

pouco democrática por excelência e que, no contexto brasileiro, tem tintas dramáticas em alguns momentos (Pinto, 2003, p. 200).

Nesse sentido, Priore (2011) argumenta que a luta das mulheres pela cidadania está diretamente relacionada à sua condição de sujeitas políticas, pois embora as mulheres tenham sido historicamente excluídas do processo político, sua participação na luta por seus direitos foi fundamental para a construção da democracia no Brasil. De fato, as mulheres enfrentaram muitas barreiras para se envolver na política, tais como a falta de direitos políticos, a falta de educação formal e o preconceito de gênero. Priore (1997) aponta que "(...) as mulheres tiveram que lutar muito para se fazerem ouvir em uma sociedade que as excluía da política e as relegava ao espaço doméstico" (Priore, 1997, p. 256). A autora também destaca que, durante muito tempo, a participação das mulheres na política foi vista como um ato de rebeldia e de transgressão das normas sociais.

Apesar dessas barreiras, as mulheres brasileiras foram capazes de construir uma história de luta e resistência na política. Segundo Schwarcz "as mulheres foram capazes de criar suas próprias estratégias de resistência, utilizando a literatura, a arte e a imprensa para se fazerem ouvir" (Schwarcz, 1998, p.19). Essas estratégias permitiram que as mulheres pudessem participar ativamente da política, mesmo sem ter acesso direto aos cargos políticos.

A historiadora Ana Maria Colling (2021) realça que, no Brasil, a luta pela cidadania para as mulheres está relacionada à construção da democracia e à garantia de direitos iguais para os cidadãos e cidadãs. Segundo a autora, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental nesse processo, atuando de diversas formas na luta por seus direitos políticos e sociais. Para Colling (2021), a conquista do direito ao voto foi um marco importante na luta das mulheres brasileiras pela cidadania, e, embora o direito ao voto tenha sido conquistado apenas em 1932, as mulheres já vinham se mobilizando há décadas em defesa de seus direitos políticos. Ao ver da autora, as mulheres foram capazes de superar as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e avançar na conquista de seus direitos políticos.

Colling (2004) explica que foi a partir da década de 1970, com o advento do movimento feminista, que a luta das mulheres pela cidadania adquire mais força. Esse movimento teve um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres, na medida em que trouxe à tona questões como a violência doméstica, a desigualdade salarial, o direito ao aborto, entre outras demandas. Segundo a autora, "(...) o movimento feminista brasileiro é uma força social que, ao questionar as desigualdades de gênero, colocou em questão a ordem social existente, que se baseia na subordinação das mulheres" (Colling, 2004, p. 31).

No entanto, a autora lembra que, apesar dos avanços conquistados pelo movimento feminista, a luta pela cidadania da mulher brasileira está longe de ser completamente alcançada uma vez que as mulheres ainda são vítimas de violência, têm salários inferiores aos dos homens, são sub-representadas nos cargos políticos além de enfrentarem dificuldades para conciliar a vida profissional com a vida familiar. Segundo a autora, "a conquista da cidadania da mulher brasileira é um processo em construção, que envolve a superação de múltiplas formas de discriminação" (Colling, 2004, p. 133).

Sobre a questão das mulheres na política institucional, o historiador Losandro Tedeschi (2016) enfatiza que a participação feminina na política está diretamente ligada à autonomia econômica das mulheres. Tedeschi afirma que "a independência financeira das mulheres é um fator importante para a sua entrada e permanência na política" (Tedeschi, 2016, p. 174). O autor argumenta que a luta das mulheres por melhores condições de trabalho e remuneração justa é uma das principais questões a serem enfrentadas. Na percepção de Tedeschi (2016), a participação feminina na política tem sido alvo de diversas barreiras, como a cultura machista e patriarcal que ainda permeiam a sociedade brasileira e o sistema político, o que muitas vezes limita o acesso das mulheres aos cargos eletivos. Além disso, as mulheres enfrentam dificuldades em conciliar as demandas do trabalho e da vida política, o que pode afetar negativamente a sua participação nesse espaço.

Para Heleieth Safiotti (1994) a política, onde o poder é predominantemente exercido, envolve a habilidade de negociar, criar e desfazer alianças. Essa prática ensina os homens não apenas a arte da negociação, mas também a perceber as oportunidades para estabelecer alianças com diferentes facções. Já as mulheres, geralmente, não têm essa mesma experiência e treinamento. Dessa forma, o gênero se torna um elemento fundamental na articulação do poder, porém muitas vezes isso ocorre em detrimento das mulheres. Isso explica, primeiramente, a ausência ou, pelo menos, a mínima presença de mulheres à frente de cargos de liderança política. Em segundo lugar um certo esquecimento, ou não reconhecimento da história de mulheres, que, apesar de estarem presentes em diversas áreas de atuação social e política são pouco ouvidas. No entanto, esse cenário passou a mudar nas últimas três décadas, período em que houve um aumento significativo na produção sobre a temática de gênero, especialmente sobre mulheres na luta pela terra. Nesse sentido, acredito que minha pesquisa possa contribuir para a continuidade desse aumento.

Conforme Pierre Bourdieu (1999), a história das mulheres deve ir além de buscar o olhar feminino da história, mas deve tomar como objeto de estudo os discursos e as práticas que, ao longo do tempo, construíram as relações de gênero e a hierarquização dos sujeitos, como as

representações das diferenças entre os sexos. Isso significa buscar nas memórias das mulheres, por meio de suas falas, as relações com os discursos patriarcais sobre a família e sobre o papel das mulheres. Algumas das representações são exemplos de como os discursos sobre o fazer feminino são perpetuados, condicionando-as a funções e estereótipos. No entanto, algumas contradições são percebidas quando analisamos seus relatos sobre sua participação naquilo que os discursos, sobretudo patriarcais, constroem como de cunho masculino.

Saffioti (2004) aponta para algumas questões em relação ao patriarcado que surgiram ainda em tempos mais distantes e que contribuíram para a construção de relações hierárquicas entre homens e mulheres. Segundo a autora, as sociedades se tornam patriarcais com o surgimento da propriedade privada, do matrimônio monogâmico e da consolidação da unidade familiar. Com isso, as mulheres são confinadas aos interiores de suas casas, no espaço privado do lar. A autora ainda explica que o patriarcado deve ser entendido como uma faceta das relações de gênero que indica, por meio destas, um procedimento de submissão. Para ela, o patriarcado é sustentado pelo que ela própria chama de economia doméstica, que dá sustentabilidade ao modo de produção masculino e “o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social” (Saffioti, 2004, p. 122).

No que diz respeito à exclusão histórica da perspectiva feminina na historiografia, Colling (2014, p. 21) demonstra como a universalidade do sujeito masculino mascarou, em suas palavras, a dominação dos homens sobre as mulheres:

A história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens. Estes escreveram a história dos homens, apresentada como universal [...] responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecia sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a *diferença* entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos (Colling, 2014, p. 21).

Essa homogeneização da historiografia masculina passou a perder seu monopólio nas últimas décadas devido ao aumento da participação das mulheres em diferentes áreas de pesquisa, sobretudo nas Ciências Sociais. Para Joan Scott (2017), foi recentemente que a história das mulheres e, posteriormente, os estudos de gênero, se definiram como categorias dentro de uma corrente historiográfica. O ponto de partida foi, certamente, a década de 1960, com o feminismo. Os movimentos feministas da época reclamavam uma história na qual se demonstrasse de forma efetiva a atuação das mulheres na sociedade. Ademais, a luta dos

movimentos era definida pela igualdade de gênero e pelo fim de sua invisibilidade das mulheres na história, entre outras pautas.

É, portanto, nesse contexto que as mulheres se mobilizam de maneira mais organizada em forma de movimento, trazendo questões relacionadas aos seus interesses. Essa agitação acabou por refletir no universo acadêmico, quando novas temáticas e objetos passaram a ocupar espaço dentro das pesquisas. Para Miriam Pillar Grossi (1998) a luta desses movimentos influenciou a produção do conhecimento científico sobre minorias e segmentos marginalizados devido a alguns fatos:

Primeiro porque a Universidade é um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciada pelas lutas sociais; e segundo, porque muitas das estudantes (e algumas professoras) que participaram destas lutas percebem que não existem respostas a inúmeros questionamentos destes movimentos sociais, de maneira que se inicia um movimento, no interior de diferentes disciplinas, em busca de se encontrar o lugar das mulheres, até então invisível (Grossi, 1998, p. 02).

Nesse sentido, oriunda dos avanços dos movimentos feministas e da própria mudança na historiografia, a história dos esquecidos e das esquecidas pela História passou a fazer sentido e a desestabilizar as narrativas hegemônicas de cunho universal e masculino. Portanto, falar da história das mulheres é desconstruir as narrativas tradicionais que não evidenciaram as mulheres. Tal desconstrução nos demandou contar a história da política institucional da região sul do Mato Grosso do Sul pelos olhares femininos e sobre os detalhes dos cotidianos de uma trajetória de luta marginalizada pelo conhecimento hegemônico.

Nesse sentido, acredito que a história de Dorcelina, além de trazer visibilidade a uma sujeita histórica, exemplifica não somente a violência, mas todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, uma vez que ela foi vítima de feminicídio⁴ no dia 30 de outubro de 1999, na varanda de sua casa, conforme noticiou a imprensa⁵ da região.

A respeito desse acontecimento, volto a tratá-lo com maior profundidade no decorrer do texto, sobretudo nos capítulos II e III. Por hora, faço, ao longo dessa introdução, uma historicização do local o qual Dorcelina estava inserida, buscando contextualizar os acontecimentos que, de alguma forma, têm relação com os aspectos políticos e sociais da região.

⁴ De acordo com Zarbato (2015, p.238) o “conceito de feminicídio é utilizado para designar os homicídios de mulheres em razão da condição de gênero. Entende-se como uma forma extrema de violência de gênero que resulta na morte de mulheres”. Cf. ZARBATTO, Jaqueline. *Feminicídio*. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS. Editora UFGD, 2015.p.238-239.

⁵ Detalhes do homicídio podem ser conferidos na reportagem de Roberto Samora da *Agência Folha*. Cf. SAMORA, Roberto. **Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 de nov. de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199902.htm>>. Acesso: 21 de julho de 2021.

Acredito que essa contextualização histórica é fundamental para a análise das fontes de pesquisa, tais como periódicos, fotografias e documentos, que serão tratados com mais explicação no Capítulo I.

Sendo assim, no tocante à história política do estado de Mato Grosso do Sul, pode-se considerar que ela é marcada por conflitos e algumas transformações ao longo dos anos. Criado em 1977, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, o estado de Mato Grosso do Sul passou por mudanças políticas e sociais, refletindo as transformações ocorridas no país.

Retomando, brevemente, parte da História do Brasil, desde o período colonial, podemos compreender a origem e os conflitos de muitos dos atuais municípios estabelecidos na região de fronteira com o Paraguai, a exemplo de Mundo Novo. Conforme explicam Hildebrando Campestrini & Acyr Guimarães (2002), o estado de Mato Grosso do Sul, originalmente sob jurisdição espanhola, foi transferido para o domínio português em 1750, conforme estipulado pelo Tratado de Madri. A porção da província do Paraguai, situada entre os rios Taquari e Apa, desempenhou um papel significativo nessa transição e o desenvolvimento da região foi, segundo os autores, impulsionado pela construção de fortificações militares e pela implementação de colônias militares em 1854, com o intuito de garantir a integridade territorial do então Império.

Campestrini & Guimarães (2002) descrevem que essas colônias militares não apenas cumpriram seu propósito estratégico, mas também contribuíram para a formação de assentamentos urbanos, exemplificados pelas cidades de Nioaque e Dourados. Já a cidade de Campo Grande, atual capital do estado, emergiu como resultado da observação da fertilidade do solo local. A notoriedade dessas terras propícias à agropecuária atraiu migrantes mineiros de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A fundação oficial do município de Campo Grande ocorreu em 1899, marcando um ponto crucial na história dessa região. Ainda, outras cidades tiveram, em sua origem, motivações diversas, como explicam Fábio Nunes, Nilda Rosa & Marli Souza (2013):

Corumbá, Miranda, Nioaque, Bela Vista e Antônio João originaram-se de instalações militares, como fortificações ou colônias; Campo Grande, Paranaíba e Aquidauana têm seu surgimento relacionado à pecuária; Batayporã, Bataguassu, Anaurilândia, Ivinhema e Naviraí tiveram origem em núcleos particulares de colonização; Itaporã foi uma colônia Municipal de Dourados, Novo Horizonte do Sul surgiu do assentamento de agricultores por órgãos públicos; Três Lagoas e Água Clara desenvolveram-se com a estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Porto Murtinho, Ponta Porã e Caarapó, Juti, Maracaju, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul nasceram em virtude do comércio da erva-mate; Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis são resultantes da CAND (Nunes; Roza & Souza, 2013, p.67).

As autoras Alzira Salete Menegat e Jaqueline Teodoro Comin (2022) explicam que a criação do estado foi uma consequência do Plano de Desenvolvimento de Integração Nacional de 1977, assinado pelo presidente da época, o ditador Ernesto Geisel. A partir da divisão do estado do Mato Grosso foram criadas duas unidades federativas, sendo Harry Amorim Costa o primeiro governador do Mato Grosso do Sul. Sobre isso, as autoras explicam:

O contexto era o final do regime militar, e a criação de Mato Grosso do Sul ocorreu junto com a gradual redemocratização brasileira, num momento de esfacelamento do dito “milagre econômico”, do fim das cassações, dos atos institucionais e da censura à imprensa. No governo do general João Figueiredo, desde 1978, foi consolidada a reforma partidária, criando o multipartidarismo e extinguido os dois partidos existentes [...] neste cenário, ocorreram as eleições gerais de 1982 no Brasil (Comin & Menegat, 2022, p.324).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o estado do MS foi marcado por uma forte presença do regime militar, com a repressão e a violência sendo uma constante na vida política e social da região. No entanto, a resistência também foi uma marca desses anos, com a luta pela redemocratização adquirindo força em todo o Brasil. Nesse contexto, descrevem Comin & Menegat (2022):

Na divisão do estado, pairava a promessa de substituição das oligarquias do antigo governo de Mato Grosso, mas isso não se concretizou, pois foram mantidos membros do grupo anterior, ocorrendo mudanças mais significativas e isoladas nas lideranças do poder institucional desde 1998, quando assumiu o governo de José Orcílio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT”, que governou por dois mandatos, até 2006 (Comin & Menegat, 2022, p. 325).

Ainda de acordo com as autoras, na trajetória de Mato Grosso do Sul, observa-se a convergência de poderes, unindo aqueles que detêm riqueza e influência política institucional no estado. Essa conjunção acentua desigualdades que afetam as mulheres, resultando em sua sub-representação na esfera política. No entanto, essa realidade sul-mato-grossense não é uma questão privada, mas reflete padrões nacionais.

Na política institucional brasileira, o que chama a atenção não é tanto o esforço dos partidos para incluir as mulheres no processo político e em cargos de gestão, mas sim a tendência de mantê-las na posição de “colaboradoras” dos políticos masculinos. Prevalece o modelo de liderança política masculina, mesmo com iniciativas para fortalecer a participação das mulheres na arena política, incluindo a Lei n. 12.034/2009, que estabelece cotas femininas de 30% na política institucional (Comin & Menegat, 2022). Nesse sentido, para Biroli & Mota (2014, p.199) a “(...) disparidade existente entre o número de mulheres e homens na política,

sobretudo quando se trata dos cargos mais concorridos nas esferas representativas, é facilmente perceptível". As autoras ainda expõem que:

No caso das mulheres, essas evidências são bastante claras. A política institucional foi e continua a ser um espaço predominantemente masculino. E as eleições presidenciais de 2010, nas quais pela primeira vez foi eleita uma mulher para a Presidência da República, não foram uma exceção. Nesse mesmo ano, a população brasileira era formada por 51% de mulheres, mas o percentual das eleitas para a Câmara dos Deputados foi de 8,7%, somando 45 deputadas em um universo de 513 parlamentares. Vale observar que o número de mulheres eleitas representa 4,8% das 933 que se candidataram ao cargo, enquanto, no caso dos homens, elegeram-se 11,8% dos que se candidataram. Para o Senado Federal, foram eleitas 7 mulheres: 8,6% do total de 81 senadoras/es. Nesse caso, o sucesso entre elas foi de 25,9% das candidaturas, enquanto entre eles foi de 39,7% (Biroli & Mota, 2014, p.199).

A respeito do cenário nacional, o Brasil, após um período de ditadura militar que perdurou por duas décadas, passou por significativas transformações políticas e sociais durante o processo de redemocratização. José Murilo de Carvalho (2002) destaca a importância da Constituição de 1988 na redefinição do arranjo político brasileiro e na contribuição para a proteção dos direitos civis a partir da criação de um sistema político mais inclusivo. A “Constituição Cidadã”, como foi chamada, é considerada a mais democrática de todas as constituições que já vigoraram no país.

Alguns dos pontos defendidos pela Constituição Federal de 1988 foram as eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos; mandato de quatro anos para a presidência; independência dos Três Poderes; voto facultativo, extensivo aos analfabetos e maiores de 16 anos; garantia da liberdade de expressão; inviolabilidade do lar e de correspondências; proibição de prisão sem autorização judicial; racismo e tortura como crimes inafiançáveis.

Com o fim do regime militar e a redemocratização do país, Mato Grosso do Sul passou por um período de efervescência política, com a criação de novos partidos. Os primeiros a surgirem nesse período foram importantes para a tentativa de consolidação do sistema democrático no país, como explica a pesquisadora Maria Celina D’Araújo (2009). Como exemplo, podemos citar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e que tornou-se um dos principais partidos de oposição ao governo na época. Outro partido fundado à época foi o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980 ainda durante o período da ditadura militar. O PT consolidou-se como um importante partido de esquerda no Brasil e, com a

redemocratização do país, ele participou ativamente do processo eleitoral, alcançando a presidência do Brasil com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002.

Sobre o Mato Grosso do Sul, para Ana Flávia Oliveira (2014), a luta pela redemocratização no estado foi fundamental para a construção de um espaço político mais plural e democrático. Segundo a autora, esse processo de redemocratização é marcado por intensas mobilizações populares que defendiam, principalmente, a luta pelos direitos políticos, a defesa das liberdades civis e a reivindicação de melhores condições de vida.

Nesse contexto, encontra-se o município de Mundo Novo, localizado no sul do estado. Conforme explica Ciro José Toaldo (2018), o processo de colonização do município de Mundo Novo teve início em 1953, quando as primeiras famílias, vindas do Estado de São Paulo, começaram a se estabelecer na região. Vale ressaltar que as terras que deram origem ao município foram originalmente habitadas pelos indígenas da etnia Guarani-Kaiowá. Contudo, devido à ausência de legislação protetiva para os indígenas, ocorreram conflitos e consequentemente a tomadas das terras.

Nos anos de 1960, Mundo Novo experimentou, segundo Toaldo (2018), um novo impulso de desenvolvimento, incentivado pela política do Governo Federal de promover a colonização de terras próximas à fronteira. Em 1967, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) anos depois, iniciou o processo de desapropriação das terras da região através do Decreto Nº 60.316 de 07/03/67, posteriormente modificado pelo Decreto Nº 63.631 de 10/11/68, totalizando 72.978,83 hectares.

O referido processo incluiu o parcelamento e a distribuição das terras em pequenas áreas, sendo os primeiros 224 lotes distribuídos entre 13 e 27 de março de 1968, durante o governo do então Governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, e do presidente da República, Artur da Costa e Silva, durante o período da Ditadura Militar. Com a alocação desses lotes, a região passou por uma transformação em seu perfil, atraindo pessoas de diversos estados brasileiros. O pequeno núcleo urbano, assim, assumiu características de cidade.

Toaldo (2018) explica que o processo de emancipação do município ocorreu em maio de 1976, mediante a promulgação da Lei estadual 3.693. À época, o governador do Estado de Mato Grosso era Garcia Neto, e o Presidente da República era o general Ernesto Geisel. Com a emancipação, teve início um período marcado por disputas políticas, durante o qual os primeiros prefeitos de Mundo Novo foram designados. Vale ressaltar que, sob a égide da Ditadura Militar, os prefeitos das capitais estaduais e das cidades situadas em áreas de fronteira eram indicados pelo Presidente da República.

O pioneiro nesse cargo foi Antônio Gonçalves da Silva, que ocupou a posição por 16 dias, de 1º a 16 de fevereiro de 1977. A primeira eleição direta para a escolha de prefeito em Mundo Novo ocorreu em novembro de 1985, resultando na eleição do médico José Carlos da Silva. Nesse ano, na região do Cone Sul⁶, sul-mato-grossense, de todos os municípios que realizaram eleições para prefeitura, houve 16 candidatos⁷, contanto com os candidatos a vice-prefeitos, com a presença de nenhuma mulher. Já em 1988, Daudt Conceição foi eleito, assumindo novamente a prefeitura. No ano de 1992, José Carlos da Silva retornou ao cargo, renunciando em 20 de abril de 1995, sob acusações de inúmeras irregularidades administrativas. Em seu lugar, assumiu o vice Ademar Antônio da Silva.

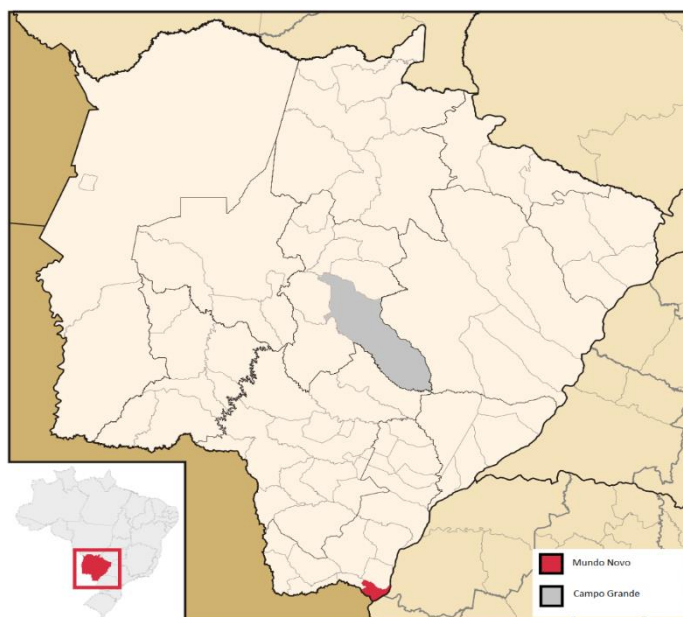
Finalmente, em 1996, Dorcelina de Oliveira Folador foi eleita prefeita, se tornando a primeira mulher eleita para o cargo no município. Dorcelina permaneceu como prefeita até o dia 30 de outubro de 1999, quando foi tragicamente assassinada. Após essa fatalidade, o vice-prefeito Kleber Correia de Souza assumiu a prefeitura em 01 de Novembro de 1999. (Toaldo, 2018). A respeito dos dados estatísticos referentes aos processos eleitorais dos anos de 1988, 1992 e 1996, serão abordados no Capítulo II.

No ano de 2022, a população da cidade, conforme aponta o IBGE (2022) chegou ao número de 19.193 habitantes. Localizada na Microrregião Geográfica (MRG) de Iguatemi, a sede do Município de Mundo Novo dista 458 km da Capital, Campo Grande, como podemos visualizar nos mapas a seguir:

⁶Denominação dada pela indústria do Turismo que inclui todo o sul e sudeste do estado do MS. Abrange 7 municípios: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo e Naviraí.

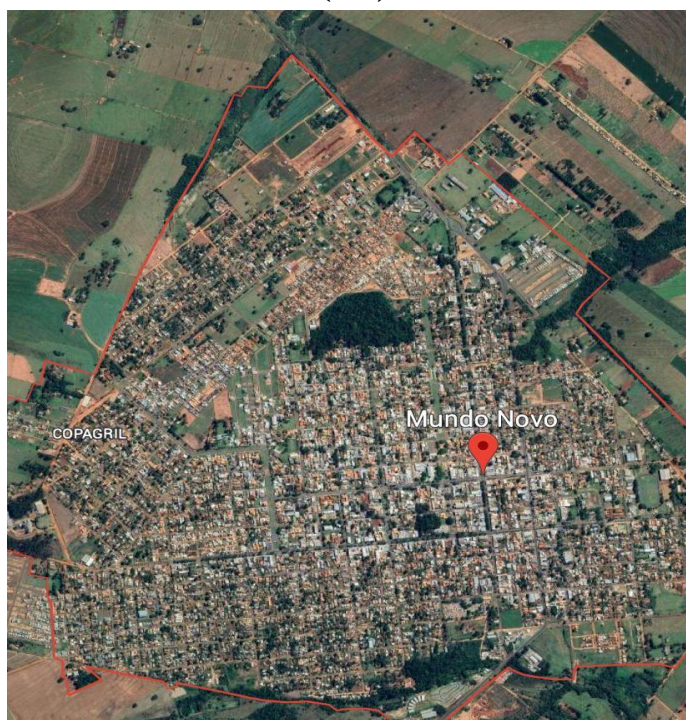
⁷Dados do Tribunal Regional Eleitoral – MS. Disponíveis em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justica_eleitoral.jus.br/arquivos/resultado-eleicao-para-prefeito-1985-area-de/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Prefeito-1985-Area-de-Seguranca.pdf>.

FIGURA 01. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO (MS) NO MAPA DE MATO GROSSO DO SUL (MS).



Fonte: Google.

FIGURA 02. CAPTURA DE SATÉLITE DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO (MS).



Fonte: Google Earth.

Outro aspecto que convém ser mencionado sobre o município diz respeito aos fluxos de migrantes ao longo dos anos de 1980 e 1990. Por se tratar de uma região de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e do país vizinho, Paraguai, a cidade foi a entrada de muitas pessoas, sobretudo os chamados brasiguaios e brasiguaias, que deixaram essas regiões em direção, muitas vezes aos assentamentos rurais que começavam a se estabelecer em decorrência do Plano Nacional Reforma Agrária.

A respeito dos brasiguaios e brasiguaias, Carlos Alberto Ferrari (2007) explica o significado da expressão como a construção de uma nova identidade. Ele os define como brasileiros – e brasileiras - que se deslocam do Brasil para o Paraguai, e vice-versa, em busca de melhores condições de trabalho, assim como brasileiros que adquiriram propriedades no Paraguai e posteriormente retornaram ao Brasil.

Segundo Adriana Grassieli *et al* (2013), o Brasil possui uma extensa história permeada por conflitos, por vezes violentos, em torno da questão fundiária. A mecanização intensiva das terras no país, a perda de propriedades por parte de posseiros e a crescente valorização dos domínios rurais, entre outros desafios, motivaram um significativo movimento migratório de brasileiros e brasileiras em busca de melhores condições de vida para além das fronteiras nacionais. Nesse contexto, o leste do Paraguai emergiu como um destino comum devido ao solo propício para o plantio, terras acessíveis e de baixo custo.

As primeiras incursões de brasileiros e brasileiras em território paraguaio, a partir de 1954, eram predominantemente compostas por grandes proprietários de terras. O programa "marcha al este", iniciado em 1961 com o intuito oficial de ocupar a fronteira leste paraguaia com camponeses paraguaios, acelerou o processo ao facilitar a venda de terras para latifundiários e empresas estrangeiras. Nesse contexto, o Estado Brasileiro percebia a migração como uma estratégia para atenuar as tensões internas nas áreas rurais. Após uma ampla divulgação, pequenos proprietários agrícolas do Sul do Brasil, frequentemente expropriados de suas terras devido ao processo de monopolização, passaram a considerar a migração para o Paraguai como uma alternativa viável.

Ainda segundo Grassiele *et al* (2013), a modernização da agricultura brasileira, notadamente a "Revolução Verde" implementada pelo governo militar, deslocou trabalhadores e trabalhadoras rurais para se tornarem mão de obra nas indústrias, intensificando o movimento migratório, tanto interno quanto internacional. A partir das décadas de 1960 e 1970, os estados das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, assim como o Paraguai, tornaram-se destinos de milhares de famílias brasileiras.

Nesse período mencionado, o Brasil passou por um processo de transformação em sua estrutura agrícola chamado de “modernização conservadora”, que, segundo Luciano Ricardio (2011) significa um processo de tecnificação e modernização da produção agrícola. Esse modelo é sustentado na substituição dos modelos tradicionais da agricultura familiar dos minifúndios pela dinamização técnica da base produtiva, conforme explica o autor.

As principais transformações estão relacionadas à inserção dos equipamentos agrícolas modernos, ou seja, há um processo de mecanização que insere um novo padrão de produção da agricultura. Essa modernização se mostra como um instrumento do capital industrial que tem como consequência a expropriação do valor da produção da agricultura familiar. (Ricardio, 2011, p. 238).

Desta feita, o conflito social que resulta da implantação da modernização conservadora na década de 1970 permite explicitar as novas relações complexas advindas da convergência da estrutura agrícola tradicional para os padrões técnicos de produção rural. A nova lógica técnica oportuniza a hegemonia duradora do capitalismo industrial sobre a agricultura familiar de pequeno porte, cabendo, assim, entender a própria natureza existencial da estrutura familiar de produção rural como apenas uma estrutura produtiva de reserva para a obtenção de mais lucro para os capitalistas (Ricardio, 2011, p. 238).

Sobre esse momento na história de Mato Grosso do Sul, Pereira (1997) diz:

Durante a década de 1970, no então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos novos colonizadores, buscando o Paraguai como alternativa (Pereira, 1997 *apud* Menegat, 2009, p. 37).

Esses processos forçam inúmeras famílias do campo a migrarem para outras regiões em busca de trabalho, sobretudo para o estado do Paraná e Mato Grosso do Sul. De acordo com Leandro Baller (2014), o Paraná foi um dos estados onde mais se registraram fluxos de migrantes em direção a outras regiões, como São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Segundo o autor, a modernização agrícola conservadora aumentou as áreas de monocultura, principalmente da soja, o que ocasionou a saída de cerca de 1, 2 milhões de pessoas do Paraná. Não por acaso, estado de origem de Dorcelina e sua família.

Para Grassieli *et al* (2013) o retorno da comunidade "brasiguiaia" ao Brasil surge como resultado da conjuntura política que se desenvolvia no país, impulsionando a perspectiva de efetivação da tão almejada reforma agrária. A disseminação da notícia transcendeu fronteiras,

alcançando os ouvidos desse grupo, renovando as expectativas de voltar para casa após terem enfrentado adversidades em um país que, segundo sua própria visão, não lhes pertencia, marcado pela persistente violência no Paraguai.

Diante desse contexto, emerge a alternativa para esse povo "sem fronteiras" de retornar ao Brasil nas mesmas condições em que saíram, sem possuir terras, ou ainda pior, sem terras, sem oportunidades de trabalho e sem uma identidade consolidada. Essas dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras nas regiões do leste do Paraguai, em diversos aspectos econômicos, jurídicos, políticos e sociais, contribuíram para o surgimento do movimento de brasiguaios e brasiguaias na busca por direitos, principalmente a partir dos anos de 1980.

Nesse processo de retorno ao país de origem, as famílias migrantes se deparam com um desafio árduo, estabelecendo-se em acampamentos de barracas nas beiras de estradas à espera de terras. Foi nesse momento e nessas condições que, primeiramente, os movimentos sociais e sindicais desempenharam um papel significativo na vida dessas famílias. Em segundo momento, a cidade de Mundo Novo - MS se destaca como uma via de acesso à muitas dessas famílias ao retornarem ao Brasil. Em outras palavras, a cidade torna-se um ponto estratégico de passagem para pessoas que retornavam do Paraguai e se deslocavam em direção à região sul do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim descreve Wagner (1990):

A partir da segunda metade da década de 1980 o regime paraguaio perdeu força e iniciou-se a transição democrática no Brasil. As estratégias das ditaduras dos dois países vieram à tona. Neste período houve o retorno de 950 famílias brasileiras ao território nacional. Elas chegaram por Mundo Novo (MS). Muitas foram atraídas por promessas de reforma agrária e maior possibilidade de organização popular com a redução da repressão. No fim do mesmo ano, seriam assentadas em Ivinhema. Nesse período foi cunhado o termo "brasiguai", por um deputado que dialogava com os imigrantes que retornavam e notavam não ser plenamente cidadãos em nenhum dos lados da fronteira (Wagner, 1990, *apud* Filho; Filho & Oliveira, 2019, p.157).

Lembremos que, nesse contexto, em 1982, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governador do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, Ana Flávia Oliveira (2014) destaca a importância do processo democrático no município e em todo o estado. A autora explica que, durante as eleições de 1982, Mundo Novo se destacou pela forte participação popular e pela mobilização dos partidos políticos. Segundo a ela "(...) as eleições de 1982 em Mundo Novo representaram o início de uma nova fase da política no município, com a ampliação da participação popular e a consolidação da democracia" (Oliveira, 2014, p. 98).

Segundo a apuração feita por Comin & Menegat (2022), de acordo com os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em 1982, no mesmo estado, 4 homens se

candidataram para o cargo de governador. Para o Senado, foram 7 homens. Ambos os cargos não contaram com representantes femininas. Para ocupar a câmara, entre deputados federais e estaduais, 94 candidatos e apenas 1 candidata. No que diz respeito às prefeituras, foram 230 candidatos e candidatas, 4 mulheres, 2 eleitas. Por fim, na disputa pela câmara dos vereadores, foram 2579 candidatos e candidatas, sendo 133 destes, mulheres. Sendo eleitos 629, 20 mulheres.

Ao analisarmos estatisticamente a ocupação da política institucional por mulheres, tanto no âmbito regional, como nacional, é perceptível a inferioridade numérica em relação aos homens. Notamos, por exemplo, que em toda a história do estado do Mato Grosso do Sul, nenhuma mulher foi eleita ao cargo de governadora. Sendo que a primeira candidatura feminina a esse posto ocorreu somente no ano de 2002, com Marisa Joaquina Monteiro Serrado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Na esfera nacional, a primeira governadora a assumir efetivamente um estado brasileiro foi Iolanda Fleming (PMDB), que assumiu o governo do Acre em 1986 após a renúncia de Nabor Junior. Isso demonstra que a ocupação feminina na política institucional tem sido consideravelmente inferior em relação aos homens. Como descrevem Comin & Menegat (2022):

[...] em Mato Grosso do Sul, as mulheres ainda não ocuparam o cargo de governadoras, tendo lá chegado somente duas mulheres na condição de vice-governadoras. Quanto ao número de mulheres que se candidataram a esse cargo nos 10 pleitos já realizados no estado, somam um total de 39 candidatos homens (10 eleitos), frente a cinco candidatas (nenhuma delas obteve êxito como cabeça de chapa). Somente duas vice-governadoras foram eleitas, no ano de 2010, com Simone Tebet, vice de André Pucinelli, e, em 2014, com Rose Modesto, vice de Reinaldo Azambuja. No total, as mulheres representam 12% como candidatas, nenhuma eleita. No cenário nacional, em toda história política, apenas sete mulheres foram governadoras por 10 vezes. Dentre elas, Roseane Sarney (PFL) foi a primeira governadora eleita no país, em 1994, sendo reeleita em 1998 e em 2010. Wilma de Faria (PSB) também foi reeleita no Rio Grande do Norte, ocupando mandato de 2003 a 2010. Em 2018, somente Maria de Fátima Bezerra (PT) foi eleita governadora do Rio Grande do Norte (Comin & Menegat, 2022, p. 327).

No que diz respeito às candidaturas aos cargos da gestão municipal, nota-se um número relativamente maior de mulheres candidatas e eleitas em comparação aos cargos de governo estadual, senado e congresso, por exemplo. No entanto, isso reflete, segundo as autoras (Comin & Menegat, 2022, p. 338) uma distribuição hierarquizada dos cargos políticos. Sendo assim, quanto maiores os cargos disputados, menores são as chances de mulheres ocupá-los.

Devido a isso, considero um fator importante na história política de Mundo Novo a eleição de Dorcelina Folador, primeira mulher eleita prefeita da cidade, como mencionado

anteriormente. Dorcelina foi uma liderança política na região, tendo sido candidata – não eleita – a vereadora nos anos de 1988 e 1992. Também, candidata à câmara dos deputados, pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 1994.

Dorcelina foi enfim eleita prefeita nas eleições municipais de 1996, com 3442 votos⁸. Para não estender essa parte introdutória do texto, retomo o contexto da trajetória de candidatura de Dorcelina no Capítulo II, tratando, com devido aprofundamento, a conjuntura política partidária que levou às coligações e os demais processos eleitorais desse período.

De fato, o desfecho trágico de Dorcelina nos leva a refletir sobre algumas questões que envolvem a constante dificuldade que as mulheres enfrentam para ocupar espaços tradicionalmente marcados pela presença masculina. Historicamente, o espaço na política institucional tem sido dominado pelos homens, enquanto para as mulheres se atribuem os espaços da vida privada e do lar, onde supostamente deveriam estar. Por isso, quando as mulheres tentam fugir dessa "ordem", encontram inúmeros obstáculos.

A esse respeito, Michelle Perrot em *Mulheres Públicas* (1998) aborda questões relacionadas à divisão entre os espaços público e privado. Ao descrever os lugares, praticamente proibidos, para mulheres, a autora destaca espaços da política, do judiciário, de intelectuais e esportivos. Ao mesmo tempo, exemplifica espaços que seriam, nas palavras da autora, reservados às mulheres. Como, por exemplo, lavanderias, mercados e salões. Tudo no contexto parisiense do século XIX.

Talvez isso contribua para tornar a história da trajetória de Dorcelina na política ainda mais relevante e inspiradora para as mulheres que, assim como ela, lutam por espaço. Seu assassinato, no entanto, nos leva a pensar na questão da violência de gênero. Ao tentar analisar tal ato de crueldade e covardia, é inevitável pensar que o fato de ser mulher tenha sido relevante. Por isso, cabe perguntar: teria ocorrido se ela não fosse uma mulher ou se fosse alguém que pertencesse a uma classe social favorecida?

Afinal, estamos falando de uma mulher que o veio de camadas sociais menos favorecidas, que lutava por causas sociais e pelos direitos humanos e que, em determinado momento, ocupou um espaço de poder. Fato que incomodava muito os setores mais conservadores da sociedade naquela época e região. Assim podemos observar nas falas de sua filha, Jéssica, e sobrinha, Edima:

⁸ Informações do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, disponíveis em <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1996-mundo-novo/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1996-Mundo-Novo.pdf>

(...) na política local, claro que ela foi uma revolucionária para a cidade. Todo mundo a reconhece, inclusive pessoas da direita e da extrema-direita que já me falaram que minha mãe foi a única pessoa que eles confiaram enquanto política. É claro que, naquela época não era bem assim, porque eles disparavam cartazes difamando ela, enfim. Mas hoje eles conseguem olhar para ela com esse olhar assim, né, de que ela era mesmo diferente⁹.

A fala de Edima, a seguir, revela ainda um pouco do cenário de violência o qual Dorcelina estava inserida. Assim como outras regiões do interior do Mato Grosso do Sul, e de proximidade com a fronteira com o Paraguai, existiu – e talvez ainda exista – uma noção de se tratar de uma terra sem lei¹⁰, por parte do imaginário social. Inclusive, é possível observar na documentação oficial de Dorcelina¹¹, como chefe do Poder Executivo Municipal de Mundo Novo, a autorização para o porte legal de arma de defesa.

[...] eu acho que a atuação política dela começa devido ao próprio fato dela ser uma pessoa que entra na classe dos excluídos. Que eram as pessoas com deficiência, os negros, os pobres, os camponeses. [...] E eu acho que o início da luta política dela é nisso, E através do movimento sem-terra. Porque o Brasil é um país enorme, com tanto latifúndio, né? E ela se envolve muito nisso numa zona que é, como ela dizia, um pistoleiro vale mais que uma autoridade. Porque na verdade, era isso. No Mato Grosso do Sul¹².

Devo, ainda, manifestar que três, das mulheres que entrevistei, mencionaram o fato de Dorcelina receber, constantemente, ameaças, inclusive em relação às suas filhas, Jéssica e Hindyra. As entrevistadas também citaram o fato de Dorcelina, devido a isso, estar sempre alerta e portando uma arma para defesa.

Isso nos leve a pensar o quanto realmente democrático é o campo da política institucional, na região e no Brasil, de maneira geral. É válido lembrar que, contemporaneamente, a morte de Dorcelina ecoa no assassinato da vereadora Marielle Franco - vereadora eleita durante as eleições municipais de 2016, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com a quinta maior votação, no município do Rio de Janeiro, RJ - nos fazendo perguntar, se de fato, os valores democráticos da Constituição Federal (1989) se aplicam para

⁹ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

¹⁰ Os autores Queiroz (2006), Galetti (2000) e Zorzato (1998) descrevem algumas das representações desfavoráveis de Mato Grosso, conhecidas como o "estigma da barbárie", difundidas por viajantes nacionais e estrangeiros advindos de regiões litorâneas e do Sudeste. Ao discutir os elementos que compõem a identidade mato-grossense destacam-se as imagens negativas associadas a um estado rotulado como 'atrasado', 'incivilizado' e 'selvagem', habitado por uma população descrita como 'sanguinária', 'vingativa', 'preguiçosa' e 'ignorante' que “resolve tudo na bala”.

¹¹ Página de anexos: Imagem 13.

¹² ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som

todos e todas. Teriam, Dorcelina e Marielle, sido assassinadas se não fossem mulheres que não se submeteram ao sistema e aos padrões impostos por uma sociedade patriarcal e machista, que tenta silenciar e excluir aqueles e aquelas considerados, por essa sociedade, subversivos?

Conforme nos demonstra Kimberlé Crenshaw (2002), existem certas perguntas que devem ser feitas para tecer uma análise mais aprofundada sobre determinados casos de violência e repressão. Me parece que o assassinato de Dorcelina foi uma violência de gênero, de classe e de viés ideológico político. Além de ser mulher, Dorcelina era uma figura importante na luta dos movimentos sociais pela terra e representava a esquerda política, pela sua filiação ao Partido dos Trabalhadores, ainda emergente, mas que já incomodava muito as oligarquias conservadoras do estado. A autora explica como diferentes questões identitárias influenciam em diferentes formas de discriminação:

[...] todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são 'diferenças que fazem diferença' na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (Crenshaw, 2002 p.173).

Além de enfrentar os obstáculos impostos por ser uma mulher ocupando espaços que historicamente foram considerados masculinos, Dorcelina também enfrentava obstáculos impostos por latifundiários pertencentes a classes mais altas e favorecidas, que dominavam e dominam o cenário político na região.

Sendo assim, tendo a história da trajetória social e política de Dorcelina como principal temática, este trabalho propõe, através dela, analisar a atuação da ex-prefeita na política institucional no sul do estado de Mato Grosso do Sul, problematizando as dificuldades enfrentadas ao adentrar espaços historicamente restritos às mulheres e as relações de gênero como determinantes no desfecho de sua história como vítima de feminicídio.

CAPÍTULO I – TEORIA E METODOLOGIA: RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES.

A história das mulheres possibilitou à própria historiografia uma nova perspectiva das relações dos gêneros enquanto relações de poder (Foucault, 1999)¹³. As relações de poder, por sua vez, atuam enquanto determinantes nas construções históricas dos sujeitos, das representações, dos discursos, das normas e dos espaços. A história das mulheres abriu novas abordagens para a própria historiografia por trazer uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina. Uma experiência caracterizada por se dar pelas margens, na construção miúda, na gestão do detalhe do coletivo cotidiano.

Para contar uma história de mulheres, portanto, não basta apenas descrever os fatos nos quais elas tiveram participação, pois a história das mulheres, enquanto categoria de análise histórica, planeja discorrer sobre um processo histórico que as excluiu como sujeitas históricas. Nesse sentido, o estudo das relações de gênero também emerge e se justifica ao longo desta pesquisa, como uma possibilidade de compreender a história sob outra perspectiva que possa dar visibilidade à participação de mulheres na política institucional.

Estudar a história das mulheres e, conseqüentemente, das relações de gênero é, para mim, a oportunidade de compreender os fenômenos históricos sob uma perspectiva alternativa à hegemônica e tradicional construída pelos sujeitos e classes historicamente dominantes, ou seja, o discurso¹⁴ masculino e o modelo patriarcal¹⁵ da história. Significa a possibilidade de pensar uma “história dos excluídos” como sugeriu Michelle Perrot (1988).

¹³ Em “*Microfísica do poder*”, Michel Foucault (1999) explica as relações de poder como microrrelações que se dão em todas as relações pessoais. Segundo o autor, o poder é entendido não como uma entidade ou algo que tenha um local determinado para acontecer, mas, sim, como estando em todos os lugares. Não existe “o poder”, mas somente relação de poder. Flutuante, não há alguém que o detenha. É nas práticas cotidianas que ele se realiza. Ele está em todos os lugares onde haja mais de um sujeito, ou seja, todas as relações, de uma forma ou de outra, são relações de poder, mesmo que não percebidas enquanto tais.

¹⁴ Faço uso do entendimento de Foucault (1996) em “*A Ordem do Discurso*”, o qual diz que o discurso é uma rede de signos. Essa rede por sua vez está conectada a outras redes (discursos). Esses signos estabelecem valores, padrões, comportamentos, normas e estereótipos que se perpetuam em uma sociedade. É no discurso que se estrutura o imaginário social.

¹⁵ “A atualidade do conceito está vinculada à existência de um discurso que ainda se vale dele como modelo ideológico para estabelecimento das relações familiares e sociais entre homens e mulheres, modelo que naturaliza e legitima a dominação masculina, particularmente sobre a esposa e as filhas”. (LIMA; SOUZA, 2016, p. 519).

1.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FEMINISMOS¹⁶ E EXCLUSÃO HISTÓRICA.

Considerada uma das principais historiadoras da área, Michelle Perrot (1988) acredita que a chamada “exclusão histórica¹⁷” das mulheres começa a entrar em declínio a partir da década de 1960, com a desconstrução de paradigmas tradicionais até então presentes de maneira quase absoluta na disciplina de História, como o marxismo, por exemplo. Junto a isso se tem nesse período uma maior aproximação com outras disciplinas, sobretudo a Antropologia, fato que contribui para a incorporação de novas perspectivas da análise histórica.

Dessa forma, a história da vida privada e das relações familiares, por exemplo, passam a atrair os olhares dos historiadores e das historiadoras da época. Outro ponto trazido pela autora (Perrot, 1988) é o contexto social dos meados do século XX, com o aparecimento do feminismo. Nesse período, o movimento traz à tona questões relacionadas aos espaços e funções das mulheres, evidenciando a necessidade de refletir sobre aspectos sociais e que dizem respeito a suas vidas. Nesse sentido, a década de 1960 é lembrada como um período de questionamento em vários aspectos, mas sobretudo em relação à sexualidade.

A respeito da sexualidade, Paul Preciado (2018) critica as normas tradicionais associadas à virgindade, argumentando que essa construção social tem sido usada historicamente como uma forma de controlar o corpo feminino. O conceito de virgindade é frequentemente vinculado a ideias de pureza e moralidade, usados para restringir a liberdade sexual das mulheres. Já a pílula anticoncepcional é considerada, pelo autor, como uma tecnologia farmacopornográfica que desempenhou um papel crucial na transformação das relações de gênero. Embora tenha fornecido às mulheres um maior controle sobre sua fertilidade, Preciado (2018) também questiona como a medicalização da contracepção pode ser vista como parte de um sistema mais amplo de controle biopolítico sobre os corpos femininos.

Preciado (2018) destaca que questões relacionadas à sexualidade feminina, como virgindade, orgasmo e contracepção, são áreas-chave de luta para o movimento feminista. Ele destaca como as mulheres têm desafiado as normas tradicionais associadas a esses aspectos,

¹⁶Sugere-se o uso do termo no plural – feminismos – para se dar a ler e conhecer o conjunto diverso de experiências e acepções possíveis que remetem ao enunciado. Cf. CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismos. in: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

¹⁷ Entendo exclusão histórica de acordo com a própria Michelle Perrot (1988). Diz respeito aos sujeitos historicamente excluídos das narrativas contadas pela perspectiva do masculino e das classes dominantes, tais como mulheres, negros, índios e crianças, ou seja, sujeitos que não foram ouvidos e que aparecem na história como representações daqueles que a contam. Cf. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

buscando autonomia e reivindicando o direito ao prazer e à autonomia sobre seus próprios corpos fazendo assim uma crítica às estruturas de poder que historicamente moldaram e controlaram a sexualidade feminina.

A partir disso, as ideias trazidas pelo movimento feminista invadiram e perduraram no ambiente acadêmico, sendo, dessa forma, um impulso para estudos e produções em áreas como gênero, sexualidade e história das mulheres, entre outras. Assim, o feminismo vai construindo aos poucos suas “bandeiras”, suas reivindicações a respeito da condição das mulheres. Tudo isso ocorre em um momento em que as mulheres começam a integrar um pouco mais os espaços públicos da política institucional. Mesmo que essa integração não tenha tornado esses espaços equitativos no que diz respeito ao pertencimento de gênero e classe.

Ainda na década de 1930, no Brasil, as mulheres começam a caminhar para a conquista do direito ao voto. Inicia-se assim, a integração das mulheres à política e cidadania. A autora aponta que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho após a Primeira Guerra Mundial contribuiu para fomentar as reivindicações feministas (Colling, 2021). As sufragistas¹⁸ acreditavam que a conquista do direito ao voto seria a “chave da cidadania”. No entanto, as discussões, em um âmbito internacional, se voltavam para a questão da igualdade de direitos, já que as mulheres eram excluídas do âmbito referente à cidadania.

O restante do mundo ocidental vivenciava as mesmas discussões que tinham como eixo central as seguintes interrogações: isso deve se dar a mulher os mesmos direitos que até hoje foram prerrogativas exclusivamente masculinas? A mulher não perderá sua feminilidade imiscuindo-se em assuntos políticos masculinos? A família célula fundamental da sociedade a procriação a vida doméstica refúgio do homem político alterados com as modificações propostas? (Colling, 2021 p. 194)

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, as mulheres são novamente convocadas para assumirem postos de trabalho antes ocupados pelos homens, dando força, novamente, às reivindicações feministas. No Brasil e em outros países, as constituições são alteradas nos artigos referentes a igualdade e muitos passam a “conceder” às mulheres o direito ao voto.

Contudo, Colling (2021) explica que de fato houve poucas mudanças no que diz respeito a participação das mulheres na política, mas multiplicaram atuações no âmbito político em diversos espaços sociais. Isso ocorre por estarem ainda atreladas aos estereótipos e funções da esfera privada. A esse respeito, Volto a citar a reflexão de Michelle Perrot (1998) que em seu

¹⁸ [...] as mulheres brasileiras que, especificamente após a década de 1920, lutavam publicamente pelo direito ao sufrágio. Cf. COLLING, Ana Maria. A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia. 1ª reimpressão/ Ana Maria Colling – São Leopoldo: Oikos, 2021

trabalho examina questões concernentes à distinção entre esferas públicas e privadas. Ao elucidar locais praticamente vetados para as mulheres, a escritora enfatiza áreas da política institucional. Simultaneamente, ela ilustra espaços que, nas palavras da autora, foram destinados às mulheres, como, por exemplo, o interior do lar.

Em relação ao movimento feminista, de acordo com Joana Maria Pedro (2005), o movimento passou por diferentes e específicas reivindicações em determinados períodos. A princípio, no final do século XIX, o movimento emerge no contexto da reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres, como o direito ao voto, ao trabalho remunerado, ao estudo, à propriedade e à herança.

Já em meados do século XX, o feminismo chama atenção para questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, como mencionado anteriormente. Segundo a autora, é nesse período que o discurso feminista contra o patriarcado ganha mais visibilidade, quando se inicia com maior expressão a busca por uma história das mulheres, incorporando, portanto, a categoria “mulher” como categoria de análise histórica. Com isso, o movimento questiona a linguagem universal masculina. Segundo Pedro (2005):

Convém destacar que, independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam (Pedro, 2005, p. 83).

Céli Regina Jardim Pinto (2003) explica que é possível identificar diferentes correntes distintas que representam o movimento no Brasil. A primeira delas engloba o contingente feminino que buscava a consecução dos direitos políticos, notadamente o direito ao voto e à plena participação na esfera cidadã. Esta facção, liderada por Bertha Lutz, caracterizada como o feminismo “bem-comportado”, abordava questões políticas e advogava pela imperatividade de conceder às mulheres o sufrágio. Este viés do feminismo era tido como a ala conservadora do movimento, focalizando-se exclusivamente na busca por direitos em prol de uma sociedade mais equitativa e desenvolvida.

A segunda corrente, de acordo com Pinto (2003), antagônica à anterior, era conhecida como feminismo “malcomportado”. Esta vertente reunia um grupo diversificado de mulheres empenhadas na conquista de direitos educacionais, igualdade, abordagem da sexualidade – considerada tabu para a época –, divórcio e contestação da dominação masculina sobre o

feminino. A heterogeneidade característica deste grupo conferia à sua luta um caráter eminentemente social. Uma terceira vertente feminista, cunhada como "o menos comportado dos feminismos", congregava mulheres de inclinações extremas, muitas das quais seguiam correntes anarquistas e comunistas. Sob a liderança de Maria Lacerda de Moura, este grupo combatia as desigualdades de gênero de maneira radical, buscando uma transformação profunda na estrutura social vigente.

De maneira geral, o movimento feminista é responsável por criar uma pauta crítica aos papéis hierárquicos dos gêneros colocando, primeiramente, em questionamento as desigualdades e os espaços ocupados por homens e mulheres na sociedade, sobretudo por um viés liberal¹⁹. No “*Dicionário Crítico de Gênero*”, Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (2015) explica que algumas estudiosas consideram a existência de “três ondas” do movimento feminista. O primeiro período começa ainda no século XIX com desdobramentos no início do século XX sendo pautado por lutas, como, por exemplo, o sufrágio feminino no Reino Unido, em 1918 e posteriormente no Brasil, em 1932. Essa primeira onda trazia à tona a demanda por igualdade de direitos contratuais e direito a propriedade e evidenciava uma luta das mulheres contra a subordinação ao casamento.

Nesse momento ocorre o que a autora chama de ponto de inflexão, com o lançamento da obra da filósofa francesa, Simone de Beauvoir, “*O segundo Sexo*”, em 1949, causando uma significativa mudança de direção de pensamento em relação às mulheres enquanto sujeitas sociais e históricas. A obra problematiza a diferenciação entre homens e mulheres e as delimitações de funções, para ambos os sexos, a partir de fundamentos biológicos. Desta forma, buscava-se incorporar a categoria “mulher” aos discursos científicos para questionar e redefinir as funções do feminino.

O segundo período ou a segunda “onda” do movimento feminista ocorre na segunda metade do século XX, por volta dos anos de 1960, marcado desta vez por uma crítica etnocentrista e anticolonialista tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. A autora ainda cita nomes importantes que contribuíram com questões para a luta das mulheres negras, como Ângela Davis e Alice Walker. Questões como racismo e sexismo passam a serem problematizadas e o feminismo começa a ser pensado com maior profundidade em relação a

¹⁹O feminismo liberal ganha expressão na legislação que defende igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres. Também chamado de *feminismo científico*, empirismo feminista, feminismo da igualdade, foi o princípio orientador da doutrina de ação afirmativa que possibilita o ingresso das mulheres nas profissões, com base na discussão que procurou estender os direitos dos homens às mulheres no liberalismo. (CARNEIRO, 2015, p. 244-245)

questões de desigualdade de “raça”, como sugere Bell Hooks (2019), em sua obra *“Teoria feminista: das margens ao centro”*.

Nesse contexto, a partir dos anos de 1980, ocorre, conforme explica Carneiro (2015, p. 245), “uma radicalização crítica ao racionalismo essencialista”, causando uma terceira “onda” do movimento feminista; desta vez incorporando às pautas as categorias de gênero, sexualidade, identidade e classe social. Para a autora, esse período é importante sobretudo por incorporar as relações de gênero como uma categoria de análise interdisciplinar. Autoras como Joan Scott, influenciadas pelo pós-estruturalismo foucaultiano, procuram “desconstruir a oposição considerada universal entre homem e mulher, masculino e feminino” (Scott, 2017, p. 246). Carneiro (2015) ainda aponta que: “Na esteira dessas reflexões evidencia-se a emergência do feminismo da diferença, que refuta definitivamente a afirmação de que a ciência a política e a história teriam gênero neutro” (Carneiro, 2015, p. 246.).

Trazendo essa discussão para a proximidade das mulheres na política institucional da região sul do estado do Mato Grosso do Sul, percebe-se forte influência de questões levantadas pelos feminismos ao longo da história que foram, de certa forma, adaptados às realidades específicas dessas mulheres. A fala de Jéssica, sobre sua mãe, exemplifica como o movimento feminista, mesmo que indiretamente, dialoga com mulheres que pertencem a contextos e realidades diferentes. Além disso, entre os documentos, fotografias, jornais e demais registros da ex-prefeita que foram guardados pela família, e que tive acesso, encontra-se um vasto material dedicado às questões de gênero²⁰.

[...] O que ela era? Uma mulher feminista. Ela sempre expôs as ideias dela, o que ela era a favor, mesmo sendo católica [...] ela sempre respeitou o estado laico, então quando se tratava de aborto, ela já sabia que era problema de saúde pública. Ela já estava atenta com o mundo afora. Ela não tinha medo nem vergonha de expor, ainda que fossem tabus²¹.

Carneiro (2015) explica, ainda, que no Brasil, os movimentos feministas foram responsáveis por ampliar a participação feminina em âmbito social e político de maneira geral. Para a autora:

[...] a proliferação de grupos de estudos e diálogos transdisciplinares, as publicações na área, a consolidação de espaços para debate – colóquios nacionais e internacionais – e organizações políticas governamentais e não-governamentais - , entre elas o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, criada em 2003, são resultados dessas ações

²⁰ Esse material está disponível na parte dos anexos.

²¹ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

que se multiplicam e que, por sua vez, alargam as perspectivas de promoção de pesquisa e políticas públicas para a transformação social na esfera do trabalho, da saúde, da cultura e da cidadania (Carneiro, 2015, p. 246-247)

Assim ocorreu com Dorcelina, que demonstrava em diferentes momentos estar plenamente ciente das lutas e bandeiras levantadas pelas mulheres sob aspectos políticos e sociais. Ao longo de sua caminhada política, a ex-prefeita participou de encontros e reuniões que tinham como objetivo discutir pautas exclusivas de mulheres. Muitas dessas reuniões eram ministradas por ela com o intuito de convocar companheiras para aderirem às lutas feministas.

Embora e evidentemente, as feministas da Europa do século XX não referem-se diretamente às mulheres trabalhadoras rurais ou com as mulheres atuantes na política institucional do sul do estado do MS, suas ideias têm influências, mesmo que indiretamente, à medida que os “feminismos” conquistam mais notoriedade e com o passar do tempo mais adeptas, que por sua vez seguem levando os mesmos questionamentos em relação as desigualdades, mais ainda, incorporam outros aspectos e questões para serem problematizadas.

Sendo assim, a emergência do feminismo e da incorporação de novas perspectivas de análise da História fazem surgir a chamada história das mulheres com o intuito de resgatá-las em meio a uma história masculina, uma vez que, ao longo do tempo, as narrativas históricas não contemplaram as mulheres, fazendo assim com que elas fossem relegadas ao silêncio na historiografia.

1.1.1. História das Mulheres, Silenciamento e Invisibilidade.

Para Jacques Le Goff (1994), houve um processo histórico de construção de verdades²² em que o masculino foi colocado como protagonista. Isso significa dizer que muitas representações, discursos e práticas foram construídos a partir da perspectiva masculina. Desde os tempos mais antigos, o monopólio do patrimônio e da memória²³ permitiu ao homem, como sujeito universal, construir uma narrativa histórica em que sua própria perspectiva fosse admitida e legitimada como uma visão hegemônica e universal. Concretiza-se, assim, uma narrativa historiográfica marcada pela historiografia masculina e voltada para interesses de

²²Para Foucault (1996), a verdade tem uma história que pode ser interrogada em relação à sua origem em determinado contexto social e histórico. A verdade é, assim, uma construção, uma produção com tempo e espaço específicos. Cf. FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo. Editora: Loyola, 1996.

²³Aqui me refiro ao conceito de Le Goff (1994): a memória é uma representação do passado, sendo histórica e social. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” Cf. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão e outros. 3ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994

classes dominantes que buscam também, através da história, exercer sua hegemonia e fazer prevalecer suas concepções.

De acordo com Colling (2014), essa chamada “universalidade do “eles”” contribuiu para mascarar o lugar de privilégio dos homens, fazendo-os parecerem neutros em relação às diferenças dos sexos. O homem, reconhecendo-se como sujeito da história, tratou de construir narrativas que o pusesse no protagonismo dos grandes feitos históricos. Isso nos leva a crer que foi produzido, durante muito tempo, um material restrito que refletiu apenas a figura do homem como o sujeito absoluto da história. Dessa forma, os historiadores e as historiadoras expressam somente uma versão da história. Para Joan Scott (1994, p. 50), “o discurso histórico [...] quando nega visibilidade às mulheres perpetua também sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos da História”.

Sobre a história das mulheres, sabemos que a invisibilidade feminina se dá pelo silêncio das fontes tradicionais, por não serem vistas nos espaços públicos. No entanto, ao mesmo tempo em que são esquecidas, ignoradas e silenciadas, as mulheres são, conforme Michelle Perrot (2005, p.11), excessivamente descritas, representadas e imaginadas pelos homens.

[...] as mulheres foram mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam (Perrot, 2005, p. 11).

A autora afirma, ainda, que ao longo do tempo, as mulheres apareceram na história como representações a partir dos olhares masculinos que escreviam a história. Na maioria dos casos, essas representações eram imaginadas e não descritas. Sendo assim, contar a história das mulheres é fazer uma história das representações que tornaram as mulheres invisíveis, cobertas, mascaradas.

Em consequência disso, a mulher, quando aparecia era, de certa forma, marginalizada. Quando nos deparamos com essa homogeneização dos sujeitos e das sujeitas históricas nos perguntamos: onde a mulher esteve presente? Durante todos os acontecimentos que marcaram a história das diversas sociedades existiram mulheres, que foram de certa forma, não vistas por aqueles que contaram a história.

De todo modo, é sabido que foram muitas as razões que podemos considerar como contribuintes dessa invisibilidade das mulheres nas narrativas históricas. Perrot (2007) enfatiza, entre outros aspectos, o silêncio dos relatos diretos de mulheres, uma vez que aqueles que dizem respeito às mulheres eram dominados pela exclusividade dos homens nas esferas políticas, econômicas e sociais. Afinal, foram produzidos relatos sobre rainhas, heroínas ou mulheres imaginadas pelos homens, ou seja, representações do feminino sob a perspectiva masculina. A

autora ainda explica que as mulheres foram, ao longo do tempo, objeto de uma narrativa histórica que as relegou ao silêncio e à invisibilidade, sobretudo por sua atuação se passar quase exclusivamente no espaço privado, uma vez que o espaço público pertencia aos homens.

Essa limitação ao espaço privado foi construída através de discursos e práticas “disciplinares”²⁴ que contribuíram para a permanente ausência da mulher enquanto sujeito discursivo da história. A respeito disso, Tedeschi (2012) evidencia que, ao longo do tempo, a desigualdade de gênero e as representações sobre a identidade feminina foram reproduzidas através de discursos que impregnaram no imaginário social representações de hierarquização dos gêneros e seus papéis sociais.

Para Saffioti (2004), a incorporação de um modelo patriarcal da unidade familiar causou, em determinados aspectos, a diferenciação entre homens e mulheres. Em tempos remotos, das sociedades de caça e coleta, as mulheres eram consideradas poderosas em função da maternidade. No entanto, a necessidade de amamentar – e, conseqüentemente, de carregar filhos e filhas – impossibilitou as mulheres de realizarem a caça, pois, ao sentirem fome, as crianças faziam barulhos, gritavam e choravam. Esse tipo de situação inviabilizava o papel da mulher enquanto caçadora, abrindo margem para a construção de um outro espaço que ela passaria a ocupar.

Essa explicação serve para entendermos que: em primeiro lugar, a ideia da divisão de trabalho a partir da diferença de força física entre homens e mulheres não é verdadeira, de acordo com o descrito acima. Em segundo, como gradativamente a maternidade passou de um fator de exaltação das mulheres para um fator determinante em seu condicionamento aos cuidados da família. A partir disso, a diferença entre os sexos foi sendo, com o passar do tempo, construída.

Por meio de diferentes discursos, as mulheres foram designadas ao espaço doméstico, onde foram escondidas da vida pública, ficando longe dos meios de sociabilidade. Elas não eram vistas e não se falava delas, tornando-se, assim, invisíveis para aqueles que contaram sua história. Esses discursos construíram os sujeitos mulher e homem, as identidades feminina e masculina.

²⁴Foucault (2004) demonstra que a partir do século XVII o poder foi exercido através dos chamados “dispositivos disciplinares”: o Estado e a sociedade fazem uso do corpo, da vigilância e do adestramento para tornar os indivíduos disciplinados, obedientes. Para ele, essa disciplina sobre o corpo tem o intuito de construir indivíduos dóceis e submissos que possam colaborar para o desenvolvimento econômico da sociedade. Portanto, a disciplina teria um aspecto político na manutenção do poder do Estado e no funcionamento de instituições e de determinadas normas sociais.

Para entender melhor um discurso, é importante observar como ele se encaixa na estrutura de um grupo e nas relações de poder simbólicas, ou seja, quem tem o poder de falar e quem não tem, como explicado por Bourdieu (1983). O discurso é essencialmente uma negociação entre a expressão de interesses e a censura que surge nas relações linguísticas específicas. Essas relações estão ancoradas em uma estrutura estável de produção e circulação linguísticas, formando um campo onde se impõe a um falante com determinada competência, ou seja, com um certo poder simbólico.

O significado de um discurso está diretamente ligado ao lugar social de onde ele é proferido, ou seja, às características específicas de uma posição no campo das relações de classe ou em um campo particular. Cada campo estabelece limites entre o que pode ser dito e o que não pode, e é isso que efetivamente define o discurso, de acordo com o autor, (Bourdieu, 1983, p.164) Assim, desde o momento que nascemos, através dos discursos, somos diferenciados com base nos sexos biológicos e nossas identidades são “moldadas” socialmente, nos “predestinando” a determinados papéis. Conforme aponta Deborah Sayão (2003):

Logo ao nascer e, com base em diferenças eminentemente anatômicas inseridas na corporalidade, somos identificados/as com um determinado “sexo”. A simples observação dos órgãos externos “diagnostica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes (Sayão, 2003, p. 122).

Essa diferença é concebida de forma “natural” entre os sujeitos. As mulheres são induzidas a aceitar sua posição social como parte inerente do “ser mulher”, não percebendo a hierarquização a que são submetidas.

A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la (Colling, 2004, p.14).

Percebe-se então a construção de discursos e práticas “disciplinares”²⁵ que contribuíram para a permanente ausência da mulher enquanto sujeitas discursivas da história. Nessa direção,

²⁵Foucault (2004) demonstra que a partir do século XVII o poder foi exercido através dos chamados “dispositivos disciplinares”: o Estado e a sociedade fazem uso do corpo, da vigilância e do adestramento para tornar os indivíduos disciplinados, obedientes. Para ele, essa disciplina sobre o corpo tem o intuito de construir indivíduos dóceis e submissos que possam colaborar para o desenvolvimento econômico da sociedade. Portanto, a disciplina

Colling (2014) aponta para os discursos que historicamente construíram a identidade feminina, atribuindo a ela papéis e espaços pensados pelo cunho da maternidade. Conforme mostra a autora, desde os tempos da Grécia antiga, a maternidade colocou a mulher em um patamar de inferioridade em relação ao homem. A maternidade ainda impediu que as mulheres ocupassem espaços públicos de poder e, além disso, o trabalho e até mesmo a cidadania lhes foram negados. Para Colling (2014) esses discursos normalizadores que historicamente recaíram sobre as mulheres partem de vários campos diferentes das ciências e de instituições.

De filósofos a padres, passando por pedagogos, médicos e psiquiatras, todos constroem argumentos para justificar as supostas inferioridades femininas a partir de uma concepção de essência feminina. Por meio de diferentes discursos, as mulheres foram designadas ao espaço doméstico, onde foram escondidas da vida pública, ficando longe dos meios de sociabilidade. Elas não eram vistas e não se falava delas, tornando-as, assim, invisíveis para aqueles que contaram sua história.

De acordo com Bourdieu (1999, p. 116), o papel social designado às mulheres é um mecanismo importante na manutenção da chamada dominação simbólica. Uma das funções da mulher, “dona do lar”, é contribuir para a permanência dos homens como dominantes e “donos da esfera pública”. Assim, é possível verificar o quanto a diferenciação desses dois espaços é determinante para dificultar a inserção das mulheres na construção historiográfica.

Ao analisarmos a história de vida de algumas mulheres notáveis por sua participação na esfera pública, evidencia-se que essa dominação simbólica de que fala o autor ainda é muito presente nas relações de gênero, trabalho e política. Essas relações são marcadas muitas vezes pela submissão, de certa forma, das mulheres à fala dos homens e à dependência de figuras masculinas.

É possível perceber, por exemplo, que, dentro de suas casas, as mulheres exercem funções e realizam tarefas essenciais para a manutenção do lar enquanto estrutura de suporte à força de trabalho da família. O ato de cozinhar todos os dias, lavar as roupas e limpar a casa é, na maioria dos casos, responsabilidade exclusiva das mulheres.

Aos homens cabe a responsabilidade de “prover” a casa. O ato de prover é nesse caso compreendido por um sentido diretamente mais econômico sendo relacionado à remuneração. Isso dá a eles, homens, o poder da fala. São os maridos ou pais que geralmente representam e falam em nome da família. De acordo com os dados apresentados pelo Banco de dados sobre o

teria um aspecto político na manutenção do poder do Estado e no funcionamento de instituições e de determinadas normas sociais. Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

trabalho das mulheres no Brasil²⁶, da fundação Carlos Chagas, (Bruschini & Lombardi, 2010), a transformação na distribuição de renda dos brasileiros evidencia uma progressiva redução no contingente de trabalhadores com salários mais baixos entre 1976 e 1998.

Em 1976, 56% dos homens e 68% das mulheres recebiam até dois salários-mínimos. Entretanto, em 1998, esses números diminuíram para 39% e 47%, respectivamente. No ano de 2002, observa-se uma inversão nessa trajetória, com a proporção daqueles que ganhavam até dois salários-mínimos aumentando novamente, atingindo 51% para homens e 58% para mulheres, indicando uma queda nos rendimentos do trabalho na população ocupada no Brasil. Essa tendência se intensifica em 2007, quando 56% dos trabalhadores e 63% das trabalhadoras recebiam até dois salários-mínimos.

Ainda, conforme explicam Bruschini & Lombardi (2010), independentemente do setor econômico em que atuam, as mulheres continuam recebendo salários inferiores aos dos homens. No setor de educação, saúde e serviços pessoais, em 2007, aproximadamente um quarto dos trabalhadores e 11% das trabalhadoras ganhavam mais de cinco salários-mínimos. Comparativamente a 2002, houve uma redução no número de trabalhadores de ambos os sexos que recebiam nessa faixa de remuneração (30% deles e 15% delas ganhavam mais de cinco salários-mínimos), confirmando a persistência da queda nos rendimentos do trabalho nos últimos cinco anos da série.

De maneira semelhante, os níveis de rendimento das mulheres são mais baixos independentemente da carga horária semanal de trabalho. Em 2002, entre aqueles que trabalhavam em período integral (de 40 a 44 horas semanais), 57% das mulheres e 51% dos homens recebiam até dois salários-mínimos, enquanto 16% dos homens e 13% das mulheres recebiam mais de cinco salários-mínimos. Em 2007, 65% das mulheres e 56% dos homens que trabalhavam em período integral ganhavam até dois salários-mínimos, indicando mais uma vez a diminuição progressiva do rendimento do trabalho para ambos, especialmente para as mulheres, mesmo diante de uma recuperação econômica e expansão do emprego formal e informal nos últimos anos.

Em relação ao trabalho doméstico, por exemplo, as mulheres aparecem como principais responsáveis, embora desde a década de 1970 até os dias atuais, observa-se uma notável ascensão na participação das mulheres no mercado de trabalho. Conforme os dados do *Banco*

²⁶ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/index.php?area=home>

de *Dados Sobre o Trabalho das Mulheres*²⁷, em 1970, apenas 18% das mulheres brasileiras estavam empregadas, contrastando com mais da metade delas (52,4%) em atividade até 2007. Contudo, a inserção laboral das mulheres não é apenas influenciada pela demanda do mercado e suas qualificações, mas também é consequência de uma articulação de características pessoais e familiares.

A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família etc. -, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Essa última decisão, certamente, é mais premente para as chefes de família, segmento que só tem aumentado: só nos últimos cinco anos analisados, a sua proporção na população residente passou de 25,5% para 33% (Bruschini & Lombardi, 2010).

Anteriormente, até a década de 1970, os efeitos da maternidade na vida profissional das mulheres eram evidenciados pela diminuição das taxas de atividade feminina a partir dos 25 anos, presumivelmente quando os filhos eram pequenos. A partir da metade dos anos 80, no entanto, uma reversão dessa tendência se consolidou, indicando que a atividade produtiva fora de casa tornou-se tão relevante quanto a maternidade e o cuidado com os filhos para as mulheres. Notavelmente, os efeitos da maternidade no trabalho feminino foram atenuados, visto que as taxas de atividade das mulheres entre 25 e 29 anos passaram a se assemelhar e até superar aquelas das mulheres entre 20 e 24 anos. Na faixa etária de 30 a 49 anos, a taxa de atividade das mulheres atingiu 73% em 2007.

Ainda que a presença de crianças pequenas seja um limitador real da atividade feminina, outras variáveis podem vir a estimulá-la: a presença de serviços públicos e particulares de atenção à maternidade (mais comuns em zonas urbanas), a necessidade econômica das famílias para fazer frente, seja ao desemprego de vários de seus membros, seja à renda domiciliar diminuída ou mesmo, ainda que em menor medida, a presença de um maior poder aquisitivo de um segmento de famílias que, mesmo na ausência daqueles serviços, propiciam às trabalhadoras o necessário suporte para a sua ausência do lar. É isso que os dados para 1998 parecem sinalizar e que fica ainda mais claro em 2007: neste último ano, a taxa de atividade das mulheres com filhos com idade até 2 anos (55,3%) apresenta-se apenas um pouco menor que aquela total (57%), embora ainda distante da taxa das mulheres com filhos maiores de 7 anos (72,5%), as quais, mais liberadas do cuidado com crianças pequenas, podem se dedicar mais integralmente ao trabalho (Bruschini & Lombardi, 2010).

²⁷ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres, trabalho e família. In: Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>

Além disso, segundo Bruschini e Lombardi (2010), as mulheres têm permanecido no mercado de trabalho por períodos mais longos. Em 1970, apenas 19% e 15% das mulheres nas faixas etárias de 40 a 49 anos e 50 a 59 anos, respectivamente, estavam ativas. Em 2007, as taxas de atividade nessas mesmas faixas etárias eram de 70% e 53%, demonstrando um aumento significativo. Outro indicador revelador desse movimento é a crescente participação das conjugues no mercado de trabalho. No período de aproximadamente 30 anos (1980/2007), suas taxas de atividade aumentaram de 20% para 58%, quase triplicando nesse intervalo temporal.

Assim, é possível afirmar, segundo as informações do *Banco de Dados* (Bruschini & Lombardi, 2010), que houve mudanças significativas no que diz respeito à disponibilidade de trabalhadoras. No entanto, persistem algumas continuidades que dificultam o comprometimento das mulheres com o trabalho, muitas vezes relegando-as a uma posição secundária como profissionais.

Portanto, em primeiro lugar, as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com os filhos e outros membros da família, o que acarreta uma sobrecarga para aquelas que também desempenham atividades econômicas. Para ilustrar essa sobrecarga de maneira mais concreta, considere a significativa *discrepância* entre o tempo dedicado pelos homens e pelas mulheres às responsabilidades domésticas: os homens, em média, dedicam 10,3 horas por semana a essas atividades, enquanto as mulheres dedicam 26 horas (Bruschini & Lombardi, 2010).

Estejam ou não inseridas no mercado de trabalho, as mulheres desempenham papéis de donas de casa e realizam tarefas que, embora sejam essenciais para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são subestimadas e negligenciadas nas estatísticas, que as categorizam como "inativas, dedicadas a afazeres domésticos". No entanto, ao analisar o tempo total dedicado a atividades produtivas e reprodutivas por homens e mulheres, é evidente que as mulheres consomem mais horas de trabalho em geral do que os homens - 65,4 horas para elas e 57,7 para eles por semana, em 2007 (Bruschini & Lombardi, 2010).

Menegat (2009) explica que, ao abordar a divisão do trabalho, é necessário contemplar a atribuição histórica que confinou as mulheres ao espaço doméstico, rotulando-as como as "rainhas do lar" como uma estratégia para facilitar a dominação. Ao longo do tempo, embora tenham começado a ocupar outros espaços, muitas vezes sem destaque, as mulheres permanecem no comando do ambiente doméstico, mesmo ao assumirem jornadas duplas. Isso as faz manter a liderança daquele espaço onde se sentem como rainhas.

1.1.2. Feminismo e Historiografia

Michelle Perrot (1996, p. 193) explica o surgimento da história das mulheres como uma área de pesquisa dentro da historiografia, já na segunda metade do século XX, na França.

Na França, os historiadores e, sobretudo, as historiadoras que se interessaram pela história das mulheres geralmente provinham da história social (poderia me incluir neste caso, mas não é de mim que estou falando). Haviam, inicialmente, trabalhado com os movimentos sociais e, em seguida, passavam a trabalhar com mulheres, como se tivesse havido uma transferência de energia, de pesquisa, do tema operário para o estudo de gênero (Perrot, 1996, p.193).

Foi então, na segunda metade do século XX, que as mulheres conquistaram um espaço na historiografia e, a partir desta conquista, começaram a tentar escrever uma história em que fossem visíveis não só como representações do masculino. Neste momento, porém, percebeu-se que as mulheres não tinham história. Não existiu uma história que fosse contada a partir dos olhares das mulheres. As mulheres apenas existiram na história quando foram contadas/representadas pelos homens. Perrot (1996) também demonstra a importância e a influência do acesso e da participação da mulher em novos espaços de construção de conhecimento, como as universidades:

A “feminização” da universidade, inicialmente no nível do público, e depois, mais tardiamente, dos professores, favoreceu o nascimento de novas expectativas, de questionamentos diferentes, e consequentemente, o desenvolvimento de cursos e pesquisas sobre as mulheres. As paixões e os interesses se conjugam, de maneira mais clássica, na constituição de um novo “campo” (Perrot, 1996, p.193).

Para a autora, alguns fatores foram importantes para contribuir com a participação das mulheres dentro da história. Primeiramente, um período de crise do positivismo e do marxismo como paradigmas. Como consequência, a Nova História e a História Cultural emergem como possibilidades para uma narrativa alternativa. Com a História Cultural, por exemplo, o campo de investigação se tornou amplo, concentrando em seus objetivos as diferentes perspectivas para analisar a história. A História Cultural se caracteriza por estudos de uma variedade de produções que desempenham observações e interpretações de culturas diferentes, assim como de diferentes grupos sociais, de crenças, do cotidiano, das tradições e de imaginários diferenciados. A História Cultural a partir da década de 1970 passa por uma transformação no seu campo de abordagens historiográficas. Ela vai se desprendendo da utilização da História quantitativa e passa a adotar o campo da Micro-história.

Para Peter Burke (2008, p. 61), a Micro-história é uma reação a uma vertente da história social que passa pela história econômica, faz uso de métodos quantitativos e descreve tendências de maneira generalizada, desconsiderando aspectos das especificidades e particularidades dos objetos. Para ele, a Micro-história é fruto da incorporação da antropologia à própria história. Com isso, se possibilitou aos pesquisadores e pesquisadoras um olhar microscópico que reintegrou as experiências e as vivências individuais e/ou locais às narrativas.

De acordo com Burke (2008) a Micro-história busca compreender o passado por meio de estudos detalhados e minuciosos de casos individuais ou pequenos grupos. Ela procura encontrar o significado mais amplo nas experiências cotidianas, nas práticas culturais e nas interações sociais em uma escala local. Ao invés de focar figuras históricas ou grandes eventos, a Micro-história examina eventos considerados menores, tentando desvendar as complexidades e as implicações mais amplas desses casos específicos. Destacando-se pela sua abordagem detalhada, buscando revelar aspectos mais profundos da vida em determinados contextos históricos. Ou seja, quando um micro-historiador/historiadora estuda a mulher na política institucional, por exemplo, ele/ela não estuda propriamente a mulher, mas estuda por intermédio dela, bem como por meio de seu cotidiano e suas particularidades.

No caso de Dorcelina, a partir do estudo do seu cotidiano, podemos compreender questões um pouco mais amplas que dizem respeito, primeiramente, à política da região sul do Estado do Mato Grosso do Sul, e em segundo momento, à política institucional do Brasil dentro de determinado contexto. É possível, por exemplo, traçar uma relação das violências e das dificuldades enfrentadas por Dorcelina, no âmbito local, com as violências e dificuldades enfrentadas por mulheres que adentram espaços semelhantes da política institucional em um contexto mais amplo, como o processo de impedimento da presidente Dilma Rouseff em 2016.

Junto a isso, para retomar a questão da historiografia feminista, o estudo das relações entre os sexos emerge como uma possibilidade de compreender a história sob outra perspectiva que pudesse dar visibilidade às mulheres. Surgem, portanto, os estudos das relações de gênero como campo de pesquisa em história e demais ciências sociais.

Nesse sentido, o movimento feminista teve, ainda, o condão de impulsionar uma nova vertente historiográfica e romper com a historiografia positivista. Tedeschi (2009, p. 145) afirma que “a incorporação da categoria de gênero na historiografia possibilitou entender as relações de poder, justificaram a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação”.

1.1.3. Relações de Gênero, Feminicídio e Política

De acordo com Joan Scott (2017, p. 3) “(...) no seu uso mais recente, o ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Para a autora, o termo “gênero” apareceu como proposta para se estudar historicamente as relações sociais, sobretudo pelas feministas que defendiam uma transformação fundamental de paradigmas por meio das pesquisas sobre as mulheres.

Para elas, o estudo das mulheres poderia contribuir acrescentando novos temas em diversas áreas de pesquisa, além de propiciar uma reavaliação quanto aos critérios e premissas das pesquisas científicas.

Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo (Scott, 2017, p. 06).

A história das mulheres pode atribuir à pesquisa uma determinada posição política, uma vez que as relações de gênero podem incluir as mulheres de uma maneira menos explícita. Scott (2017) afirma que o gênero, “como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro”. Para a autora, o uso do gênero, portanto, compreende uma perspectiva das relações entre os sexos, analisando, sob uma perspectiva dessas relações, as demais relações sociais.

Isso remete à reflexão sobre as relações sociais dentro da política institucional analisadas à luz das relações de gênero. Homens e mulheres são concebidos de formas distintas dentro do mesmo espaço e ao realizarem as mesmas tarefas. As experiências de um são diretamente relacionadas às experiências do outro, por isso, segundo a autora, não podem ser analisadas em esferas separadas. As experiências femininas e masculinas precisam ser analisadas dentro do mesmo processo, sendo suas relações operadas pelo gênero.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres [...] O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 2017, p. 07).

De acordo com antropóloga Rita Segato (2018)²⁸, as reflexões sobre a expressão da masculinidade na política latino-americana apontam para um padrão de desigualdade evidente nas paisagens presidenciais da região. A observação de que a presença de mulheres nas posições de poder não segue uma agenda multiculturalista, mas, ao contrário, perpetua estereótipos de gênero, lança luz sobre a persistência de estruturas patriarcais e a subordinação da figura feminina no cenário político.

Essa análise aponta para uma história em que a subordinação da figura feminina é utilizada como um meio de expressar poder e controle, destacando a urgência de uma reflexão crítica sobre as influências culturais, políticas e religiosas que moldam as dinâmicas de gênero na política latino-americana. O reconhecimento dessa dinâmica é essencial para a promoção de uma participação política mais equitativa e a desconstrução de narrativas que perpetuam a desigualdade de gênero na região.

Ainda, conforme explica Segato (2018), historicamente, a violência contra as mulheres não é um fenômeno recente, mas a forma como o feminicídio se manifesta em uma prática sistemática e burocrática, como sugerido, pode ser associada ao contexto moderno e ao desenvolvimento de Estados e estruturas governamentais. Portanto, a análise da relação entre feminicídio e a estrutura do Estado, em uma perspectiva histórica e contemporânea, oferece insights importantes para entender como certas formas de violência de gênero se manifestam e persistem ao longo do tempo.

Os estudos de gênero contribuíram para a compreensão das construções das identidades a partir das diferenciações entre os sexos, assim como as relações entre homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, transexuais e demais identidades de gênero e seus papéis e estereótipos designados e construídos por intermédio de discursos e práticas normativas.

Segato (2016, p.18) visa empreender uma análise histórica do mito fundador do patriarcado, abordando a transmutação das peculiaridades masculinas em direção à universalidade de sua influência política. O intuito é evidenciar a evolução do indivíduo referido como homem com minúscula para o Homem com maiúscula, configurando-se como sinônimo e paradigma da humanidade. Esse processo é elucidado mediante o emprego de discursos e práticas violentas e coloniais, caracterizadas por mecanismos de exclusão, exploração e domínio. A autora oferece uma orientação histórica, destacando a antiguidade da concepção de

²⁸ Entrevista dada ao *Instituto Humanitas Unisinos* em 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato>.

predomínio masculino sobre as mulheres. Sublinha-se a imperatividade intrínseca do masculino de ocupar um papel central, resultando na rejeição do feminino à periferia. Tal dinâmica encontra respaldo em variados mitos fundantes de diferentes civilizações, exemplificado eloquentemente pelo mito do gênesis cristão.

No entendimento de Segato (2016) o período colonial-moderno representa não apenas a consolidação do sistema mandatário histórico e discursivo, mas também configura um estágio de transição para o patriarcado de baixa intensidade vigente na contemporaneidade. A persistência desse "cristal duro", sustentáculo das relações hierárquicas que fundamentam os poderes e originam as desigualdades e expropriações. Desse modo, a antropóloga denuncia o discurso que instaura uma concepção dicotômica do mundo, delineando o paradigma masculino universal e central no âmbito público, enquanto o feminino é relegado à condição residual, marginalizado e excluído do domínio público. Nesse contexto, a violência contra as mulheres e os feminicídios são deslocados para uma posição periférica nas esferas do Direito, da mídia e da opinião pública, sendo considerados como questões particulares de grupos específicos.

Podemos então entender que os estudos a respeito das relações de gênero, identidade e sexualidade passaram a ter sua importância, no sentido de problematizar a respeito das construções sociais através dos discursos que ao longo da história moldam o imaginário social. Além da construção das identidades de gênero e suas relações de poder hierarquizadas, corroborando com o meu objeto de análise.

Para Marie-Victoire Louis (2006), o gênero está diretamente relacionado aos diversos conflitos da história das sociedades e às mais variadas práticas culturais, relações hierarquizadas, representações e identidades. Por esse motivo, justifica-se o uso desta categoria para analisar a história das mulheres na política institucional, uma vez que essas histórias são repletas de relações hierárquicas.

Como já foi dito anteriormente, o gênero revela as relações entre os sexos como consequências das identidades designadas para homens e mulheres, as quais também contribuem na determinação das funções sociais desempenhadas de cada sexo. Isso deve ser compreendido como parte de todo um contexto social com reflexos nas esferas política, cultural e social.

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...] O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott, 2017, p. 08).

Em minha pesquisa, a categoria “gênero” propõe uma análise a partir das relações sociais e de gênero, significando propor uma abordagem sexuada das mesmas e da história, partindo do pressuposto de que as identidades de gênero, assim como suas relações, não são naturais, mas sim produtos de uma construção histórica e de motores da sociedade.

Nesse sentido, analisar a trajetória de Dorcelina pelo viés das relações de gênero, é compreender que o fato dela ser uma mulher que não se curvava às imposições machistas, que não se conformava em seguir um padrão de mulher aceita pelo patriarcado e que, principalmente, rompia com as estruturas de poder tradicionalmente ocupadas pelos homens, fez a sua gestão ser muito mais complexa e repleta de obstáculos. O fato de Dorcelina não aceitar determinadas imposições, sendo estas muitas vezes advindas do próprio Partido dos Trabalhadores, o qual ela foi afiliada, a fez uma figura considerada subversiva.

Retomando a questão do gênero, para Colling (2014), falar de gênero é, por tanto, falar de uma invenção social e política para ambos: homens e mulheres. Isso significa dizer que a condição social de ambos não é determinada por aspectos naturais ou biológicos, assim compreendendo também, por meio da análise das relações de gênero, as demais relações de poder entre sujeitos e classes que, ao longo do tempo, construíram a história como conhecemos, ou seja, uma história de hierarquias sociais, uma história de dominação de uma classe sobre a outra, ou de um sujeito sobre o outro.

Existem, ainda, algumas vertentes da categoria gênero e vertentes da historiografia que surgiram e se desenvolveram no intuito de melhor analisar as narrativas históricas trazendo à tona novas problematizações que envolvem questões para além do gênero, tais como: etnia, classe, política, religião, regionalismo e assim por diante. Desde a chamada história cultural, passando pela história das mulheres, relações de gênero, interseccionalidade e decolonialismo, com mencionados na Introdução. A respeito disso, discorrem Colling & Tedeschi (2020):

A história das Mulheres mudou, certamente, e, novos objetos e novas perspectivas são incorporados em suas análises. Da história das mulheres para a história do gênero, que tem como ponto fulcral as relações entre os sexos, integrando a história dos homens e das masculinidades, à categoria da interseccionalidade e ao feminismo decolonial. O feminismo negro é o que tem atualmente, provocado o maior número de debates, tanto teóricos quanto práticos, denunciando o racismo estrutural brasileiro e as omissões das pautas feministas ao não colocar a raça no centro de suas análises (Colling & Tedeschi, 2020, p. 01).

Dentre outras categorias, a interseccionalidade adquiriu uma considerável relevância dentro da história das mulheres muito por propor discussões mais complexas e questões mais amplas no sentido de incorporar perspectivas diferentes que, até então, raramente foram

analisadas juntas. Se durante certo período, a história das mulheres foi pensada sob uma perspectiva, evidentemente, de mulheres, porém escolarizadas, em maioria brancas, europeias e pertencentes a determinadas classes, com a interseccionalidade, se incorporam perspectivas de mulheres consideradas periféricas, de diferentes classes, etnias e regionalidades.

O termo “interseccionalidade”, em si, não me parece pretender problematizar apenas questões relacionadas às diferenças de gênero, tampouco apenas discutir a história das mulheres. Mas sugere que determinadas questões necessitam de uma problematização mais elaborada e complexa que busca relacionar os mais variados elementos que compõem um contexto histórico e social. Dessa forma a história das mulheres pode ser construída através dessas ferramentas de análise que dão certa profundidade às narrativas históricas. Somando as contribuições da incorporação das relações de gênero e da interseccionalidade é possível construir uma narrativa mais elaborada sobre as mulheres enquanto sujeitas e protagonistas.

Já os chamados “estudos decoloniais” trazem uma proposta aversa às narrativas eurocêntricas, ou seja, pensar uma história de povos historicamente colonizados por meio de uma perspectiva descolonizada. Essa vertente ganhou força principalmente em países da América Latina, onde historiadores e historiadoras buscam construir a história das sociedades deste continente sem o olhar europeu.

O feminismo decolonial, principalmente a partir do final dos anos 90 se desenvolve como uma crítica contundente de intelectuais e militantes feministas latino-americanas e caribenhas comprometidas com o desenvolvimento de um pensamento feminista decolonial preocupado em estudar, interpretar e visibilizar o processo histórico de dominação e resistência das mulheres do sul global, especialmente em relação as mulheres negras, indígenas e lésbicas. (Colling & Tedeschi, 2020, p.10).

Assim, a história das mulheres agrega mais um elemento para evidenciar sujeitos e sujeitas historicamente silenciados. São mulheres que sofreram opressões por questões além do gênero que devem ser analisadas levando em consideração suas especificidades. Elementos como identidade, regionalidade, sexualidade, classe social, entre outras, devem ser trazidos para a problematização junto as relações de gênero.

1.2. METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA.

Como mencionado na apresentação do trabalho, tive acesso, por meio de suas filhas, a um acervo de documentos²⁹ que pertenceram a Dorcelina. Após realizar uma análise, foi feita uma seleção que serviu para definir quais dos registros seriam de fato utilizados para esta pesquisa. Este acervo transcende a mera compilação de documentos; constitui-se como uma viagem pessoal pelas vivências de Dorcelina. Ao explorar as fotografias, desenhos, textos e entrevistas, busquei não somente documentar eventos do passado, mas compreender as nuances da experiência humana na política local.

1.2.1. Fotografias como Fonte de Pesquisa

A respeito das fotografias, capturadas pela câmera pessoal de Dorcelina, acredito que assumam a função de documentos visuais cruciais, registrando momentos decisivos durante a campanha eleitoral de 1996 e dos anos que esteve à frente da prefeitura de Mundo Novo, 1997, 1998 e 1999. Estas imagens pessoais conferem uma dimensão emocional à narrativa histórica, promovendo um envolvimento mais profundo com a temática e contexto de estudo.

De acordo com Ana Maria Mauad (1996) para transcender a visão comum da fotografia como um simples análogo da realidade, é fundamental abordar alguns aspectos cruciais. O primeiro ponto refere-se à interconexão entre signo e imagem. A distinção tradicional entre imagem como algo "natural", intrínseco à própria natureza, e o signo como uma representação simbólica não representa um desafio relevante para a análise semiótica. Nessa perspectiva, a imagem pode ser entendida como um texto icônico que, antes de depender de um código, é algo que institui um código. Nesse contexto, ao assumir o papel de um objeto, evento ou sentimento, a imagem incorpora funções significantes.

Um segundo ponto, conforme explica Mauad, (1996, p.12) aborda a imagem fotográfica enquanto mensagem, construída com base em uma dupla referência: a própria imagem, como uma escolha realizada, e o conjunto de escolhas possíveis que não foram efetuadas, mas que estão em uma relação de equivalência ou oposição com as escolhas feitas. Em outras palavras, é essencial compreender a fotografia como uma escolha feita em um conjunto de opções então disponíveis.

²⁹ Todas os documentos, trechos de jornais e fotografias utilizadas estão disponíveis para visualização na página de anexos.

Por fim, o terceiro ponto trata da relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão. Enquanto o primeiro leva em consideração a relação dos elementos da fotografia com o contexto no qual está inserida, referindo-se aos recortes temáticos e temporais realizados, o segundo pressupõe a compreensão das opções técnicas e estéticas. Estas, por sua vez, envolvem um aprendizado historicamente determinado que, como em qualquer processo pedagógico, está repleto de significados sociais.

1.2.2. Periódicos como Fonte de Pesquisa

Paralelo a utilização de fotografias, uma segunda natureza de fonte que faço uso neste trabalho são os periódicos. Conforme mencionado na apresentação, tive a minha disposição uma série de matérias e reportagens – que abordam assuntos relacionados à Dorcelina e, conseqüentemente, à política institucional de Mundo Novo - impressas por alguns dos principais veículos de comunicação da época. Esse material foi guardado pela família da ex-prefeita e fornecidos a mim pelas suas filhas, Jéssica e Hindyra, junto às fotografias.

De acordo com Tânia Regina de Luca (2006) a mídia periódica, reconhecida por refletir a realidade de acordo com suas perspectivas ou ser influenciada por grupos específicos, não era bem aceita, pela historiografia, até os anos 1970. Portanto, eram raros os estudos históricos que faziam uso de revistas e periódicos. Embora a importância desse tipo de documento fosse admitida, havia hesitação em incorporá-los na narrativa histórica.

Devido a isso, Luca (2006) entende que fazer uso de materiais impressos vai além da leitura de um texto solto do jornal. É de fundamental importância entender onde esse texto se encaixa, analisando seu contexto de inserção. Ou seja, olhar para os impressos não só como algo para ler, mas também como algo que pode ser estudado como fonte e objeto de pesquisa histórica. Essa maneira de abordar os materiais impressos busca, de certa forma, colocá-los de maneira rigorosa na área da crítica competente.

Segundo as observações de Barbosa (2006, p. 226), a imprensa no Brasil estabeleceu historicamente uma relação com a política, desempenhando um papel central em diversos momentos cruciais da história nacional. Em decorrência dessa interdependência, é notório que muitos pesquisadores dedicados ao estudo da história política concentram suas análises nas páginas periódicas.

Nesse sentido, para usar o material impresso que foi a mim concedido como fonte de pesquisa em História, o material deve ser analisado por uma perspectiva crítica que leve em consideração todo o contexto histórico e social que as reportagens e matérias foram produzidas.

Isso significa explorar e compreender a história da região sul do estado do Mato Grosso do Sul, a qual se insere o município de Mundo Novo. Ainda, é igualmente fundamental compreender o cenário político da época, sobretudo entre os anos de 1980, 1990 e 2000.

1.2.3. Entrevistas como Fonte de Pesquisa: História Oral

Com a finalidade de fazer a amarração ou, talvez, dar sentido aos fatos manifestados nas fontes escritas e ilustrativas, procurei conversar com pessoas que tiverem, de alguma forma, algum envolvimento com Dorcelina ou com o contexto da pesquisa. Sendo assim, como também anunciado na apresentação, foram realizadas entrevistas³⁰ para compor, por meio da metodologia de pesquisa em história oral, as fontes utilizadas neste trabalho.

A utilização da metodologia de história oral, mediante entrevistas com figuras-chave como Jéssica, Edima e Graziela Moura de Souza, conferiu um componente inestimável a esta pesquisa. Tais relatos aprofundaram a compreensão das motivações subjacentes e dos desafios enfrentados por Dorcelina, enriquecendo a análise histórica. Verena Alberti (2004) evidencia a história oral como um acesso a uma pluralidade de diferentes memórias e perspectivas do passado, sendo assim um campo propício para o estudo das subjetividades e das representações, determinantes para o entendimento do passado.

A respeito das entrevistas, Antônio Torres Montenegro (2001) demonstra que estas devem ser na medida do possível simples com o propósito de evidenciar para os entrevistados seu protagonismo neste processo. A maior relevância das entrevistas, segundo o autor, está nas descrições, nos detalhes, na naturalidade e nas expressões dos colaboradores e colaboradoras.

Alberti (2004) também aponta uma questão importante no que diz respeito à condução das entrevistas, que determina diretamente as informações contidas nas falas dos colaboradores e colaboradoras. Para a autora, existem dois principais eixos que direcionam as entrevistas, sendo estes a história temática e a história de vida. Uma entrevista temática determina como eixo do trabalho um suposto evento, uma função ou período, direcionando para uma abordagem específica sobre o um assunto escolhido.

A história de vida por outro lado, tem como eixo de abordagem o próprio indivíduo, sua história e trajetória, podendo abordar também temáticas diversificadas que fazem parte do contexto histórico do próprio sujeito. Embora nesse trabalho, a maior parte das entrevistas

³⁰ As transcrições das entrevistas estão disponíveis na seção “Anexos” dessa tese.

sigam o eixo da história temática, em alguns momentos, aspectos das histórias de vida se misturam nas falas das colaboradoras. A respeito disso, a autora explica:

É possível que em determinado projeto de pesquisa sejam escolhidos ambos os tipos de entrevista como forma de trabalho. Nada impede que se façam algumas entrevistas mais longas, de história de vida, com pessoas consideradas em especial representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico, ao lado de entrevistas temáticas com outros autores e/ou testemunhas (Alberti, 2005, p.176).

A respeito da escolha das pessoas entrevistadas, essa deve ser feita por meio de critérios pré-definidos. Sendo, neste caso, a proximidade das pessoas com Dorcelina e com o contexto local, no caso da cidade de Mundo Novo, no período das campanhas eleitorais dos anos de 1990 a 2000. Outro ponto que vale ser mencionado diz respeito à disponibilidade e acesso às pessoas que, de alguma forma, se encaixam nesses critérios. Devido isso, o quantitativo de pessoas foi bastante reduzido. Por fim, sendo escolhidas para essa etapa da pesquisa, as mulheres já mencionadas anteriormente. Jéssica, Edima e Grazielle.

Sobre as entrevistas, estas, a princípio, seguiram um roteiro, elaborado com base em uma fundamentação teórica sobre a temática proposta, com o objetivo de produzir um material que não só responda as questões estabelecidas para a problemática da pesquisa, mas que também seja passível de uma problematização relevante.

É válido ressaltar aqui que, embora as entrevistas sigam um roteiro previamente elaborado, no decorrer do processo de produção, surgiram questões circunstanciais as quais a partir da fala das colaboradoras se tornam relevantes. Isso significa dizer que, em meio as gravações, algumas questões foram reelaboradas ou até mesmo criadas, no intuito de melhor corresponder às problemáticas propostas pela pesquisa.

Tendo feito as primeiras etapas desse processo, após o momento da gravação de áudio, as entrevistas foram transcritas em sua íntegra sob o aval das participantes. De acordo com José Carlos Meihy & Leandro Seawright (2020), a “transcrição” é a etapa mais técnica e pouco interpretativa da produção de um documento em história oral. Nessa etapa, prima-se pela literalidade das falas e da ambientação da entrevista. Nas palavras dos próprios autores, a transcrição “equivale à passagem dos enunciados orais para o código escrito o mais próximo possível de como foram emitidos” (Meihy & Seawright, 2020, p.131).

Embora existam segmentos que entendam a transcrição como etapa final, portanto, suficiente para a elaboração de um documento em história oral, Meihy & Seawright (2020) acreditam que essa deve ser uma entre outras etapas. Por isso, a transcrição deve registrar, em

texto, todos os detalhes que constroem o ambiente da entrevista. O segundo momento do que denominamos de pós-entrevista é a “textualização”. Essa etapa pode ser entendida como um tratamento da transcrição. Aqui se preza pelas ideias mais relevantes ao invés da transposição palavra por palavra. Assim, a textualização é uma espécie de reordenamento das ideias expostas pelos colaboradores de forma escrita.

Uma vez acabadas as etapas da transcrição e da textualização, se inicia uma última fase denominada de “transcriação”, sendo essa o aprimoramento do texto através de um processo de recriar e refazer, em constante acordo com os colaboradores; sempre com o cuidado de não descaracterizar suas feições narrativas. Isso significa recriar na escrita a atmosfera da entrevista (tempo e espaço) e as sensações (sentidos e emoções) que não são possíveis somente com a reprodução fidedigna do que foi dito. Terminado essas etapas, as entrevistas estão prontas para serem utilizadas, a critério do pesquisador e pesquisadora, como fontes de pesquisa em história oral.

CAPÍTULO II – DORCELINA: TRAJETÓRIA SOCIAL E POLÍTICA EM MUNDO NOVO.

Dorcelina de Oliveira Folador nasceu no município de Guaporema, interior do estado do Paraná, em 27 de julho de 1963. No ano de 1974, quando ela tinha 11 anos de idade, sua família mudou-se para a cidade de Mundo Novo, no então estado de Mato Grosso (MT). Sua sobrinha, Edima, 6 anos mais nova, lembra um pouco os primeiros anos dela e sua família na região:

Vou te falar a verdade, as lembranças que eu tenho da minha tia... Eu e a minha tia temos 6 anos de diferença. Eu sou 6 anos mais nova do que ela, então a minha tia, na verdade, é aquela que cuidava de mim quando eu era pequena. Porque a nossa família é a família de gente da Terra. Gente que trabalhava no cultivo na roça. Então ela que ficava comigo³¹.

A fotografia abaixo, tirada em 1973, pertenceu a seu pai, José. A imagem registra Dorcelina e sua família um ano antes de migrarem para Mundo Novo, no então estado do Mato Grosso.

FIGURA 03. REGISTRO FOTOGRÁFICO DE DORCELINA E SUA FAMÍLIA EM GUAPOREMA (PARANÁ, 1973)



³¹ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

Fonte: Acervo Pessoal de José Domingos de Oliveira e família.

Dorcelina é considerada um símbolo de luta para mulheres que buscam igualdade, respeito e espaço nos lugares historicamente ocupados por homens, como a política institucional. Sua trajetória é marcada pelas dificuldades e barreiras impostas por uma sociedade patriarcal que negou às mulheres a possibilidade de ocupar postos de liderança e alcançar protagonismo a partir das suas ações.

Sua morte trágica simboliza uma violência política, por se tratar de uma liderança que representava os interesses de classes menos favorecidas. Mais que isso, seu assassinato simboliza também uma violência de gênero, por se tratar de uma mulher que estava ocupando espaços os quais, historicamente, são reservados aos homens. Na época, o crime de feminicídio - embora não tenha sido, pelos veículos de comunicação, reconhecido e tampouco noticiado como “caso de feminicídio” - teve repercussão nacional, sendo notícia na *Folha de São Paulo*³² na matéria de Roberto Samora:

A prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina de Oliveira Folador (PT), 36, foi assassinada às 23h de sábado com seis tiros, um na clavícula esquerda e cinco no lado esquerdo das costas, na varanda de sua casa. [...] Dorcelina, ex-sem-terra e integrante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), havia denunciado o que chamava de “máfia” que comandava a cidade, que, segundo ela, tinha envolvimento com o narcotráfico, contrabando de armas e até com o tráfico de crianças para o exterior. [...] A população da cidade, com cerca de 16 mil habitantes, no extremo sul do Estado, perto da fronteira com o Paraná e o Paraguai (470 km ao sul de Campo Grande), foi em massa ao seu velório (*Folha de São Paulo*, 01 de novembro de 1999).

Conforme descreva a matéria, o chefe do Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, notoriamente conhecido como Zeca do PT, juntamente com Luís Inácio Lula da Silva, figura de prestígio e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o presidente nacional do referido partido, José Dirceu, dirigiram-se à localidade de Mundo Novo prontamente após serem informados sobre o ato delituoso, expressando a convicção de que o incidente em questão possa ser caracterizado como um “delito de natureza política”.

Segundo a reportagem de Samora, (1999) tanto Zeca quanto Lula abstiveram-se de comentar sobre os possíveis interessados na perpetração do homicídio da prefeita. Por outro lado, Dirceu aventou a hipótese de uma possível conexão dos perpetradores com indivíduos envolvidos no tráfico de entorpecentes³³, afirmando que, caso a Polícia Federal identifique

³² FOLHA DE SÃO PAULO. Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul. Folha de São Paulo. Reportagem de Roberto Samora. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199902.htm>. Acessado em 09 de julho de 2020.

³³ Em razão da falta de fontes, não adentro essa questão.

quaisquer indícios de associação do delito com o tráfico de drogas, ele solicitará uma investigação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar questões relacionadas ao narcotráfico. Junto ao governador, o vice-governador Moacir Kohl (PDT), parlamentares federais e estaduais, bem como secretários de Estado, deslocaram-se até Mundo Novo no transcorrer do dia anterior.

A reportagem relata a percepção de alguns dos principais nomes do Partido dos Trabalhadores e da política institucional da região sul do Mato Grosso do Sul, na época. Nesse ponto, chama a atenção que nenhum deles, homens, chegou a mencionar alguma questão relacionada à uma violência de gênero. Nesse sentido, me parece pertinente o questionamento de como muitos casos de feminicídio, na política institucional, são interpretados.

Voltando a falar da trajetória de Dorcelina, ela e sua família chegam em Mundo Novo, como mencionado anteriormente, durante os conturbados anos da década de 1970. Ao chegar na cidade ela foi matriculada na Escola Estadual Marechal Rondon. Na época Dorcelina tinha onze anos de idade e cursava a quarta série do ensino fundamental, conforme pude apurar entrevistando sua sobrinha Edima.

Nesse ponto, acredito ser válido mencionar uma questão bastante marcante na sua vida. Desde a infância, Dorcelina teve uma saúde fragilizada devido a uma paralisia infantil que lhe ocorreu quando tinha apenas nove anos de idade. A doença deixaria algumas marcas para o resto da vida. Devido a isso, Dorcelina tinha certa dificuldade de locomoção com a perna esquerda. Tal ocorrência também influenciou boa parte da sua trajetória política, como podemos verificar na fala de Edima:

Eu acho que a atuação política da minha tia começa bem cedo. Começa na fase de adolescência dela. E eu acho que a atuação política dela entra com a própria realidade dela, né. Sendo uma pessoa deficiente física em um país que não tinha muitos recursos, SUS para isso, né? E com uma dignidade muito grande, porque ela era uma pessoa, por exemplo, minha tia, ela caía quase sempre. Ela não tinha um equilíbrio porque tinha essa perna muito fina devido à paralisia infantil, mas ela foi uma pessoa que nunca quis uma muleta. Ela sempre trabalhou. Sempre quis ganhar o dinheiro dela. Ela tinha uma dignidade muito grande [...] quando ela caía também, ela não queria que ajudassem³⁴.

A sua preocupação com a causa das pessoas com deficiências físicas fica evidente ao concretizar eventos e projetos, já na condição de prefeita de Mundo Novo. Esse processo é

³⁴ ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som.

evidenciado pela notícia publicada em um jornal da época, o *Diário do Povo*, de 21 de novembro de 1997³⁵.

A Prefeitura de Mundo Novo e a Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física - AMPDF, promovem no dia 3 de dezembro o 1º Encontro Estadual dos Portadores de Deficiência Física. O evento tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre as questões referentes às pessoas portadoras de deficiência e esclarecer sobre os direitos garantidos na Constituição Federal. [...] O Encontro terá ampla programação, como: palestra, visita às obras realizadas pela atual administração, caminhada simbólica e show artístico. O Encontro será aberto às 8h no anfiteatro da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS, centro de Mundo Novo, com pronunciamentos da prefeita Dorcelina Folador (PT) e da Presidente da AMPDF, Maria Solange de Oliveira Ribeiro. Os organizadores calculam que cerca de duzentas pessoas, oriundas de outras cidades, participarão das atividades. (*Diário do Povo*, 1997).

A então prefeita, conforme descreve o texto do jornal, destaca o dia 3 de dezembro como a data de mobilização em prol dos portadores de deficiência física. Como gestora municipal e pessoa com deficiência, ela considerava importante contribuir para promover iniciativas que incentivassem a integração e a luta dessa categoria que na sua visão era frequentemente discriminada pela sociedade.

Dorcelina abordou, no encontro, a existência de diversas barreiras arquitetônicas na cidade, inclusive nas dependências da Prefeitura Municipal, que comprometiam a mobilidade das pessoas com deficiência física. No entanto, enfatizou, segundo a reportagem, que progressivamente essa comunidade estava conquistando seus direitos, sendo um exemplo a exigência por construções como rampas nas vias públicas da localidade. A prefeita relatou ainda os esforços em curso para dialogar com empresários e líderes evangélicos, visando à implementação de rampas que facilitassem o acesso de deficientes a estabelecimentos comerciais e locais de culto. Contudo, destacou que o *principal* obstáculo ainda era preconceito.

Na matéria percebemos elementos de como ela pensava as políticas públicas. Dorcelina, enquanto mulher e portadora de deficiência física, sabia muito bem ocupar o seu lugar de fala e criar, a partir dele, uma pauta de interesse coletivo valorizando a luta por melhorias. Ela, enquanto gestora, pensava a cidade de maneira que fosse inclusiva.

2.1. Atuação social e política nos grupos da Igreja.

³⁵ Não foi possível ter acesso à impressão original, na íntegra do diário publicado neste dia. Assim como, as matérias anteriores ao ano de 2010 não estão disponíveis na rede. Devido a isso, não consta o crédito aos autores/autoras da matéria.

Na década de 1980, de acordo com Silva (2005, p.25) Dorcelina começou a frequentar um grupo formado por jovens que faziam parte da juventude católica de Mundo Novo. Esse coletivo era chamado Juventude Mensageira do Amor de Cristo (JUMAC). Foi a partir daí que a jovem Dorcelina começou a participar das ações dos grupos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) conhecendo melhor os movimentos sociais integrados à Igreja Católica. Sobre isso, Graziela relata a importância que essas instituições tiveram para Dorcelina:

Em todo o texto feito de uma ação da prefeitura, Dorcelina gostava que colocasse um pouco sobre sua história de vida, sempre deveria constar sua situação física, o MST e a JUMAC. Acredito que eram bases políticas importantes para ela e por isso o destaque. Também eram movimentos importantes para a construção da esquerda na cidade e no Estado³⁶.

A filha Jéssica, embora não tenha acompanhado o início, evidentemente por ter nascido anos depois, em 1991, descreve o envolvimento da mãe com os grupos da Igreja como uma constante em sua vida. Sendo assim, fundamental na sua formação.

Nos grupos da igreja, ela era muito ativa. Eu não sei como minha mãe arrumava tempo para fazer tudo que ela fazia e ainda ser ativa nos grupos da igreja. Eles, meu pai e minha mãe se conheceram no grupo de jovens da igreja. Desde pequeno, nós, eu e minha irmã, fomos introduzidas. Na igreja católica, ativamente, participando muito. Minha família é muito católica. Então ela era parte mesmo. Ela era cursilista ativa, ela lia nas missas, ela estava lá e participava, entende? [...] ³⁷

Sabendo, portanto, da importância que os encontros dos grupos da Igreja, tanto da JUMAC como da CPT, tiveram na trajetória social e política de Dorcelina, acredito ser válido fazer uma breve contextualização histórica, nesse momento. De acordo com Stella Zanchett (2017, p.51) em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, diversas queixas sobre as péssimas condições de vida, injustiças, assassinatos, ameaças e despejos enfrentados pelos habitantes rurais foram expostas. Diante dessa situação, os líderes religiosos decidiram criar uma Comissão de Terras. Essa comissão, vinculada à Linha Missionária da CNBB, foi estabelecida como um órgão não oficial com o propósito ágil de conectar, orientar e energizar aqueles que trabalham em prol dos sem-terra e dos trabalhadores rurais.

Esta é a origem da CPT, portanto fundada em 1975. A princípio, a Comissão de Terras levantou informações sobre a dura realidade do campesinato no Brasil. A partir desses

³⁶ SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luis General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

³⁷ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

dados, foi formulado o texto que deu base ao documento “Igreja e Problemas da Terra”. Este foi apresentado, debatido e aprovado pelos bispos presentes na 18ª Assembleia Geral da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980, década em que a CPT se consolida em todo o Brasil. (Zanchett, 2017, p.51).

Stella Zanchett (2017) descreve que nos anos de 1970, membros da Igreja Católica que faziam parte das pastorais sociais de Mato Grosso do Sul ajudavam as pessoas que estavam em uma situação difícil, dando comida, roupas e remédios. Inicialmente, não se entendia a situação de um jeito político. À medida que esses religiosos eram contatados pela equipe da CPT/MS, que organizava líderes e realizava reuniões de ensino, mais pessoas passavam a entender e apoiar a ideia de ter uma reforma agrária no estado. A autora ainda explica:

A partir da década de 1990, dá-se sucessivamente uma mudança de perfil na entidade. A CPT passa a assessorar os grupos assentados, na perspectiva, cada vez mais presente, da prestação de serviços de natureza técnica. Até porque, as ações de ocupação e luta pela terra passavam a ter organização autônoma, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) criado em janeiro de 1984. Essa transição saindo da ação organizativa (luta pela terra) para atuação técnica, extensionista (luta na terra) é, muitas vezes, caracterizado como uma burocratização da entidade, preocupada na questão da viabilidade da pequena propriedade. Tomando um caráter extensionista, a CPT assume para si projetos de produção em agricultura familiar, como forma de fomentar a agroecologia e permanência do homem no campo. Discutir este processo não é o enfoque do trabalho, mas nos interessa ao menos compreender o quanto essa mudança na atuação da CPT está articulada com uma tendência dos movimentos sociais na década de 1990. (Zanchett, 2017, p.65).

A Pastoral da Terra, portanto, originária dentro da estrutura da Igreja Católica e resultante de uma mudança de postura desta instituição, desempenha um papel significativo no contexto da reforma agrária. A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela-se de extrema relevância, notadamente ao acompanhar o retorno dos brasiguaios e brasiguaias ao Brasil durante o período de abertura política, com Mundo Novo figurando como ponto de ingresso desse processo. Dorcelina, conforme cita sua sobrinha Edima, também esteve presente nesse contexto:

E aí ela entra nessa luta com os Brasiguaios também. A população é metade no Brasil, metade no Paraguai. Porque muitos camponeses, pessoas da roça, iam trabalhar no Paraguai e tinham filhos lá, e esses filhos não eram considerados nem brasileiros nem paraguaios, né? Então, tinha essa diferença também entre as pessoas³⁸.

A subsequente formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resulta em uma intensificação das demandas por assentamentos, com ambas as organizações,

³⁸ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som.

CPT e MST, destacando-se na defesa dessas reivindicações, particularmente na mencionada região. Foi nesse contexto que Dorcelina se inseriu ao adentrar os grupos da JUMAC e da CPT. Esse período, conforme relata sua sobrinha Edima, marca o início de uma postura e atuação política de Dorcelina. Foi dentro dos grupos da Igreja que ela deu seus primeiros passos na sua trajetória da política social para a política institucional.

Nos grupos da igreja também. Eu acho que foi o primeiro passo. Porque o passo de todos os adolescentes ali era frequentar a igreja. A minha tia ela sempre teve uma luta, conta algumas coisas da igreja contra a igreja reacionária, a igreja de apoio à ditadura militar, mas ela também tinha consciência que dentro da mesma igreja tinham pessoas muito comprometidas com o povo. Ela nunca abandonou essa igreja, ela nunca tomou uma decisão de entrar na política e estar fora da igreja. Ela tinha uma grande formação cristã, devido à minha avó, que sempre teve essa formação e a nossa família cresceu assim. Mas essa formação cristã para ela, para mim também, para alguns outros, não significava que você era de acordo com tudo aquilo que a igreja fazia [...] E é um lado social, né? Então, era essa igreja que a gente acreditava, né? Essa igreja de Cristo que a gente sempre acreditou e ela foi pra frente, sempre com essa ideologia. De que tinham os erros dentro da igreja, mas que para você combater alguma coisa, você tem que estar dentro dessa estrutura também [...] E eu acho que ela foi um grande exemplo disso, de organização dos jovens, de fazer ver que eles tinham o direito de estudar, de ter uma profissão que não é porque um era filho de pessoa da roça que o destino dele era ser uma pessoa da roça também.³⁹

O relato de Edima evidencia também a consciência de classe de Dorcelina. A percepção das injustiças e desigualdades daquele contexto. A partir daí ela começa a se interessar pela organização e gestão de grupos, envolvendo-se politicamente com os movimentos da Igreja. Em 1984, ela foi eleita presidente da JUMAC. Nesse período, ela ainda trabalhava em uma loja de roupas, mas devido às dificuldades causadas por sua deficiência, acabou deixando a profissão.

2.2. A trajetória na política institucional de Mundo Novo (MS)

As ações desenvolvidas junto à JUMAC bem como no âmbito dos movimentos sociais e da Pastoral da Terra, auxiliaram que Dorcelina desenvolvesse habilidades de liderança política a ponto de adentrar na política institucional. No ano de 1987, segundo Silva (2005, p.27) Dorcelina, juntamente com pessoas ligadas à Igreja, grupos evangélicos e trabalhadores rurais, fundaram o Partido dos Trabalhadores na região de Mundo Novo. Sua sobrinha, Edima, descreve esse momento e ainda, nos permite ter uma noção do contexto o qual ela estava

³⁹ ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som.

inserida, no sentido do quanto ela era uma representação de resistência e oposição a um sistema que perdurava há anos na cidade.

[...] ela foi uma das fundadoras do PT na época. Na política, o primeiro PT que nasce em Mundo Novo, foi criado pela minha tia [...], mas não é que ela adere ao PT... Não. A minha tia era muito sistemática, ela estudava muito. Ela raciocinava muito qual era aquele (partido) que estava mais dentro do povo. Se a gente tem uma percepção política, por exemplo, de Mundo Novo, sempre foi governado pela Arena, por partidos de extrema direita, sem o mínimo de respeito pela questão cultural, pela questão indígena, pela questão dos sem-terra [...] então ela começa a atuação política dela nesse, nesse sentido, né? De fundar um partido político e percebe que o único modo de ter voz é esse. Fundar um partido político e tentar ganhar essas eleições⁴⁰.

No ano seguinte à fundação do partido, em 1988, Dorcelina se candidatou pela primeira vez a vereadora. Nesse ano, conforme os dados⁴¹ do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, em Mundo Novo, houve 4 candidatos à prefeito. Todos, homens. Para a câmara dos vereadores foram 86 candidatos e candidatas. 6 eram mulheres e nenhuma acabou sendo eleita. Eunice Guimaraes Titico (PMDB) foi a candidata mais bem votada, com 235 votos.

Na época, as propostas da então candidata a câmara dos vereadores de Mundo Novo eram consideradas bastante ousadas na perspectiva da imprensa local. Um dos objetivos era a realização de mudanças gerais no governo municipal, como relatou a própria Dorcelina em uma entrevista à *Folha de São Paulo*, em 1996, conforme descreve a matéria:

Dorcelina descreveu como pretendia "mudar as coisas" naquela região controlada, segundo ela, "pelas máfias do narcotráfico, do contrabando de carros e do contrabando de bebês". [...] Deficiente física, ela era uma mulher corajosa, consciente de que sua liderança despertava a ira de muita gente. O símbolo da campanha de Dorcelina era uma vassoura, ao estilo de Jânio Quadros, com os seguintes dizeres: "Vamos varrer a corrupção, Dorcelina é a solução" (*Folha de São Paulo*, 1996).

Tais propostas talvez tenham parecido muito audaciosas para o contexto local da época, o que não atraiu eleitores suficientes para a candidata. Dorcelina recebeu, em sua primeira candidatura, 177 votos. Apesar de não serem suficientes para elegê-la, foram o bastante para motivá-la a continuar sua trajetória na política institucional.

Conforme explica a pesquisa de Fátima de Carvalho Ângelo da Silva (2005, p.27), em 1989, Dorcelina intensificou e expandiu sua atuação política ao entrar para o Movimento dos

⁴⁰ Idem

⁴¹ Dados do TER-MS disponíveis em:

<https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1988-mundo-novo/@/@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1988-Mundo-Novo.pdf>. Acessado em 08 de julho de 2020.

Trabalhadores sem Terra (MST). Uma vez dentro do movimento, ela passou a atuar em cidades vizinhas à Mundo Novo. Sua atuação se deu, entre outros aspectos, pela busca de terras improdutivas ou devolutas para serem ocupadas por pequenos agricultores e agricultoras. A filha Graziela evidencia a preocupação Dorcelina com as questões relacionadas ao contexto agrário e à luta pela terra na região:

Ela veio do campo, sempre dizia isso em seus discursos e também foi membro do Movimento, acredito que como acampada e como jornalista. Dorcelina era pela ocupação das terras, contra os latifúndios. Em favor do pequeno e médio agricultor. Acho que isso incomodava mais ainda naquela época⁴².

O envolvimento dela com o movimento e com os trabalhadores e trabalhadoras do campo sempre foi muito marcante em toda sua trajetória, tanto nos anos de campanha eleitoral e posteriormente durante a gestão municipal. Assim observamos nas falas de Edima⁴³: “Então eu tenho essa lembrança da minha tia. Envolvida nos movimentos. Ela era jornalista, escrevia para o jornal do Movimento Sem Terra”. Segundo Jéssica⁴⁴: “Como jornalista, no MST é uma coisa que eu lembro muito. Ela atuando ali no Movimento Sem Terra. A gente ia muito para assentamentos. Eu tenho muita lembrança disso”.

No ano de 1992, Dorcelina se candidatou novamente para vereadora municipal. Sua segunda candidatura se deu em um período de muitas dificuldades e de amadurecimento. Dessa vez a candidata recebeu 233 votos ainda insuficientes para a eleição. Assim, após alguns anos de continuidade na sua luta, em 1994 é indicada a disputar novamente as eleições, mas desta vez como deputada estadual.

Em 1992, ocorre a primeira candidatura à prefeitura de uma mulher. Maria Emília Savoia pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com 95 votos, concorreu com mais quatro candidatos. José Carlos da Silva, que concorreu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) acabou eleito com 6833 votos, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral ⁴⁵do MS. Dos candidatos e candidatas à vereador, houve 84 homens e 10 mulheres. Nenhuma das candidatas foi eleita, sendo Dorcelina a mais votada entre as mulheres.

⁴² SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

⁴³ ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som

⁴⁴ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

⁴⁵ Dados do TER-MS disponíveis em:

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1992-mundo-novo/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1992-Mundo-Novo.pdf. Acessado em 08 de julho de 2020.

Já em 1994, eleições gerais, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral⁴⁶ para o governo do estado, foram 3 candidatos e 1 candidata, Rita de Cassia Gomes Lima, pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Sendo eleito, Wilson Barbosa Martins (PMDB). Para o Senado, houve 6 candidatos e 1 candidata, não eleita, Francisca Diva Escobar (PRONA). Dos 40 candidatos e candidatas ao cargo de deputado/a estadual, 3 eram mulheres e 2 delas foram eleitas: Marilu Cegatto Guimarães, pelo Partido Progressista Reformador (PPR) e Marisa Joaquina Monteiro Serrano (PMDB). Para deputado/a estadual, foram 115 candidatos e candidatas, 9 mulheres, dessas, somente Celina Martins Jallad (PMDB) conseguiu se eleger.

De acordo com Comin & Menegat, (2022), na Câmara dos Deputados federais, observa-se um crescimento no número de candidatas do sexo feminino. Em Mato Grosso do Sul, oito mulheres são escolhidas para esse cargo a cada eleição, representando a maior proporção de vagas disponíveis. Entretanto, esse aumento na representação não se traduz necessariamente em um maior número de mulheres efetivamente eleitas. Ao analisarmos os dados mais detalhadamente, percebemos que, ao longo de 40 anos, apenas quatro mulheres ocuparam a posição, pois das seis eleitas, três conquistaram a reeleição: Marilu Cegatto Guimarães e Marisa Serrano. As autoras ainda pontuam:

[...] podemos inferir que, quanto menor hierarquicamente o cargo, na escala de níveis de representação do estado e de tomada de decisões, maior o número de candidatos. No entanto, recorrendo ao percentual que nos mostra a proporção entre homens e mulheres nos diferentes pleitos, somam 1.691 candidatos e 409 candidatas. Isso significa que os homens representam 80% e as mulheres 20%, concorrendo ao cargo de deputados/as estaduais ao longo da história do estado. Com relação aos eleitos, os homens representam 95%, com 231 eleitos, e elas apenas 5%, das 9 eleitas, ocupando o cargo por 12 vezes, pois duas foram reeleitas: Celina Jallad (1994, 1998 e 2002) e Dione Hashioka (2006 e 2010 – eleita na média da coligação partidária). Dessa forma, nos 40 anos de política sul-mato-grossense, o número de candidatas aumentou, mas caiu a quantidade de eleitas. (Comin & Menegat, 2022, p.335).

No fim da campanha, Dorcelina, candidata a deputada estadual recebeu 1895 votos. Esse período serviu, entre outras coisas, para fortalecer sua trajetória política e conquistar mais eleitores chegando a se tornar a candidata mais forte do Partido dos Trabalhadores na região. A matéria do jornal *O Liberal*, publicada em junho de 1994, expõe algumas das pautas de Dorcelina, sobretudo pautas voltadas aos movimentos de luta pela terra.

A candidata do PT, a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado, representando Mundo Novo e o Cone-Sul, Dorcelina Folador, nos últimos dias 14 e 15 de abril, participou da convenção do partido em Campo Grande. Na oportunidade ela obteve a

⁴⁶ Dados disponíveis em : < <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/mato-grosso-do-sul>>.

confirmação de seu nome para disputar as eleições deste ano, sendo aclamada ainda, como a segunda mais votada na convenção [...] A candidata petista, tem como meta principal a geração de empregos para o Cone Sul, a reestruturação dos setores da saúde e educação, e ainda a luta pela reforma agrária. Falando a respeito da reforma, Dorcelina disse que esta, é uma das maneiras de empregar a população e gerar rendas, através da produção." Não é difícil fazer reforma agrária, pois 50% das terras estão nas mãos da união, e poderíamos começar por estas áreas", disse ela (*O Liberal*, 18 de junho de 1994)⁴⁷.

Outro exemplo de suas pautas pode ser observado em um panfleto de divulgação de campanha eleitoral, do Partido dos Trabalhadores (PT):

Talhada na luta pelos direitos das minorias oprimidas, Dorcelina sempre se bateu pela Reforma Agrária, que no seu entender, "é a solução para problemas como a fome e a miséria que assolam o País". Trabalhou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, onde foi repórter popular do "Jornal dos Sem-terra", chegando a coordenar a editoria política do Jornal no II Congresso Nacional do MST, em 1990⁴⁸.

Nesse período, Dorcelina, já amadurecida por conta dos anos de candidatura, levantava algumas questões importante para serem discutidas no âmbito político. Ela falava que era preciso acabar com o desmando geral que ocorria no governo municipal. Sobre isso, Graziela, jornalista que trabalhou com Dorcelina como assessora de comunicação, relata, em entrevista produzida para essa pesquisa:

[...] em toda a escrita, ela fazia questão de trazer à memória dos leitores, o que a administração anterior tinha feito como má gestão, tinha que ter sempre esse antes e depois nos textos. [...] No período em que trabalhei com ela, as exposições de irregularidades se davam via entrevistas em rádios, apenas. E em todo material de divulgação, era preciso dizer o antes e depois. Ela dava nome aos bois⁴⁹.

2.3. Da Candidatura à Eleição para Prefeitura de Mundo Novo (MS).

Depois de muito tempo se candidatando às eleições para vereadora e deputada estadual, no ano de 1996 Dorcelina lança nova candidatura, com o apoio do diretório regional do Partido dos Trabalhadores. Conforme explica Silva (2005, p.31-32) ela teria que abdicar de alguns

⁴⁷ **O Liberal**. Dorcelina diz que iniciou sua campanha desde abril. Itaquiraí-MS 18 de junho de 1994. Página de anexos: Imagem 11 – Foto Jornal 9.

⁴⁸ Panfleto de divulgação eleitoral. Partido dos Trabalhadores. Mundo Novo (MS), 1994.

⁴⁹ SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

princípios que a guiaram ao longo de muitos anos de luta na política institucional, sobretudo a ideia de não coligações.

Boa parte dos seus companheiros e companheiras de partido entendiam que era necessário ter apoio de outras lideranças políticas de outros partidos. Nesse contexto, portanto, passaram a buscar um grupo que tivesse coerência ideológica com o Partido dos Trabalhadores (PT) embora houvesse muito poucos apoiadores ou simpatizantes do partido naquele período (Silva, 2005).

Em meados de março, daquele ano, o jornal *O Liberal* trazia um panorama da corrida eleitoral, em uma matéria que apurava sobre os então candidatos para ocupar a prefeitura. Segundo o texto da reportagem⁵⁰, e conforme dados disponíveis na época, o então dirigente estadual do PT, Bonelli, estava programando uma visita a Mundo Novo. Nessa ocasião, estava prevista uma reunião com os dirigentes de todas as agremiações políticas que manifestam intenção de lançar candidaturas autônomas na sucessão de Dema, o então prefeito, agendada para o dia 3 de outubro.

O Comitê Regional do PT, em conjunto com Dorcelina e o corpo militante local, faria uma análise detalhada a fim de discernir a estratégia mais propícia para o Partido. As questões a serem deliberadas incluíam a possibilidade de Dorcelina encabeçar a chapa ou assumir a posição de vice, além da consideração sobre qual partido seria mais adequado para uma eventual coligação. O trecho a seguir detalha quais eram os candidatos em questão:

Aliás em matéria de candidatura a prefeito, as coisas, vão ficando cada vez mais claras a nível de partidos. Dr. Miguel, pelo PMDB, já está em campanha aberta e vai a luta. Peninha tem tudo pra ser o candidato do PSDB e costura apoio a nível estadual e espera o apoio fundamental do prefeito Dema. O PDT deverá escolher entre Jordino, Léo C Celito o nome para concorrer e Dorcelina é a estrela do PT e cortejada para vice do PSDB, PMDB e até mesmo PDT, ou então são na cabeça. Restam PPB, PFL e PL, sem definições! (*O Liberal*, 13 de março de 1996).⁵¹

Nesse cenário, o Partido dos Trabalhadores, no âmbito regional, começou a mobilizar encontros para analisar e discutir as possibilidades das candidaturas locais, entre outras, da prefeitura de Mundo Novo. Um exemplo de encontro é descrito em uma matéria do jornal *Tribuna do Povo* (1996), desta vez em maio daquele ano:

Aconteceu no último domingo nas dependências do Colégio Iolanda Ally, em Mundo Novo, um encontro regional de militantes filiados ao Partido dos Trabalhadores, principalmente, aqueles que irão disputar um cargo eletivo na próxima eleição de 3 de outubro. Para o presidente do diretório regional do PT, Luiz Carlos Bonelli, o encontro foi realizado para que os petistas pudessem discutir com toda a região qual a tática

⁵⁰ **O Liberal**. Definindo. Mundo Novo (MS), 13 de março de 1996.

⁵¹ Idem.

eleitoral que irá adotar na campanha deste ano com as candidaturas a prefeito e vereadores. Explicou ele também que a cidade de Mundo Novo foi escolhida para sediar essa reunião petista porque é uma localidade onde se tem o maior interesse em disputar as eleições para a Prefeitura com Dorcelina Folador. "Em Mundo Novo temos uma história do PT e a gente quer trazer um pouco do resgate desta história", enfatizou ele. Salientou ao entrevistado que durante o encontro foi tratado, especificamente, sobre a sucessão municipal, tendo sido discutido a particularidade de cada município e as possibilidades de se lançar candidatura próprias a prefeito. Comentando sobre possibilidade de coligações em Mundo Novo, disse Bonelli que "o PT está aberto, principalmente porque temos uma das principais candidaturas da cidade. Nós estamos é querendo oferecer a vice aos mais demais partidos interessados em se coligar conosco e só assim poderemos aceitar o convite", afirmou [...] (*Tribuna do Povo*, 02 de maio de 1998)⁵².

Surgiu então a necessidade de se aproximar de lideranças que conhecessem e dialogassem com as chamadas classes dominantes da região. Assim surge o nome de Jusmar Martins da Silva, para vice-prefeito. No entanto, Jusmar não possuía afiliação partidária e por isso recusou o convite e indicou, para o cargo, seu cunhado Kléber Correia de Souza, advogado recém-formado, presidente do Partido de Mobilização Nacional⁵³ (PMN), um partido pequeno, segundo Silva (2005, p.33) que surgiu como um movimento nacionalista que visava dar continuidade aos princípios da Inconfidência Mineira. Sua orientação é socialista democrática, defendendo transformações econômicas fundamentais⁵⁴. Com a confirmação do cunhado para a chapa da candidatura de Dorcelina, Jusmar Martins acabou ficando encarregado da coordenação financeira da campanha.

De acordo com a reportagem de Frederico Vasconcelos⁵⁵ (1999), durante o transcorrer da campanha eleitoral, a prudência indicou que ela não deveria adotar uma estratégia mais enérgica nas atividades de campanha realizadas nas vias públicas. Suas filhas também já haviam sido alvo de ameaças. Apesar dos contratempos enfrentados em meio à campanha, Dorcelina logrou êxito ao conquistar a vitória com uma percentagem de 46% dos votos.

⁵² ***Tribuna do Povo***. PT Promoveu encontro regional. Mundo Novo-MS, 08 de Maio de 1996.

Página de anexos: Imagem 10 – Foto Jornal 8.

⁵³ Art. 1º - O mobilização nacional - Mobiliza, anteriormente denominado Partido da Mobilização Nacional PMN, iniciado como movimento *nacionalista* em 21 de abril de 1984, obtendo registro definitivo por decisão unânime do e. tribunal superior eleitoral, em 25 de outubro de 1990, é pessoa jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, entidade de âmbito nacional, congrega cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que estejam no gozo de seus direitos políticos e civis, que aceitem e defendam as teses da mobilização nacional. disponível em < <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-da-mobilizacao-nacional>>.

⁵⁴ <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-mobilizacao-nacional-pmn> Acessado em janeiro de 2024.

⁵⁵ ***Folha de São Paulo***. Dorcelina atacou 'máfia do contrabando'. Reportagem de Frederico Vasconcelos. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199903.htm>. Acessado em 08 de agosto de 2021.

Ainda segundo a reportagem de Vasconcelos para a *Folha de São Paulo*, Dorcelina construiu uma coalizão política que englobou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Ademais, a prefeita atraiu apoio de várias instituições religiosas em Mundo Novo, bem como a aprovação discretamente expressa por pequenos empreendedores do município.

Assim se iniciou, em 1996, a corrida eleitoral para os candidatos e candidatas no município de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul. A candidatura de Dorcelina, e seu vice, Kleber, foi noticiada em alguns veículos de imprensa da época, como por exemplo, na matéria da *Folha do Mercosul*⁵⁶:

Dorcelina Follador do Partido dos Trabalhadores (PT) na coligação com o advogado Kleber Correa de Souza do (PMN) estão muito bem cotados para a prefeitura de Mundo Novo. Ela, Dorcelina, uma batalhadora e militante antiga do PT e já tendo sido candidata a vereadora nas eleições passada quando obteve expressiva e a maior votação. Ele, Dr. Kleber, é filho do Cartorário e pioneiro mundonovense Jovino Correa de Souza. Nesta coligação estão concorrendo vinte e seis candidatos a vereança. Segundo as últimas pesquisas, a candidata Dorcelina está na cabeça ou juntamente com Peninha e Dr. Miguel, a vitória está entre estes três (*Folha do Mercosul*, 1996).

Durante a corrida eleitoral, a chapa contou ainda com o apoio de Luiz Inácio Lula da Silva, que época, se preparava para disputar as eleições presidenciais de 1998 e esteve presente no lançamento de algumas das candidaturas do PT no estado de Mato Grosso do Sul. Jéssica, filha de Dorcelina, recorda esse período em sua fala:

[...] também tem as memórias de quando Lula foi várias vezes lá. Isso também foi muito forte para mim. Tem várias fotos com ele, desde pequenininha [...] esteve muitas vezes antes de ela ser prefeita, esteve algumas vezes em casa. Eles faziam festa para recebê-lo, claro, né? E depois que ela foi prefeita, ele também foi lá. E tem vários vídeos dele lá na prefeitura com a minha mãe, quando ela já era prefeita, então. Tem várias lembranças nesse sentido também⁵⁷.

Para a visita de Lula ao município, Dorcelina elaborou um panfleto⁵⁸ para divulgar o acontecimento que convidada os cidadãos e cidadãs a comparecerem:

No dia 27/06/96, às 14:30 horas, Mundo Novo estará em festa, oportunidade esta em que nossa cidade recepcionará pela primeira vez um político com expressão nacional. LUIZ INÁCIO DA SILVA - LULA. É nesse momento festivo que gostaríamos de solicitar sua participação no evento como cidadão mundonovense fechando seus

⁵⁶ Não foi possível ter acesso à impressão original, na íntegra do diário publicado neste dia. Assim como, a matéria não está disponível na rede. Devido a isso, não consta o crédito aos autores/autoras da matéria. Página de anexos: Imagem 3 – Foto Jornal 3.

FOLHA DO MERCOSUL. Dorcelina e Kleber rumo à prefeitura. Mundo Novo-MS. 1996.

⁵⁷ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

⁵⁸ FOLADOR, Dorcelina de Oliveira. Convite: PT, Comércio e População. Mundo Novo-MS, 27 de Junho de 1996. Página de anexos: Imagem 4 – Foto campanha 2.

estabelecimentos comerciais, deixando seus afazeres de casa etc. Deslocando-se até a rua Voluntários da Pátria junto a pracinha num encontro cívico jamais visto em Mundo Novo. Contando com a presença de todos desde já agradecemos (Folador, 27 de junho de 1996).

Outro ponto referente à campanha eleitoral são as pautas e propostas anunciadas pela candidata. Algumas delas foram realizadas logo no primeiro ano de seu governo, como descreve Graziela:

Eram as pautas de uma esquerda recém-chegada numa cidade conservadora, com 20 mil habitantes. Ou seja, ela colocou elevador para deficientes no prédio da prefeitura; se eu não me engano, implantou o bolsa-escola na cidade (a primeira de MS); fortaleceu os agricultores familiares, frente a um Estado do agronegócio; deu transparência à gestão, queria divulgar tudo e todos os gastos da prefeitura, enfim, mudou a forma de administrar que a cidade estava acostumada⁵⁹.

Junto a isso, destaco as demandas relacionadas às prestações de serviços públicos, que me parecem evidenciar uma certa preocupação com esse setor. Tendo em vista que, desde já, tem sido parte da pauta liberal, de oposição, o não funcionamento dos cargos públicos em comparação ao setor privado. Essa e outras pautas podem ser observadas em um dos panfletos de divulgação de campanha que se encontrava em meio aos registros guardados pela própria Dorcelina. Por exemplo:

Prestação de serviços públicos: A prestação dos serviços públicos com qualidade e eficiência, é sobretudo um desafio fundamental no sentido de comprovar na prática a viabilidade de um estado democrático e eficiente. Para isso propomos: A) Melhorar a situação do servidor público; Implantação do Plano de Cargos e Salários; fazer funcionar o instituto previdenciário do município; implantar creche para os filhos dos funcionários públicos; B) Reestruturação das Secretarias⁶⁰.

Os pleitos municipais no Brasil em 1996 ocorreram nos dias 3 de outubro (quinta-feira) e 15 de novembro (sexta-feira). Essas foram as primeiras eleições conduzidas durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso e as últimas antes da implementação da possibilidade de reeleição para cargos executivos. Além disso, marcaram a estreia das urnas eletrônicas, que estavam acessíveis a um terço dos eleitores.

⁵⁹ SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luis General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

⁶⁰ Panfleto de divulgação: Por um Mundo Novo Sério e Feliz. Prefeita: Dorcelina, Vice: Kleber. Mundo Novo-MS, 1996.

Página de Anexos: Imagem 5 – Foto Campanha 3.

Conforme aponta os dados⁶¹ do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE/MS), em Mundo Novo, recorte geográfico desta pesquisa, os quatro candidatos obtiveram os seguintes números: Dorcelina de Oliveira Folador (PT) 3442 votos; Luís Carlos Dona (PL) 1756 votos; Antônio do Nascimento Miguel (PMDB) 1387 votos; Daudt Conceição (PPB) 982 votos. Para ocupar a câmara dos vereadores, 83 candidatos e candidatas concorreram. Desses, apenas 12 eram mulheres e nenhuma delas conseguiu se eleger. Na capital do estado, Campo Grande, 5 homens disputaram a prefeitura, nenhuma mulher. Sendo eleito José Orcírio Miranda dos Santos (PT) com 101657 votos.

Em todo o estado do Mato Grosso do Sul, 216 candidatos e candidatas disputaram o cargo no poder executivo municipal. Sendo, 18 mulheres, 5 delas conseguindo se eleger. Por fim, na região do Cone Sul, houve 21 candidatos e candidatas às prefeituras. Desses 21, Dorcelina foi a única mulher. Sobre os dados estatísticos, Comin & Menegat (2022, p. 339) explicam:

[...] no percurso da história sul-mato-grossense, foram 1.842 homens candidatos durante os pleitos de 1982 a 2016 para o comando das prefeituras, em relação a 157 candidaturas femininas, as quais correspondem a 7,8% do total de 92,2% homens candidatos. Foram eleitas 49 mulheres e 693 homens para os cargos de prefeitas/os. Ao analisarmos a proporção de candidaturas por cada pleito, verificamos que, no primeiro, em 1982, elas participaram com 2% de candidaturas, variando até 4% nas eleições de 1992. Desde 1998, esse número dobra, passando para 8% de candidaturas e chegando até 12% nos dois pleitos que se seguem. Em 2012, houve maior participação feminina, com 14% de candidatas; já em 2016, esse percentual caiu para 10%. Notamos uma inconstância e poucos resultados para serem considerados como crescimento, visto que cargos de votações majoritárias não se enquadram na Lei de Cotas (Comin & Menegat, 2022, p. 339).

Esses números demonstram com evidência a reduzida ocupação de mulheres na política institucional da região Sul do estado do Mato Grosso do Sul. Devido a questões já discutidas anteriormente, a violência de gênero também se faz na construção de obstáculos para que as mulheres possam ocupar esses espaços.

⁶¹ Disponível em: < <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultado-das-eleicoes-anteriores>>

CAPÍTULO III - DORCELINA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: DAS REALIZAÇÕES AO CRIME DE FEMINICÍDIO.

No ano de 1997, Dorcelina Folador toma posse como prefeita de Mundo Novo. Como havia prometido durante os anos de campanha, ela começou a trabalhar para erradicar a corrupção da administração pública, questão que, para ela, era um dos principais problemas do município. Assim, podemos observar na matéria da *Folha de São Paulo* de 1999:

Dorcelina descreveu como pretendia "mudar as coisas" naquela região controlada, segundo ela, "pelas máfias do narcotráfico, do contrabando de carros e do contrabando de bebês". [...] Deficiente física, ela era uma mulher corajosa, consciente de que sua liderança despertava a ira de muita gente. O símbolo da campanha de Dorcelina era uma vassoura, ao estilo de Jânio Quadros, com os seguintes dizeres: "Vamos varrer a corrupção, Dorcelina é a solução" (*Folha de São Paulo*, 1999).⁶²

De acordo com uma reportagem de 1999 feita pela *Folha de São Paulo*⁶³, para Dorcelina, a cidade de Mundo Novo encontrava-se nas mãos da máfia por vinte anos. A prefeita, ao assumir, alegou que conseguiu mobilizar a população, instigando a busca por ética e moralidade. Isso teria gerado, na época, uma esperança de que seria possível alterar a situação na fronteira, controlada pelas máfias do narcotráfico, contrabando de carros e tráfico de bebês, conforme descreve a matéria.

Ainda de acordo com essa mesma matéria, em 1996, 81,4% das declarações de renda em Mundo Novo foram entregues em disquete. Para o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, isso indicava uma melhoria na distribuição de renda. Contudo, Dorcelina atribuía esse fato mais ao contrabando. Ela enfatizava a alta taxa de desemprego na cidade, argumentando que a mudança em Mundo Novo era crucial agora ou não haveria mais solução.

Segundo Vilma Fátima de Carvalho Ângelo da Silva (2005), ao começar a sua gestão, Dorcelina convidou o então coordenador financeiro da campanha, Jusmar Martins da Silva, para assumir a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária. Já o seu companheiro de chapa, Kléber Correia da Silva, assumiu a vice prefeitura e ainda o cargo de Secretário Municipal da

⁶² *Folha de São Paulo*. Dorcelina atacou "máfia do contrabando". São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199903.htm>. Acessado em

⁶³ *Folha de São Paulo*. Reportagem Local: "Gritamos por ética", disse ao assumir. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199904.htm>. Acessado em

Indústria, Comércio e Turismo, de maneira acumulativa. Fato que pode indicar uma certa pressão por parte do partido de coligação, o PMN.

Aos poucos, a partir de uma análise da conjuntura política que se estabeleceu no período da campanha eleitoral, é possível perceber determinados acordos que podem ter sido feitos com a intenção de viabilizar a coligação e, junto a isso, potencializar a eleição para a prefeitura. Digo isso por não ter encontrado – nos registros que tive acesso – nenhuma justificativa para que o então vice-prefeito fosse nomeado também ao cargo de secretário.

Durante os anos de 1997, 1998 e 1999, algumas das realizações do governo de Dorcelina foram destaque na comunidade. A prefeita estava colocando em prática o que ela intitulava de projeto de resgate da cidadania do povo de Mundo Novo. Projeto esse que tinha como objetivo garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs do município, demonstrando sua preocupação com o âmbito social.

O projeto de resgate da cidadania do povo de Mundo Novo vem sendo implementado desde o início da Administração da prefeita Dorcelina Folador (PT). Em março, ela inaugurou a Casa da gestante, colocando a cidade como o 2º do país a implementar um projeto dessa natureza. A 1ª foi Quixadá, no Ceará. A Casa da Gestante faz um acompanhamento da saúde da mulher antes e após o parto. Desde a sua inauguração, cadastrou e atendeu 130 mulheres. "Resgatar a cidadania do povo é compromisso dos governantes que têm senso humanitário, que estão preocupados com uma vida melhor para a comunidade", garantiu Dorcelina (*O Paranazão*, 1997)⁶⁴.

Outro exemplo do cumprimento prático desse projeto foi o chamado bolsa-escola, como descreve Vasconcelos (1999) em sua matéria: “Na gestão de Dorcelina, a prefeitura criou um programa de financiamento da bolsa-escola para as famílias que viviam na pobreza extrema”⁶⁵. Em 1999 foi ao ar uma propaganda televisa que explicava algumas das realizações do governo municipal em Mundo Novo. Entre outras, o bolsa-escola:

Na educação, Mundo Novo já implantou a bolsa-escola, um processo que mantém o aluno na escola, enquanto a família desempregada recebe o auxílio do governo. Nessa primeira etapa, foram atendidas famílias, beneficiando 220 alunos de 7 a 14 anos. As mães do bairro São Jorge e Vila Nova já têm onde deixar as crianças menores. A prefeitura investiu em creche, que hoje atende 160 crianças. Na educação, as obras não param; no Bar do Copa Grill, foram construídas novas salas de aula, atendendo mais de 200 crianças. Na escola Carlos Chagas, ganhou uma quadra poliesportiva e um gabinete odontológico para atender os alunos. A prefeitura investiu também na implantação da biblioteca municipal e estadual, um projeto que vai atender toda a comunidade. Para os alunos que moram na zona rural, a prefeita mantém ônibus que levam e trazem os estudantes. A prefeitura levou para os postos e escolas o

⁶⁴ Imagem 6 – Foto Jornal 4.

⁶⁵ VASCONCELOS, Frederico. Dorcelina atacou 'máfia do contrabando'. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199903.htm>>

atendimento médico odontológico, atendendo todos os alunos das redes municipal e estadual (*TV Mundo Novo*, 11 de maio de 1999)⁶⁶.

De acordo com o jornalista Roberto Samora (1999)⁶⁷, os apoiadores da prefeita afirmaram que ela, além de ter conseguido "moralizar" a administração pública, havia realizado diversas obras, trouxe onze indústrias de médio e pequeno porte para o município e foi responsável pela implantação do primeiro projeto Bolsa-Escola no Estado.

A prefeita também criou um abrigo para mulheres em situação de gestação. A casa da gestante, como foi chamada, foi "outro programa de forte impacto social [...] e atende cerca de 60 mulheres desde o primeiro mês de gravidez até o 12º mês de vida do bebê"⁶⁸. Como mencionado no trecho da matéria do *O Paranazão* (1999) Dorcelina instituiu um programa de atendimento aos idosos mostrando um jeito novo de fazer política com base na melhoria da qualidade de vida, sobre um viés dos direitos humanos e dos estudos de gênero.

Conforme as leis⁶⁹ dos direitos das gestantes, garantindo o direito à licença maternidade, entre outros, e os artigos 8º e 9º do Estatuto do Idoso⁷⁰, que garantem que o envelhecimento é um direito individual e sua proteção, um direito social. É obrigação do Estado garantir, à pessoa idosa, proteção à vida e à saúde, que consistem no respeito à integridade física e moral.

A prefeita Dorcelina Folador fez um balanço de Seu Governo. Contou as mazelas que encontrou na Prefeitura, com maquinários sucateados, salários dos servidores atrasados, inúmeras irregularidades administrativas e uma dívida de 4 milhões de reais. "Resultado de 20 anos de desmandos promovidos por uma máfia que saqueava os cofres públicos", disse. Dorcelina também relatou as ações de sua administração no atendimento da população, implantação do Orçamento Participativo, compra de 16 veículos e os investimentos no campo social, como: Casa da Gestante, Casa da Terceira Idade, readequação da Patrulha Mirim. Dentre outros. "Nosso Governo, Lula, valoriza a vida, a Casa da Gestante e a Casa 3ª Idade que o companheiro conheceu hoje comprova o que estamos dizendo. A Casa da Gestante é a menina dos olhos da nossa administração", enfocou a prefeita (*Diário do Povo*, 09 de março de 1998)⁷¹.

⁶⁶ TV MUNDO NOVO. **Mundo Novo em 11 de maio de 1999. Dorcelina Folador**. YouTube, 2 de nov. de 2015. Minuto 2:59 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vEEOW3OoFuE&t=315s>>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

⁶⁷ SAMORA, Roberto. **Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul**. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199902.htm>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

⁶⁸ TV MUNDO NOVO. **Mundo Novo em 1999. Dorcelina Folador**. YouTube, 2 de nov. de 2015. Minuto 06:53 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vEEOW3OoFuE&t=315s>>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

⁶⁹ **Lei nº 9.799 de 26 de maio de 1999**, incluída na CLT e **Lei nº 10.421 de 15 de abril de 2002**, art. 392 da CLT.

⁷⁰ SENADO FEDERAL. **Estatuto do Idoso e normas correlatas** (2003). Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf>>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

⁷¹ DIÁRIO DO POVO. Lula e Zeca do PT fazem comício em Mundo Novo. 09 de Março de 1998.

A prefeita ainda demonstrava sua preocupação com as pessoas da área rural, sobretudo os pequenos agricultores e agricultoras que trabalhavam com a agricultura familiar, criando projetos voltados à essa população. Como, por exemplo o projeto de agroindústria caseira. Segundo a reportagem do *Diário do Povo*, de 1997, a prefeita tinha como objetivo ajudar as famílias a alcançarem ganhos mais substanciais em suas propriedades, fazendo uso da mão de obra dos próprios familiares. Isso visava evitar a concentração de pessoas desempregadas na cidade, o que, a curto prazo, poderia resultar em um crescimento excessivo da população urbana, acarretando significativos desafios sociais devido à escassez de oportunidades de trabalho.

No final do primeiro ano, Dorcelina já considerava seu governo positivo. Assim ficou registrado pela reportagem do *Diário do Povo*, ao fazer um balanço das principais realizações da prefeita, naquele ano:

A casa da Gestante, projeto inédito no Estado, ajuda a amparar as mulheres gestantes para uma gravidez e parto saudáveis. A casa é uma instituição onde a mulher, além de receber cuidados e noções básicas de saúde, aprende ensinamentos que visam a conquista da cidadania. Desde sua criação, em 8 de março, a Casa da Gestante cadastrou e ofereceu atendimento para 122 mulheres carentes. Outro projeto que visa a conquista da cidadania é a Casa da Terceira Idade, um espaço aberto aos idosos de Mundo Novo desenvolverem ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da categoria. A casa inaugurada em 6 de dezembro último conta 172 idosos cadastrados participando ativamente das programações desenvolvidas. A prefeitura vem incentivando os diversos segmentos sociais a buscarem seus direitos, promovendo encontros e seminários, como o 1º Encontro Estadual dos Portadores de Deficiência Física realizado no dia 3 de dezembro último.[...] Na zona rural recuperou as pontes e estradas vicinais; está fazendo microbacias para evitar a erosão e implantou o Programa de Verticalização da Produção agropecuária - PROVE, que permite ao pequeno produtor rural ter, em sua propriedade, uma unidade familiar de processamento artesanal de alimentos. A primeira agroindústria de doce de leite em pasta, inaugurada em agosto, vem produzindo uma média de 700 quilos por mês. A produção é vendida no mercado local e o objetivo da Prefeitura é implantar outras mini-indústrias no Município. [...] Nas áreas da saúde, educação, esportes e lazer o Governo deu um salto de qualidade, criando o disque/saúde 24 horas; comprando equipamentos e veículos: melhorando o atendimento; construindo parque infantil e iniciando as obras de ampliação da Escola Municipal Carlos Chagas (*Diário do Povo*, 18 de dezembro de 1997)⁷².

A prefeita demonstrava que suas prioridades estavam voltadas para duas questões: o combate às práticas de corrupção, que historicamente prejudicavam a administração pública do município, e a qualidade de vida da população, que refletia nos seus projetos sociais. Para sua sobrinha, Edima, o governo de Dorcelina foi diferenciado em questões de transparência e participação popular:

⁷² DIÁRIO DO POVO. Sem título. 18 de Dezembro de 1997. Página de anexos: Imagem 9 – Foto Jornal 6.

[...] E tudo à luz da transparência... Então se tinha que fazer alguma coisa na prefeitura, tinha uma votação, tinha um referendo. Onde as pessoas decidiam se era mais importante construir uma escola, arrumar uma rua... Era uma política de responsabilização. Uma política comunitária. Mas também de responsabilizar as pessoas a tomar as decisões que elas achavam que eram importantes, e assumir a responsabilidade também das decisões que tomaram. Era um governo participativo. Acho que foi um dos primeiros governos participativos que teve no país, e ela foi um pouco pioneira nisso⁷³.

3.1. Resistência e Política: Conflitos na Gestão Municipal.

Silva (2005) destaca um aspecto significativo sobre o governo de Dorcelina, indicando que, desde o início, ela dedicava considerável tempo a viagens fora do estado de Mato Grosso do Sul., tal como descreve Edima⁷⁴: “Na verdade, a maior parte do tempo ela passava fora. Conversando com os camponeses, vendo as reais dificuldades das pessoas”. O propósito principal dessas viagens era debater ideias e encontrar soluções para a gestão da cidade. A prefeita buscava inspiração em propostas e projetos bem-sucedidos de outras regiões, e frequentemente contava com a companhia de Jusmar Martins da Silva nessas empreitadas. Sua prática em procurar fora do estado propostas para a gestão pública do município desagradava o vice-prefeito Kléber Correia de Souza, pois no seu entendimento não havia necessidade desse tipo de ação. Esse processo gerou um conflito entre a prefeita e o seu vice, logo no início do mandato.

Fato era que Dorcelina, aconselhada por colegas de partido, procurava distribuir cargos entre pessoas indicadas pelo próprio PT, mesmo que essas pessoas fossem de outras regiões. A prefeita acaba optando pelas sugestões do partido e ignora as vontades do vice-prefeito ao nomear pessoas vindas de diferentes regiões do Brasil como, por exemplo, das cidades de Londrina e Maringá e da capital sul-mato-grossense, Campo Grande.

É importante lembrar que, como dito anteriormente, ela fazia questão de cumprir uma das suas principais promessas de campanha: a erradicação da corrupção na administração pública. Para isso era necessário nomear pessoas de confiança para os cargos mais importantes. Além disso, essas pessoas deveriam estar comprometidas com as ideologias do Partido dos Trabalhadores da época. Evidentemente isso acabava causando atrito entre Dorcelina, o vice-prefeito e o Secretário Municipal de Agricultura e pecuária, Jusmar.

⁷³ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som.

⁷⁴ Idem.

Portanto para os cargos comissionados, Dorcelina nomeou pessoas consideradas de confiança, além de pessoas indicadas pelo partido. Para o preenchimento de outros cargos na prefeitura ela também realizou concursos públicos com a intensão de dar ampla acessibilidade a pessoas capacitadas para assumi-los. Segundo a reportagem do jornal *Douradosnews*⁷⁵: “Até outubro de 1999, Dorcelina conseguiu mudar muitas coisas na administração municipal. Entre elas, a realização de concurso público para alguns cargos e a implantação do orçamento participativo” (*Douradosnews*, 20 de outubro de 2009).

Toda essa circunstância parece indicar que Dorcelina, sofria certa pressão também advinda do seu próprio partido. Nesta conjuntura, observa-se a emergência de uma mulher que ascende ao cenário político, assumindo o papel de uma liderança carismática no contexto do processo weberiano⁷⁶. No entanto, ela se encontra compelida a não conduzir a administração municipal conforme suas convicções pessoais, mas, ao invés disso, a submeter-se às diretrizes impostas por um partido, predominantemente masculino, ou aos imperativos do vice-prefeito. Esta circunstância configura-se como uma manifestação de violência de gênero, na medida em que a autonomia e influência da líder feminina são coartadas por estruturas políticas que perpetuam uma dinâmica de predominância masculina.

Ainda no início de seu mandato ela também realizou uma auditoria das contas públicas onde foi possível constatar inúmeras irregularidades. Conforme começou a sua trajetória na administração municipal a prefeita logo se deparou com as heranças dos governos anteriores, sobretudo as grandes dívidas orçamentárias deixadas pelas gestões passadas. Para ela, havia ocorrido o que pode se considerar um sucateamento da máquina pública. Tal fato foi exposto por ela, sendo essa uma outra prática comum da prefeita. Na busca por transparência e aprovação da sociedade, Dorcelina gostava de comunicar as irregularidades e os equívocos dos gestores públicos para a população. Assim relatou sua filha, Jéssica:

[...] lembro já dela, prefeita, de algumas coisas que ela fazia pela cidade, por exemplo, os cartazes em que ela expunha, né? As coisas erradas que os antigos governantes faziam, e ela encontrava isso na prefeitura, então ela sempre colocava expostos nesses cartazes para mostrar para a população⁷⁷.

⁷⁵ DOURADOSNEWS. Após 10 anos, assassinos de Dorcelina estão soltos. Dourados, 30 de outubro de 2009.

⁷⁶ O termo "processo weberiano" refere-se à abordagem teórica proposta pelo sociólogo alemão Max Weber. No contexto político, o "processo weberiano" pode ser associado à teoria de Weber sobre a autoridade e a burocracia. Max Weber discutiu diferentes formas de autoridade, entre as quais a autoridade carismática, tradicional e legal-racional. A autoridade carismática refere-se à liderança baseada nas características pessoais e carismáticas do líder, enquanto a autoridade legal-racional está relacionada a sistemas burocráticos e normas legais. Cf. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: ed. Da UnB. 2009

⁷⁷ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

Algumas dessas situações chegaram a ser noticiadas pela imprensa, como podemos conferir no trecho da reportagem a seguir:

Em audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado, Dr. Fadel Tajher Iunes, a prefeita Dorcelina fez uma exposição geral da Auditoria realizada nas contas do Município, cujos relatórios foram encaminhados para o promotor de Justiça da Comarca, André Antônio Camargo Lorenzoni, e para a Câmara Municipal de Vereadores do Município, a fim de serem tomadas as devidas providências. Fadel Tajher Iunes afirmou que a Procuradoria Geral de Justiça determinou a instauração de inquéritos policiais para apurar detalhadamente as irregularidades, roubos e desvios de dinheiro e bens públicos, como o desaparecimento de 33 veículos da Prefeitura, identificados na auditoria.[...] Quanto ao Inquérito Administrativo que aponta a apropriação de R\$ 40.000,00 da Prefeitura pelo ex-prefeito Dema e seu Diretor do Departamento de Administração Orçamentária e Contabilidade, caracterizando crime de peculato, Fadel assegurou à prefeita do PT que a Procuradoria de Justiça analisará detalhadamente o material e tomará todas as providências cabíveis para punir os envolvidos, caso o crime seja comprovado. Se houver denúncia judicial, o ex-prefeito Dema corre o risco de inelegibilidade e, se condenado, poderá pegar até 12 anos de prisão, conforme determina o Art. 312 do Código Penal Brasileiro (*Diário do Povo*, 24 de novembro de 1997)⁷⁸.

Conforme a mesma reportagem, nos próximos dias a prefeita receberia um relatório da Procuradoria Geral de Justiça com informações sobre como estariam indo as investigações relacionadas à Auditoria nas contas do ex-prefeito Dema. Dorcelina estava muito envolvida nesse caso e acompanhava de perto como as investigações estavam se desenrolando. Neste mesmo período, ela e o então deputado estadual Zeca do PT se encontraram com o Secretário Estadual de Segurança Pública, Dr. Joaquim D'Assunção Felipe de Souza, para pedir que ele se empenhasse para investigar completamente o que foi apontado na Auditoria. O Secretário teria dito a eles, segundo o jornal *Diário do Povo* (1997) que estava pessoalmente acompanhando como a Polícia Civil conduzia as investigações sobre o caso.

Para a prefeita, a Administração Municipal teria feito a sua parte ao investigar a corrupção e desonestidade praticadas pelo ex-prefeito Dema. De acordo com Dorcelina, as pessoas de Mundo Novo estavam esperando que os culpados fossem punidos e que o dinheiro público fosse devolvido. “Estamos fazendo o que podemos. Participamos de duas reuniões na Procuradoria de Justiça e uma com o Secretário Estadual de Segurança Pública, onde discutimos o assunto. Tanto o Secretário quanto os Procuradores Alindo Pereira da Silva e Fadel Tajher Iunes mostraram que querem aprofundar as investigações. Isso é um bom sinal e indica que os políticos corruptos que pegaram o dinheiro da cidade estão prestes a ser julgados. Sempre digo

⁷⁸ DIARIO DO POVO. Prefeita Dorcelina entrega inquérito administrativo ao procurador Fadel Tajher Iunes. 24 de Novembro 1997. Mundo Novo-MS. Página de anexos: Imagem 7 – Foto Jornal 5.

que a Justiça pode demorar, mas não deixa de acontecer”, destacou a prefeita do Partido dos Trabalhadores, conforme descrito na matéria.

Nos primeiros meses de seu governo Dorcelina já demonstrava uma maneira de governar muito diferente de seus antecessores, principalmente no aspecto de transparências e nas denúncias em relação aos descasos e as irregularidades nos governos anteriores. Toda essa exposição da chamada, por ela, “máfia da política” gerou grande revolta da própria classe política.

Outro exemplo da atuação da prefeita, nesse sentido, pode ser conferido em outra reportagem do *Diário do Povo*, publicada em 18 de dezembro de 1997:

Para tirar o Município do caos, provocado por 20 anos de desmando praticado pelo grupo político que governava a cidade, a equipe da prefeita Dorcelina teve que tomar uma série de medidas de cunho político-administrativa. O funcionalismo municipal foi regularizado através de concurso público, os salários foram reajustados e agora são pagos em dia. [...] Uma auditoria pública realizada nas contas da Prefeitura detectou de uma série roubalheiras praticadas na administração passada, dentre elas: o desaparecimento de 33 veículos do patrimônio do Município. A auditoria foi encaminhada para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado e o Governo petista de Mundo Novo espera que o Ministério Público ofereça denúncia contra os ladrões dos cofres do Município. [...] No campo jurídico o governo da prefeita Dorcelina vem agindo com rigor no sentido de oferecer subsídios para a Justiça punir os ex-administradores que praticaram irregularidades nas gestões passadas. Várias Ações de autoria do Município tramitam na Justiça contra os ex-prefeitos José Carlos da Silva e Ademar Antônio da Silva e ex-funcionários que cometeram irregularidades ajudando desviar recursos públicos. Dorcelina lembra que Mundo Novo sempre foi governado por um grupo de políticos desonesto que se beneficiava do dinheiro público e nada acontecia porque havia uma convivência entre eles. "O povo espera que a Justiça puna com rigor da lei as pessoas que investidas do cargo público dilapidaram os cofres do Município. Nosso Governo está simplesmente cumprindo o dever de recorrer no Judiciário contra os ex governantes corruptos", disse ela (*Diário do Povo*, 18 de dezembro de 1997)⁷⁹.

A prefeita sabia usar os meios de comunicação da época para fazer as suas denúncias e expor tudo aquilo que ela considerava equivocado na política. Essas ações geraram inimizades dentro do meio político. Era comum ouvi-la acusando alguns políticos de mau uso do dinheiro público, por exemplo. Nesse contexto, pode-se considerar que as principais ações da prefeita no início atuavam no sentido de moralizar a administração pública, ou seja, fazer as pessoas acreditarem e confiarem da gestão municipal.

Silva (2005) explica que devido a isso, a classe política se mostrou, logo no início, insatisfeita com a maneira de governar de Dorcelina. Os políticos sentiam-se, de certa forma, traídos. Uma das principais críticas em relação as ações da prefeita era a maneira a qual ela

⁷⁹ DIÁRIO DO POVO. Sem título. 18 de Dezembro de 1997. Página de anexos: Imagem 8 – Foto Jornal 6.

gostava de expor aquilo que ela considerava equivocado, ilegal ou imoral na gestão pública. Essa insatisfação por parte dos demais políticos da cidade ocasionou a ela muitas dificuldades para governar.

Acredito que a recusa da prefeita em aderir à coalizão que a conduziu à eleição suscitou não apenas sentimentos de traição entre os políticos envolvidos, mas também uma sensação de exposição perante uma figura feminina caracterizada por sua origem como trabalhadora rural e portadora de deficiência.

Digo até que a expectativa de que a prefeita, ao se aliar, permaneceria silente em relação às práticas irregulares da prefeitura, foi inclusive promovida pelo Partido dos Trabalhadores, ao não contestar a proposta de coligação. Este cenário reflete a conhecida máxima de que, em uma coalizão entre segmentos políticos de orientação "esquerda" e "direita", é pouco provável que o espectro conservador permita que a facção mais progressista prevaleça. A prefeita viu-se confrontada com a lógica do sistema, onde a obtenção de benefícios, como um abrigo para gestantes, estava condicionada ao silenciamento em relação às questões irregulares da administração municipal.

Esse *modus operandi* na política brasileira ilustra a realidade na qual questões delicadas podem ser abafadas em prol de interesses políticos, exemplificando o mesmo contexto político que, lamentavelmente, foi associado a eventos trágicos, como o assassinato de Marielle Franco, e o impedimento da presidente Dilma Rousseff. Talvez, a necessidade constante de imposição e aprovação, devido ao fato de serem mulheres e estarem ocupando espaços, historicamente, restritos a elas, faça com que elas acabem não exercendo habilidades políticas fundamentais nesse ambiente. Ou seja, o fato de serem mulheres e estarem constantemente resistindo e superando as barreiras impostas à elas no espaço da política institucional às deixa, de determinada maneira, sem jogo de cintura, habilidade importante para conduzir as negociações, inerentes à esse cenário.

De fato, Dorcelina não trilhou um caminho fácil. Em sua trajetória, tanto na política social quanto na política institucional da região sul do estado, é marcada por resistência e superação às inúmeras dificuldades impostas a ela. Muitas por ser quem ela era: uma mulher considerada fora dos padrões, tanto para a época quanto para os dias de hoje.

Alguns dos seus obstáculos são descritos no relato do arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira (1999). Nas palavras do autor, Dorcelina era doutora pela "Universidade da Vida", destacou-se como uma mulher de ação e defensora incansável dos direitos dos trabalhadores. Originária de uma humilde condição, portadora de deficiência física, sem-terra, educadora, socialista e, acima de tudo, mulher, ela desempenhava múltiplos papéis na sociedade, incluindo

o de artista plástica, mãe e esposa. Sua única lacuna para um currículo completo residia na ausência de ascendência negra ou indígena, além de sua filiação ao PT, o partido frequentemente repudiado por segmentos elitistas do Estado, conforme narra Oliveira (1999)

Para Oliveira (1999) os inúmeros atributos de Dorcelina resultaram em uma série de discriminações, enfrentadas com tenacidade através de uma luta incansável. Essa resistência foi particularmente evidente quando o governo municipal empreendeu a inauguração de um museu, uma iniciativa que encontrou oposição dos vereadores contrários ao projeto. Também quando Dorcelina concebeu a construção do museu com o intuito de garantir o acesso de todos à prefeitura, inclusive a ela mesma como prefeita. Contudo, a oposição, mesmo com um vereador que tinha um parente com deficiência física, mais uma vez votou contra o projeto. Sua sobrinha, Edima, relata ainda a tentativa da tia de construir uma rampa de acesso na sede da prefeitura:

[...] quando ela foi eleita, ela queria colocar um elevador para dar acesso às pessoas com deficiência física. Porque era no andar de cima e ela tinha dificuldade também para subir aquelas escadas. A Câmara votou contra, aí ela pegou a mesa dela, botou lá embaixo para dar acesso às pessoas⁸⁰.

Oliveira (1999) ainda conta que no ambiente do gabinete da prefeita, Dorcelina revelou a ela um objeto peculiar: um armário que transcendia sua função convencional. Internamente, este armário, até recentemente, abrigava uma escada secreta que conectava diretamente à garagem da prefeitura, onde estava estacionado o veículo oficial do prefeito. Este subterfúgio sórdido fora utilizado por governantes anteriores para escapar do contato com o povo e dos cobradores. Nos primeiros dias de seu mandato, Dorcelina ordenou a remoção dessa escada secreta, expondo-a publicamente numa praça como símbolo da transparência e prestação de contas à comunidade.

Sobre esse episódio da escada secreta, o relato de Graziela, em entrevista, como mencionado anteriormente, revela um pouco como Dorcelina encarava as adversidades da política institucional de Mundo Novo.

Dorcelina fez uma síntese de sua gestão. Falou que a cidade era perigosa, mas que não tinha medo de fazer denúncias. Citou sua denúncia contra o tráfico de crianças na região de fronteira e que as mudanças que ela estava fazendo na cidade incomodavam bastante. Me mostrou a escada subterrânea por onde saía o ex-prefeito quando os “cobradores” entravam na prefeitura. Nesse momento, ela não citou grupos, nomes de pessoas nada. Falava comigo sempre em tom generalizado, sem muito detalhes. Eu estava vindo de fora, chegando na cidade. Dorcelina era desconfiada e ainda não tínhamos uma relação de confiança, como é entre assessor e assessorado⁸¹.

⁸⁰ ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som

⁸¹ ENTREVISTA. Graziela Moura de Souza. Entrevista concedida a Guilherme Luis General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

Outra barreira que a prefeita enfrentava corriqueiramente era a falta de apoio, por parte de seus aliados e muitas vezes, por parte do seu próprio PT, segundo o relato de Edima: “Não foi fácil para ela, porque dentro do próprio partido ela tinha as pessoas contrárias⁸²”. Essa falta de apoio fica, na minha concepção, perceptível também na fala de Grazielle: “Lembro do apoio do governador de MS, na época o Zeca do PT, para seus projetos. Mas Dorcelina ia, frequentemente, atrás desse apoio na governadoria. Sempre dizia que era necessário “ir atrás”, “pedir”, “mostrar que existe⁸³”.

Além das dificuldades por falta de apoio, outra barreira encontrada por Dorcelina foi, segundo Silva (2005), causada por sua relação com as pessoas mais próximas do seu governo: o vice-prefeito Kléber e o secretário Jusmar. Um episódio que revela o desgaste dessa relação é quando o vice-prefeito, que acumulava dois cargos, procurou a prefeita para receber o salário equivalente a esses mesmos cargos. No entanto, Dorcelina recusou a pagar os dois salários alegando não fazer parte do combinado entre eles. De acordo com reportagem do *Douradosnews* (2009), essas ações criaram inimizades ao seu redor:

Dorcelina começou a "ajustar os ponteiros" da administração e com isso provocou a ira de muitas pessoas, entre elas Jusmar e Kleber Correa da Silva, vice-prefeito e ainda secretário de Indústria, Comércio e Turismo. Kleber saiu da Prefeitura em fevereiro de 1997 porque não concordava com as práticas lícitas de Dorcelina, entre elas, de pagar a ele somente o salário por um dos cargos (*Douradosnews*, 30 de outubro de 2009)⁸⁴.

De acordo com Silva (2005) a relação entre o vice-prefeito e a prefeita se desgastou logo no segundo mês no período em que o vice-prefeito deixou de comparecer à prefeitura. Nesse momento começa a intensificar o conflito entre ela e a família de Kléber. É importante lembrar que Kléber e Jusmar eram cunhados. Foi a partir desse episódio que a maioria dos vereadores teriam ficado, de fato, contra Dorcelina.

Kléber, desde o início, evidenciou sua oposição à nomeação de indivíduos oriundos de outros estados, apresentando consideráveis discordâncias ideológicas e políticas em relação à prefeita. Afinal, como um indivíduo vinculado a um paradigma da família tradicional brasileira

⁸² ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som

⁸³ SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luis General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

⁸⁴ *Douradosnews*. Após 10 anos, assassinos de Dorcelina estão soltos. Dourados, 30 de outubro de 2009. Disponível em: < <https://www.douradosnews.com.br/noticias/apos-10-anos-assassinos-de-dorcelina-estao-soltos-b386402414a5e2efda85/372229/>>.

poderia endossar uma líder identificada como sem-terra e, ademais, aceitar uma posição hierárquica inferior à dela no âmbito do poder? Isso contribuiu para agravar a situação levando-o a abandonar o cargo de vice-prefeito e mudar de partido, se afiliando ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Isso marcou de vez o seu afastamento da prefeita.

Ainda, conforme explica Silva (2005, p.41) apesar de ser aliado a Kléber, Jusmar permanece no cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária. Ele era considerado pessoa de confiança da prefeita. Para ele, Dorcelina sempre foi muito honesta, mas a suas tentativas de acabar com a chamada “máfia” da cidade gerou muita revolta entre os políticos.

Em determinado momento de sua gestão, mais precisamente no ano de 1997, quando Dorcelina estava no 1º ano do seu mandato, a prefeita começou a assumir compromissos que eram de responsabilidade do secretário da Agricultura e Pecuária. O desgaste na relação entre os dois e as divergências ideológicas e políticas faziam com que a prefeita deixasse de procurar o secretário nas suas ações voltadas à agricultura, setor sempre muito importante na região.

A justificativa para tal comportamento da prefeita, assumindo ocupações alheias, indica que talvez, pelo fato de ser mulher, seus aliados não atendiam às suas exigências, enquanto gestora, ao se negarem a fazer as coisas como ela gostaria que fossem feitas. Por isso, ela mesmo se encarregava de fazê-las. Outro episódio marcante na relação entre Jusmar e Dorcelina, segundo Silva (2005) foi quando ela convidou o secretário para participar de um campeonato de pesca no Rio Paraná. O secretário não aceitou o convite demonstrando a sua insatisfação com a prefeita. Após esse episódio a prefeita, convicta pelo desgaste da relação, decidiu exonerar o secretário.

Aqui percebemos uma dinâmica relacional em que um sujeito, desde o início, manifesta um distanciamento político em relação ao outro, motivado pelo desejo de preservar sua imagem ou desvinculá-la de determinada associação. A atuação de Dorcelina, ao buscar instaurar uma modalidade de gestão distintiva, provocou desagrado nos setores conservadores da localidade, entre os quais Jusmar se encontrava inserido.

3.2. Dorcelina foi Vítima de Machismo

Em sua pesquisa, Vilma Fátima de Carvalho Ângelo da Silva (2005) expõe uma suposta razão do desgaste entre os Dorcelina e Jusmar. Razão essa que teria sido descrita pelo próprio ex-secretário, em testemunho oral dado à delegada. Na ocasião, ele relatou um suposto interesse da prefeita em terem uma relação. Segundo o próprio secretário, conforme apurado por Silva

(2005) a prefeita demonstrava um certo interesse “amoroso”. A não correspondência desse interesse teria causado aos dois uma situação desconfortável.

Nessa circunstância o machismo também é observado na não aceitação do protagonismo de Dorcelina, ao assumir de fato a prefeitura, por parte de seus aliados. Nesse contexto, a análise dirige-se para as dinâmicas das relações de gênero, onde se percebe que o secretário, ao ser exonerado por uma figura feminina, aparentemente demonstrou resistência à aceitação dessa decisão. Diante disso, ele empreende esforços para descredenciar o jugo da mulher na utilização de estratégias que se fundamentam na reafirmação de sua própria masculinidade. Contribuindo, assim, para a construção de uma narrativa que desqualifica a liderança feminina por meio da insinuação de uma rejeição amorosa.

Nesse aspecto, me parece evidente a situação de violência de gênero que Dorcelina foi sujeita. A fala de Jusmar demonstra uma notável tentativa de desqualificar as percepções e concepções da então prefeita e, de certa forma, diminuir sua competência e suas convicções a respeito das suas diretrizes enquanto gestora. Ao reduzir o motivo da sua exoneração a um conflito de interesse pessoal da prefeita, enquanto mulher, o testemunho de Jusmar concretiza uma forma de violência que recai, constantemente sobre as mulheres.

Por se tratar de uma figura exemplar, no que diz respeito à transparência na gestão pública, Dorcelina não dava a seus opositores motivos para questionarem sua atuação. Assim, a ausência de fatos e argumentos que pudessem, de certa forma, reprovar o seu governo, limitava muito as possibilidades de críticas em relação a ela. Sendo assim, sobrava para aqueles que queriam, de alguma forma, desqualificar as ações da prefeita, o campo da moral.

O entendimento de moral desempenha um papel crucial na história das mulheres e nas relações de gênero, pois as normas morais muitas vezes moldam as experiências, expectativas e tratamentos das mulheres ao longo do tempo. A moralidade influencia a forma como as sociedades definem o que é considerado certo ou errado, justo ou injusto, aceitável ou inaceitável. Nesse sentido, recai, sobre as mulheres, valores moralmente aceitos, como ressaltou Margareth Rago (2012):

Só muito recentemente a figura da “mulher pública” foi dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o “homem público”, isto é, enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. Pelo menos até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino (Rago, 2012, p. 603).

No caso de Dorcelina, por ser uma mulher, casada, mãe e cristã, ter sua figura associada a uma ideia de promiscuidade, torna, quase que imediatamente, suas ações desqualificadas. Normas morais frequentemente regulavam o corpo feminino, desde códigos de vestimenta até padrões de beleza. As restrições morais sobre a sexualidade feminina, por exemplo, moldaram a percepção da virtude e castidade, muitas vezes impondo um controle rigoroso sobre a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres.

Para Michel Foucault (1987), a questão da moralidade surge principalmente no contexto das práticas punitivas e do exercício do poder disciplinar ao longo da história. A obra de Foucault examina a evolução dos métodos de punição, desde formas brutais e espetaculares até o surgimento da prisão, destacando como essas mudanças refletem transformações nas estruturas de poder e nas normas sociais. Para ele, a sociedade moderna desenvolveu métodos disciplinares que visam não apenas punir, mas também controlar e moldar o comportamento dos indivíduos. Esses métodos disciplinares estão relacionados ao exercício do poder por meio de instituições sociais, como escolas, hospitais e prisões.

Foucault (1987) explora como as práticas disciplinares buscam normalizar o comportamento, moldando-o de acordo com padrões considerados socialmente aceitáveis. A moralidade, nesse contexto, é uma ferramenta de controle que define o que é "normal" e estabelece as normas para o comportamento correto, sugerindo, assim, que as normas morais não são universais ou objetivas, mas são construções históricas e culturais. A moralidade, portanto, é entendida como algo que varia ao longo do tempo e que é influenciado pelas estruturas de poder específicas de uma sociedade.

Devo acrescentar neste ponto o fato de nenhuma das colaboradoras que entrevistei para essa pesquisa mencionou qualquer questão relacionada à essa alegação de Jusmar que buscou, por meio da associação à promiscuidade, desqualificar escolhas da prefeita. No entanto, todas, em determinado momento, relataram as constantes ameaças que Dorcelina sofria. A começar pela fala de Graziela, que vivenciou esse período enquanto trabalhava como assessora dentro da prefeitura:

Passei os últimos 5 meses com ela e a sua maior inquietação era sua segurança. Me mostrou uma carta enviada à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedindo proteção, disse que enviou mais de uma vez e não tinha obtido resposta. Andava sempre preocupada de estarem seguindo-a e armada. Tinha um revólver na bolsa. E dizia que recebia ameaças por telefone [...]⁸⁵.

⁸⁵ SOUZA, Graziela Moura de. Entrevista concedida a Guilherme Luis General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.

Seguindo essa questão, Jéssica também citou as ameaças e o medo da mãe: “Eu lembro que eu passei um ano afastada da minha família, que eu fiquei morando com os meus tios em Assis. Ninguém sabia onde eu estava, ninguém podia saber por que nós recebíamos muitas ameaças⁸⁶.” Assim como relatou Edima, sua sobrinha: “Eu lembro que às vezes ela tinha que fugir dali de Mato Grosso e ir para São Paulo, onde ela passava uns tempos, esperava baixar a poeira, porque a situação ali estava bem perigosa.”⁸⁷

Voltando ao caso da exoneração do secretário, outra versão dos motivos que geraram o atrito na relação diz respeito a uma suposta vontade, por parte de Jusmar e seus aliados, de derrubar Dorcelina. Eles viam nela uma grande adversária e ameaça política na região. De fato, a prefeita crescia em popularidade e tinha perspectiva de concorrer ao cargo de deputada federal. Conforme cito Edima: “tanto que quando minha tia foi assassinada, no outro ano, teriam eleições e ela tinha 83% de aprovação.”⁸⁸

Dorcelina representava uma ameaça à boa parte dos políticos da época devido a sua maneira de governar. Sendo assim, havia muita gente interessada em tirá-la do poder. Segundo a matéria publicada pelo *Douradosnews* (2009) diante de todas as ações da prefeita, Jusmar opta por encomendar o assassinato de Dorcelina. Ele se desloca até Salto Del Guairá, uma cidade paraguaia próxima a Mundo Novo, e entra em contato com a pessoa responsável por contratar os executores.

Conforme descreve Silva (2005), em 30 de outubro de 1999, a prefeita Dorcelina Folador vivenciou um sábado que inicialmente transcorreu de maneira rotineira. Dedicou a manhã ao trabalho, percorrendo a cidade para supervisionar as obras em andamento, incluindo a pavimentação próxima à sua residência com habitual tranquilidade. À tarde, Dorcelina e seu esposo, Cezar, receberam visitas em casa, compartilhando momentos de conversa e mate. Durante essas interações, a prefeita discorreu sobre seus projetos para Mundo Novo. Por volta das onze horas da noite, os amigos se despediram, sendo acompanhados até o portão tanto por Cezar, seu marido, quanto por Dorcelina, que posteriormente retornaram ao lar.

Ainda, de acordo com Silva (2005), por volta das 23 horas, um estampido baixo rompeu a tranquilidade da noite. Cezar, ao observar Dorcelina, percebeu um projétil percorrendo a varanda. A ocorrência do crime provocou indignação e sensibilizou toda a comunidade,

⁸⁶ ENTREVISTA. Jéssica (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 14 min. (aprox.), som.

⁸⁷ ENTREVISTA. Edima (Áudio-mp3). Produção: Guilherme Luís General Miranda. Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024 17 min. (aprox.), som

⁸⁸ Idem.

especialmente os meios políticos. Encerrava-se ali a trajetória, em vida, de Dorcelina de Oliveira Folador.

3.3. O Desfecho do Crime

Conforme consta no livro de Vilma Fátima de Carvalho Ângelo da Silva (2005), em 24 de dezembro de 1999, a responsável pela investigação, delegada Sidnéia Catarina Tobias, finalizou os procedimentos policiais referentes ao amplo Inquérito Policial n. 131/99. Este registro engloba 1.016 páginas, com 142 depoimentos, resultando na detenção de seis indivíduos. A delegada detalhou os procedimentos periciais executados, incluindo os requerimentos de prisão temporária e preventiva dos acusados. Jusmar Martins da Silva enfrentou julgamento em 10 de junho de 2003 e optou por expor, segundo ele, a verdadeira autoria do crime. Ele apontou seu ex-cunhado e ex-prefeito de Mundo Novo, Kleber Correa de Souza, como o responsável pelo assassinato.

Segundo Silva (2005), em 28 de maio, cerca das 15 horas, após um encontro com amigos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Kleber foi encontrado prostrado ao solo, manifestando sintomas assemelhados a contrações musculares. Às 1h30min do dia 29, foi transferido para o Hospital Regional Rosa Pedrossian, onde, às 3h30min do sábado, dia 30 de maio, veio a óbito aos 35 anos.

Durante as averiguações, solicitou-se o Exame de Corpo de Delito Toxicológico tanto para a vítima quanto para todas as pessoas que estiveram com Kleber nas últimas horas. Os peritos, após análise, concluíram que a morte da vítima decorreu de um "infarto pulmonar", de maneira natural. Ressalta-se que Kleber não prestou depoimento na Delegacia acerca das novas denúncias. Sendo assim, Jusmar, o ex-secretário, permaneceu como principal mandante do crime.

Para encerrar, Silva (2005 p.89) argumenta que "[...] a investigação foi prejudicada e o processo perdeu sua razão de ser com o falecimento do ex-prefeito uma vez devidamente comprovada a morte do envolvido por meio da certidão de óbito, a punibilidade foi extinta". Em 2004, o juiz Cleber José Corsato Barboza, no Fórum da Comarca de Mundo Novo, declarou que acreditava que o crime havia sido resolvido e que os culpados pagariam por ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Retomando a questão de gênero, acredito ser importante entender o gênero não apenas como um espectro, mas uma narrativa histórica de diferenças socioculturais cunhadas ao longo do tempo. Essa estrutura foi cuidadosamente desenvolvida, resultando em um contexto no qual as identidades femininas e masculinas desempenham funções proeminentes, sendo moldadas pelas influências tradicionais e expectativas de determinado contexto.

Ademais, o gênero está ainda ligado à análise das relações de poder (Foucault, 1999), destacando como as normas podem perpetuar desigualdades e discriminações. Portanto, o conceito de gênero, refere-se à construção social, cultural e histórica das identidades femininas e masculinas. Diferentemente, por exemplo, do termo "sexo" que está relacionado às características biológicas e fisiológicas que distinguem homens e mulheres, o termo gênero abrange as expectativas, normas e funções socialmente atribuídas a esses sexos.

Sendo assim, quando falamos de gênero, não nos referimos, necessariamente, às mulheres. Quando falamos de relações de gênero, estamos nos referindo aos indivíduos em uma sociedade que são influenciados pelas normas socialmente atribuídas a eles. Os sujeitos e sujeitas envolvidas nas relações de gênero são, portanto, as pessoas que ocupam diferentes posições com base em suas identidades de gênero, incluindo homens, mulheres e pessoas de outras identidades.

Transportando essa análise para o ambiente da política institucional, entendemos que a desigualdade de gênero permeia profundamente suas estruturas, onde as disparidades entre homens e mulheres são exacerbadas e refletem as desafiadoras barreiras que as mulheres enfrentam para uma participação equitativa. Dentro desse contexto, a desigualdade de gênero é radicalizada, perpetuando um sistema que marginaliza as mulheres e reforça dinâmicas de poder historicamente enviesadas.

A sub-representação das mulheres nos cargos políticos é evidente e representa um dos principais sintomas dessa desigualdade. As instituições políticas muitas vezes refletem estruturas patriarcais, nas quais homens ocupam a grande maioria dos cargos de liderança. Essa disparidade não é meramente reflexo de uma falta de interesse ou competência por parte das mulheres, mas sim resultado de barreiras sistêmicas que dificultam a entrada e ascensão delas na arena política.

Outro aspecto a ser considerado é o viés nas decisões políticas. Quando as mulheres são sub-representadas, as políticas adotadas podem refletir prioridades e perspectivas

predominantemente masculinas. Isso pode resultar em uma lacuna significativa na abordagem de questões que afetam especificamente as mulheres, como saúde reprodutiva, igualdade salarial e combate à violência de gênero.

Além disso, a cultura política muitas vezes perpetua estereótipos de gênero prejudiciais, minando a credibilidade das mulheres na esfera pública. Comentários sexistas, críticas baseadas na aparência e estigmas associados à liderança feminina contribuem para um ambiente hostil que dissuade as mulheres de buscar cargos políticos e reforça a ideia de que a política é um domínio exclusivo dos homens.

A falta de representatividade feminina na política também tem implicações para a legitimidade do sistema democrático. Quando os órgãos políticos não refletem a diversidade da população, a representatividade e a inclusão ficam comprometidas, minando a confiança nas instituições democráticas. Para reduzir essa desigualdade radicalizada, é primordial implementar medidas afirmativas que promovam a igualdade de gênero na política institucional. Quotas de gênero, programas de capacitação e sensibilização para a igualdade de oportunidades são passos essenciais para corrigir as disparidades existentes. Além disso, é necessário um compromisso contínuo em desafiar normas culturais e estruturas institucionais que perpetuam a desigualdade de gênero.

4.1. Violência contra a mulher e identidades dissidentes.

Já no tocante à violência de gênero, para Maria Amélia Teles & Mônica Melo (2002, p. 19) está para além da agressão dirigida às mulheres. Estes termos, segundo a autora, foram equiparados durante o movimento feminista da década de 1970, que, ao enfrentar a violência de gênero, preferiu adotar a expressão "violência contra a mulher", por entender que as mulheres representam o alvo primordial dessa violência. A violência de gênero, assim, assume uma abordagem mais abrangente, reconhecendo ambos os sexos como vítimas da construção social, embora seja importante destacar que o masculino é frequentemente colocado como dominador. Sobre isso, explica Bárbara Madruga da Cunha (2014):

A violência de gênero não é um fenômeno natural, baseado na maior força física do homem e na fragilidade da mulher, sequer um fenômeno isolado, próprio das classes mais baixas. Trata-se, na realidade, de um fenômeno próprio das sociedades patriarcais, a qual estabelecem uma relação de dominação-subordinação entre homens e mulheres. A desigualdade de gênero passa, assim, a ser um dos eixos estruturantes da sociedade, entrelaçando-se com a de raça e a de classe, de forma que, juntas, complexificam-se e, quando tomadas em separado, apresentam especificidades. (Cunha, 2014, p.168).

Ainda assim, nas ocasiões que expressei, ao longo do texto, o termo violência de gênero, me referi, particularmente, às mulheres, conforme mencionado na Apresentação. Ou seja, à violência contra a mulher, como descreve Vera Lúcia Puga (2015, p. 653): “[...] a violência de gênero, praticada por homens contra mulheres que se utilizam de força física ou de ameaças, provoca sofrimentos psicológicos, intelectuais, físicos, sexuais e morais”.

Em decorrência dessa particularidade, penso ser apropriado o uso do termo feminicídio para fazer referência à uma violência de gênero, findada em assassinato, quando se trata de uma violência exercida sobre uma mulher. Tal como explica Jaqueline Zarbatto (2015):

Pode-se dizer, que o feminicídio configura-se como o ápice da trajetória de perseguição à mulher, diferentes formas de abuso verbal e físico: como estupro, tortura, incesto, abuso sexual infantil, maltrato físico e emocional, perseguição sexual, escravidão sexual, heterossexualidade forçada da esterilização forçada, maternidade forçada, psicocirurgia, entre outros, que culminam com a morte de muitas mulheres (Zarbatto, 2015, p. 238-239).

Quando essa violência adentra determinado contexto que envolve a política institucional, pode ser considerada feminicídio político. De acordo com Renata Souza, (2020) a fundamentação do conceito de feminicídio político emerge da análise do papel desempenhado pelas mulheres na esfera política e do contexto no qual ocorre o assassinato premeditado de uma mulher. Para a autora, um levantamento prévio indica que a interrupção da trajetória política de mulheres, devido ao crime de feminicídio, pode ser justificada pela ameaça que elas representam para os obscuros poderes associados a organizações criminosas.

Esse padrão de fatalidades não é inédito, como evidenciado nas mortes da juíza Patrícia Acioli, ocorrida em 2011 ao prender milicianos em São Gonçalo, e da Irmã Dorothy Stang, em 2005, ao denunciar fazendeiros latifundiários no Pará. Esses casos delineiam um panorama no qual indivíduos corajosas e comprometidas com a justiça são silenciadas de maneira brutal quando desafiam estruturas de poder arraigadas e prejudiciais à sociedade.

Ao “erguer a voz”, uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito, de acordo com Bell Hooks, conclui-se que Marielle Franco desafiou os poderes políticos e econômicos dos homens da elite branca brasileira. Portanto, a busca por uma formulação que trafegue entre a práxis e a teoria para que possa qualificar, caracterizar, denominar e categorizar, enquanto feminicídio político, o que de fato representa a execução sumária [...] é urgente (Souza, 2020, p. 129).

Nesse ponto a história de Dorcelina se apresenta como mais um caso de feminicídio político por se tratar de uma mulher que representou, para as classes predominantes na política institucional da região do Cone Sul Sul-mato-grossense, uma ameaça ao seu domínio e às suas

práticas ilícitas. Ainda, por sua ligação com os movimentos de luta pela terra, como o MST, a ex-prefeita representava uma afronta às elites latifundiárias da região. O caso de Dorcelina está profundamente relacionado à questão da violência política contra as mulheres e pode ser considerado exemplo de feminicídio político.

4.2. A análise interseccional das identidades de Dorcelina

Dorcelina Folador era uma política feminista e reconhecida por seu compromisso com a defesa dos direitos das mulheres, das pessoas portadoras de deficiência física e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. Seu assassinato pode ser interpretado como um ataque direto ao seu ativismo e à sua presença no cenário político, destacando os riscos enfrentados por mulheres que desafiam estruturas de poder tradicionais.

É nesse sentido, portanto, que o feminicídio político refere-se ao assassinato de mulheres devido ao seu envolvimento em atividades da política institucional ou por desafiar as normas, de gênero, estabelecidas. A morte de Dorcelina representa um ato de violência de gênero e feminicídio político, uma vez que ela foi silenciada, especificamente, por ser mulher e por suas atuações política expressas nas pautas que defendiam.

Sua figura ainda, incorpora temas transversais que tornam sua trajetória mais complexa. Dorcelina era uma representante de mulheres, sem-terra, de classes menos favorecidas e de pessoas portadoras de necessidades especiais. Todas essas questões trazem, para sua trajetória social, uma análise interseccional. Kimberlé Crenshaw (2019) destaca que as diversas dimensões de identidade de uma pessoa estão interconectadas e moldam sua experiência de vida de maneira interdependente. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar formas específicas de discriminação que resultam da interação entre racismo e sexismo. No caso de Dorcelina, discriminações sobre sua deficiência física, por sua classe social e por sua identidade de gênero.

De acordo com Crenshaw (2019), a interseccionalidade é um conceito que foi desenvolvido para compreender e analisar as interações complexas e inter-relacionadas entre diferentes formas de opressão, discriminação e desvantagem social que uma pessoa ou grupo pode enfrentar. A teoria da interseccionalidade destaca que as identidades sociais, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, capacidade física, entre outras, não podem ser analisadas isoladamente, mas sim em conjunto, uma vez que essas categorias de identidade estão entrelaçadas e moldam a experiência de cada indivíduo de maneira única.

No caso de Dorcelina, a análise interseccional de uma mulher que é também pobre e deficiente física no contexto da política institucional revela uma série de desafios e barreiras sistêmicas que impactaram profundamente sua atuação na esfera política. Esta abordagem permite uma compreensão mais completa das interações entre diferentes formas de opressão e discriminação que essa mulher enfrentou, considerando simultaneamente as dimensões de gênero, classe social e deficiência física.

A acessibilidade física e as barreiras econômicas podem ser obstáculos para a participação política efetiva. Eventos políticos, assembleias e debates muitas vezes ocorrem em locais não adaptados, excluindo aqueles e aquelas com deficiência física. Além disso, as desigualdades econômicas podem limitar o acesso a informações políticas, educação cívica e oportunidades de envolvimento. Já os estereótipos de gênero, associados à fraqueza ou dependência, podem ser exacerbados quando uma mulher é também deficiente. Isso pode levar a subestimação de suas capacidades e a uma percepção distorcida de suas habilidades de liderança. Preconceitos baseados na classe social também podem influenciar a percepção de sua competência e qualificações.

Assim, para as pessoas pertencentes à classe política representante das elites, homens, brancos e latifundiários, era quase que inadmissível aprovar a liderança e a competência de uma mulher, deficiente física e sem-terra. Nesse sentido, o assassinato de Dorcelina, pode ser interpretado como uma tentativa de calar vozes dissidentes de pessoas consideradas fora dos padrões aceitáveis e que se opunham às estruturas de poder injustas. Esse silenciamento não apenas atingiu individualmente, mas também enviou uma mensagem de intimidação às suas semelhantes, mulheres, que buscam desafiar as ordens postas pelo patriarcado.

Dorcelina Folador é um exemplo das complexas interseções entre violência política, ativismo feminista e feminicídio político, destacando a necessidade de abordar e combater essas formas de violência de maneira mais ampla na sociedade, a fim de torná-la mais democrática. A trajetória de Dorcelina de Oliveira Folador foi marcada por uma sucessão de obstáculos desde os primeiros anos de sua vida. Originária de Guaporena, interior do estado do Paraná, migrou para Mato Grosso do Sul acompanhada por seus familiares estabelecendo-se na cidade de Mundo Novo.

Marcada por uma liderança juvenil forjada nos bastidores das comunidades eclesiais e nas trincheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Dorcelina emergiu como uma figura singular, desafiando não apenas as barreiras físicas impostas pela poliomielite, mas também as estruturas imponentes do latifúndio e do coronelismo que dominavam a região. Sua

ascensão à prefeitura de Mundo Novo foi uma ousada incursão em territórios hostis, onde o status quo era regido por interesses poderosos e arraigados.

Dorcelina não se limitou apenas ao ativismo político. Ela desempenhou um papel vital na fundação, por exemplo, da Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física (AMPDF), na Casa da Gestante e no Bolsa-escola, tornando-se um farol de esperança para aqueles que enfrentavam obstáculos semelhantes aos seus. Sua coragem também a impulsionou a denunciar as práticas desonestas na gestão pública, destacando-se como uma voz destemida em defesa da transparência. Dorcelina tornou-se uma pedra no sapato do latifúndio, incomodando as estruturas estabelecidas. Sua vida se desdobrou durante o crucial período da redemocratização no Brasil, nos anos 1980. Sua rotina não era simplesmente uma trajetória ordinária, mas sim uma narrativa ao comprometimento e à atuação nos espaços da política institucional, em um contexto marcado por efervescência política e social.

Durante os anos de 1980, ao ascender como líder e assumir a presidência da JUMAC em Mundo Novo, Dorcelina esculpia sua influência no tecido social, contribuindo para a dinâmica transformadora que caracterizou os embates pela democracia e pelos direitos sociais na época. A sua jornada estendeu-se ainda para a década de 1990, quando o Brasil se viu imerso na intensa luta dos movimentos sociais ligados ao campesinato pela reforma agrária. Dorcelina emergiu como uma figura importante, entrelaçando sua história pessoal à narrativa mais ampla da construção democrática e das demandas por reformas estruturais no Brasil contemporâneo.

O mês de outubro de 1999 marcou não apenas o trágico fim da vida de Dorcelina Folador, mas também o sacrifício de uma mulher que se dedicou à causa da justiça social e dos direitos humanos. Em 2024, ao completar-se 25 anos, desde o seu assassinato, reverbera a lembrança de uma figura exemplar na árdua batalha pela terra e na complexa trama política brasileira. Dorcelina, uma figura intensa que permeia os recantos do Brasil. Seu nome é entrelaçado em escolas que buscam iluminar mentes, assentamentos que almejam prosperidade, movimentos populares de mulheres que clamam por justiça, e aparelhos estatais dedicados às políticas públicas para pessoas com necessidades. A presença de Dorcelina transcende o espaço geográfico da região sul do estado do Mato Grosso do Sul e se desdobra Brasil à fora como uma força que inspira lutas. Ela é um símbolo para aqueles e aquelas que buscam transformar a realidade.

FIGURA 04. CARTÃO “DORCELINA PRESENTE” DO MST À MEMÓRIA DE
DORCELINA FOLADOR

89



Fonte: Portal do MST.

⁸⁹ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/30/assassinato-de-dorcelina-folador-completa-22-anos/>. Acessado em 09 de setembro de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. *In*: ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar**: Textos em história oral. RJ: FGV, 2004.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços**: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954- 2014). Curitiba – PR: CRV, 2014.

BIROLI, Flávia & MOTA, Fernanda Ferreira. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos pagu**, v. 43, jul. dez., p.197-231, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. Ganhos de Homens, Ganhos de Mulheres. *In*: **Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010. Disponível em:

<https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie8.php?area=series>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres, trabalho e família. *In*: **Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2010.

Disponível em: <https://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>. Acessado em 09 de agosto de 2022.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 5.ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico MS, 2002.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismos. *In*: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

COLLING, Ana Maria. **A cidadania da mulher brasileira**: uma genealogia. São Leopoldo: Oikos, 2021

COLLING, Ana Maria. Gênero e história: um diálogo possível. **Contexto e Educação**, v. 19, n. 71/72, Jan./Dez, p. 29-43, 2004.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados: EDUFGD, 2014.

COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio. A história e as mulheres: novas encruzilhadas, outros sujeitos. *In*: CADONÁ, Eliane, LUZA, Nathaliy Zanoni & CUTZ, Taina (Orgs). **Estudos de Gênero e estudos de mídia**: desconstruções contemporâneas. Frederico Westphalen: URI, 2020.

COMIN, Jaqueline Teodoro & MENEGAT, Alzira Salete. As mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul: análises da participação feminina nos pleitos eleitorais. **Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 321-345, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista. Tradução de Larissa Latif. *In*: BAPTISTA, Maria Manuel & CASTRO, Fernanda (orgs) **Gênero e Performance**: textos essenciais II. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, 2002

CUNHA, Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. *In*: **Anais da jornada de Iniciação Científica**, v. 16, p. 149-170, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina. Sobre partidos e qualidade da democracia no Brasil. **Desigualdade & Diversidade** (PUCRJ), v. 5, p. 217-238, 2009

DEL PRIORE, Mary. **Histórias das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

SENADO FEDERAL. **Estatuto do Idoso e normas correlatas** (2003). Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf>>. Acessado em 08 de julho de 2023.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: Luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. **Revista Pegada** v.8, n.1. 2007.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; FILHO, Robson de Araújo & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. A consolidação da fronteira sul-mato-grossense e as relações com o Paraguai ao longo dos diferentes períodos da história brasileira. **Revista GeoPantanal**. UFMS/AGB. Corumbá-MS, n. 27, p.145-165. 2019.

FONTE, Eliane Maria Monteiro. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. *In*: SCOTT, Parry & CORDEIRO, Rosineide (Orgs). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2ª edição. Recife: Universitária da UFPE. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Editora: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

GALETTI, Lylia. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo. 2000

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A (SANESUL). **Estudos de Engenharia, Ambiental e Social 1**. Volume 44. Mundo Novo (MS), 2016.

GRASSIELI, Adriana Alvez; MELO, Valéria de Jesus Fragoso de; OLIVEIRA, José de & SILVA, Alessandra Moraes. **Histórias que (re) contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. **Repositório institucional do Ministério Público da Bahia**. Coleções Artigos MPBA Direitos Humanos, 1998. Disponível em:

<http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/525>. Acessado em 08 de julho de 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa Gênero? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 02, p. 711-724, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 09-29, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & SEAWRIGHT, Leandro. Passagem do oral para o escrito e guarda de documentos. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom & SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas**: História Oral Aplicada. São Paulo: Contexto, 2021.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira S.; TEDESCHI, Losandro A. & FARIAS, Marisa de Fátima L. (Org.) **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, Ed. UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. **No Coração do Pantanal**: Assentados na Lama e na Areia. As Contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral – MS. Dourados, Editora: UFGD, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**. A cultura popular revisitada. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NUNES, Fabio Pereira; ROZA, Nilda G. Nunes & SOUZA, Marli Cunha de. Trajetórias de migrantes: o fim do anonimato. *In*: OLIVEIRA, Benícia Couto de. **Histórias que (re) contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013

OLIVEIRA, Ana Flávia Braun Vieira de. O Processo de Democratização em Mato Grosso do Sul: As Eleições de 1982. **Cadernos do CEAM**, Campo Grande, v. 14, n. 18, p. 83-97, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **Histórias que (re) contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Uma mulher chamada Dorcelina de Oliveira Folador. **Correio da Cidadania**, São Paulo, p. 6, 06 novembro de 1999.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero da pesquisa histórica. São Paulo. **História**, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social** Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 8, n. 2. p. 191-200, 1996.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo Fundação Editora da UNESP, 1998

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PUGA, Vera Lúcia. Trabalho feminino / profissões femininas. *In*: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

PUGA, Vera Lúcia. Violência de gênero / Intolerância. *In*: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. Ed. Contexto. São Paulo, 2012.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **EnCudad. Desarro. Rural**. v. 8, n. 67, p.231-249. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Mulher Brasileira é assim**. Brasília: Rosa dos Tempos NIPAS UNICEF, 1994.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, Florianópolis, v.21, n.01, p. 121-149, 2003.

SCHWARCZ, Lilia. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SCOTT, Joan. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, nº. 3, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

SEGATO, Rita. **La Guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SEGATO, Rita. O problema da violência sexual é político, não moral. **Entrevista com Rita Segato** (Online). Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585609-o-problema-da-violencia-sexual-e-politico-nao-moral-entrevista-com-rita-segato>. 2018. Acessado em 08 de maio de 2020.

SILVA, Carmen & PORTELLA, Ana Paula. Mulheres, trabalho e ação coletiva. In: SCOTT, Pary & CORDEIRO, Rosineide (Orgs). **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2. Ed. Recife-PE. Editora: Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, José Graziano. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: SILVA, José Graziano. **A questão agrária no Brasil O debate na década de 1990**. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

SILVA, Vilma Fatima de Carvalho Ângelo da. **Docelina Folador: A prefeita assassinada por defender a moralidade da administração pública**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

SOUZA, Renata. **Feminicídio Político: Um estudo sobre a vida e a morte de Marielles**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: Uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **História de Mulheres que lutam: A construção do movimento das mulheres trabalhadoras rurais no noroeste do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Editora: Oikos, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Mulheres e Trabalho: Desafios para a Igualdade de Gênero**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. *In: Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: Um diálogo necessário*. Editora UFGD, Dourados / MS, 2009.

TELES, Maria Amélia & MELO, Mônica. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002, p.15.

TOALDO, Ciro José. **Histórico do município de Mundo Novo** (MS) [online]. Disponível em <https://www.webartigos.com/>. Acessado em 08 de janeiro de 2020.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: Homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 2009.

ZANCHETT, Stella Adriana. **Estratégias de comunicação da comissão pastoral da terra: uma análise a partir do Dossiê Santa Idalina**. Dourados, Ed. UFGD, 2017.

ZARBATTO, Jaqueline. Feminicídio. *In: COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs). Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/USP, São Paulo.

FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA. **Registro fotográfico de Dorcelina e sua família em Guaporema (Paraná, 1973)** [Material Físico]. Acervo pessoal de José Domingos de Oliveira e família.

FOTOGRAFIA. **Cartão “Dorcelina presente!” do MST à memória de Dorcelina Folador**. [Digitalizado]. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/30/assassinato-de-dorcelina-folador-completa-22-anos/>. Acessado em 03 de fevereiro de 2022.

PERIÓDICOS

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Pistoleiro confessa que matou prefeita de Mundo Novo**. 08 de dezembro de 1999. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/419915/pistoleiro-confessa-que-matou-prefeita-de-mundo-novo>. Acessado em 06 de março de 2022.

DIÁRIO DO POVO. **Sem título** [impresso]. 18 de dezembro de 1997.

DIÁRIO DO POVO. **Mundo Novo promove o 1º Encontro de Portadores de Deficiência de MS** [impresso]. Mundo Novo (MS), 1997.

DIÁRIO DO POVO. **Prefeita Dorcelina entrega inquérito administrativo ao procurador Fadel Tajher Lunes** [impresso]. Mundo Novo (MS), 24 de novembro de 1997.

DIÁRIO DO POVO. **Prefeita tem audiência com Wasmós** [impresso]. Mundo Novo (MS), 20 de janeiro de 1998

DIÁRIO DO POVO. **Projeto de agroindústria caseira, da Prefeitura, foi implantado em agosto** [impresso]. Mundo Novo (MS), 27 de outubro de 1997.

DIÁRIO DO POVO. **Prove Mundo Novo o gosto da cidadania** [impresso]. Mundo Novo (MS), dezembro de 1997.

DIÁRIO DO POVO. **Lula e Zeca do PT fazem comício em Mundo Novo** [impresso]. Mundo Novo (MS), 09 de Março de 1998.

DOURADOSNEWS. **Após 10 anos, assassinos de Dorcelina estão soltos** [Online].

Dourados, 30 de outubro de 2009. Disponível em:

<<https://www.douradosnews.com.br/noticias/apos-10-anos-assassinos-de-dorcelina-estao-soltos-b386402414a5e2efda85/372229/>>. Acessado em 08 de setembro de 2022.

FOLADOR, Dorcelina de Oliveira. **Convite: PT, Comércio e População** [impresso]. Mundo Novo (MS), 27 de Junho de 1996.

FOLHA DO MERCOSUL. **Dorcelina e Kleber rumo à prefeitura** [impresso]. Mundo Novo (MS), 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Prefeita petista é assassinada no Mato Grosso do Sul** [online].

Matéria de Frederico Vasconcelos. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199902.htm>. Acessado em 03 de março de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dorcelina atacou "máfia do contrabando"** [online]. Matéria de

Frederico Vasconcelos. São Paulo, 01 de Novembro de 1999. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199903.htm>. Acessado em 03 de março de 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PT assume o informatizado Mundo Novo** [impresso]. Matéria

de Frederico Vasconcelos. São Paulo, 1 de janeiro de 1997.

REVISTA EPOCA. **O complô que matou Dorcelina** [Online]. Mundo Novo (MS)

Disponível em: <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI165265-15518,00.html>.

Acessado em 07 de julho de 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **"Gritamos por ética", disse ao assumir** [Online]. São Paulo, 01

de Novembro de 1999. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0111199904.htm>. Acessado em 07 de junho de 2022.

O LIBERAL. **Definindo** [impresso]. Mundo Novo (MS), 13 de março de 1996.

O LIBERAL. **Dorcelina diz que iniciou sua campanha desde abril em Itaquiraí-MS**

[impresso]. Mundo Novo (MS), 18 de junho de 1994.

O LIBERAL. **Mundo Novo sediou encontro regional do PT em Mundo Novo-MS**

[impresso]. Mundo Novo (MS), 08 de Maio de 1996.

O LIBERAL. **Mundo Novo: consenso ou excesso de candidatos?** [impresso], Mundo Novo (MS), 1996

O LIBERAL. **PT realizou encontro** [impresso]. Mundo Novo (MS), 24 de abril de 1996

O PARANAZÃO. **Sem título** [impresso]. Guaíra, 16 de janeiro de 1998

O PARANAZÃO. **Sem título** [impresso]. Guaíra, 22 de novembro de 1997.

PANFLETO de divulgação eleitoral. **Partido dos Trabalhadores (PT)** [impresso], Mundo Novo (MS), 1994.

PANFLETO de divulgação. **Por um Mundo Novo Sério e Feliz. Prefeita: Dorcelina, Vice: Kleber.** Mundo Novo (MS), 1996.

ANEXOS

ANEXO 01. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistada 01: Graziela Moura de Souza (Assessora de comunicação da prefeitura de Mundo Novo (MS) durante o governo de Dorcelina Folador).

Guilherme Miranda: Como começou a sua história com Dorcelina? Qual era sua relação com ela?

Graziela Souza: Finalizei o meu curso em Comunicação Social – Jornalismo em abril de 1999, e estava à procura de emprego em Campo Grande, onde me formei. Meu pai era amigo do jornalista Ribeiro Arce, que era assessor de comunicação da prefeita de Mundo Novo e iria deixar o cargo em junho. Ele estava à procura de um jornalista para trabalhar no seu lugar, a dificuldade era real, pelo fato da cidade ser pequena e distante. Meu pai me comunicou e perguntou se eu tinha interesse. Fui para lá em meados de junho, como assessora de comunicação, mas não conhecia ninguém, nem a cidade e nem a prefeita. Eu, recém-formada e com 21 anos apenas, assumi meu primeiro emprego em cargo público e o primeiro voltado à assessoria política.

Guilherme Miranda: Como era o cenário político da época? Quais eram os grupos e as pautas defendidas?

Graziela Souza: Fui com meus pais a Mundo Novo e a primeira parada foi na prefeitura, onde a prefeita já me aguardava. Se apresentou, mostrou seu gabinete, o local onde eu trabalharia. Detalhe é que tínhamos apenas internet discada com o sinal muito ruim, quase não funcionava. Não tinha celular e a cidade contava apenas rádios e jornal local como meios de comunicação. Logo quando cheguei, Dorcelina fez uma síntese de sua gestão. Falou que a cidade era perigosa, mas que não tinha medo de fazer denúncias. Citou sua denúncia contra o tráfico de crianças na região de fronteira e que as mudanças que ela estava fazendo na cidade incomodavam bastante. Me mostrou a escada subterrânea por onde saía o ex-prefeito quando os “cobradores” entravam na prefeitura. Nesse momento, ela não citou grupos, nomes de pessoas nada. Falava comigo sempre em tom generalizado, sem muito detalhes. Eu estava vindo de fora, chegando na cidade. Dorcelina era desconfiada e ainda não tínhamos uma relação de confiança, como é entre assessor e assessorado. Ao longo dos meses, fui entendendo do trabalho que precisava ser feito.

Ela queria dar muita visibilidade aos seus projetos, principalmente aos projetos vinculados às famílias da Agricultura Familiar, dentro do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, esse trabalho era o seu carro chefe. Tanto que não consigo me lembrar de outras ações fortes nas áreas da educação, saúde e assistência social, por exemplo. E em toda a escrita, ela fazia questão de trazer à memória dos leitores, o que a administração anterior tinha feito como má gestão, tinha que ter sempre esse antes e depois nos textos.

Guilherme Miranda: Quais eram as principais dificuldades, sobretudo para Dorcelina, enquanto mulher, na época?

Graziela Souza: Olha, se tinham dificuldades ela passava por cima (risos). Dorcelina era destemida, chegava impondo suas ideias, suas propostas. O secretário de Administração na época, pessoa mais próxima de mim na gestão, sempre dizia que “quando ela bota uma coisa na cabeça, ninguém tira”. Então, tinha que fazer o que ela queria e estava propondo, da maneira dela. Então, acredito muito que essa dureza de posição, que beira à autoritarismo, seja por conta dos enfrentamentos dela por ser mulher na política institucional. Hoje, tenho essa leitura, na época não tinha.

Guilherme Miranda: Você saberia dizer um pouco como se deu o envolvimento dela com os movimentos do campo? Qual era a relação com MST?

Graziela Souza: Ela veio do campo, sempre dizia isso em seus discursos e também foi membro do Movimento, acredito que como acampada e como jornalista. Dorcelina era pela ocupação das terras, contra os latifúndios. Em favor do pequeno e médio agricultor. Acho que isso incomodava mais ainda naquela época.

Guilherme Miranda: Você saberia explicar o que foi a JUMAC? (Grupo da Igreja Católica) e como foi a participação/atuação da Dorcelina nesse grupo?

Graziela Souza: Eu que também tinha que constar essa informação nas histórias de vida dela. Em todo o texto feito de uma ação da prefeitura, Dorcelina gostava que colocasse um pouco sobre sua história de vida, sempre deveria constar sua situação física, o MST e a JUMAC. Acredito que eram bases políticas importantes para ela e por isso o destaque. Também eram movimentos importantes para a construção da esquerda na cidade e no Estado.

Guilherme Miranda: Como foi o início da atuação política de Dorcelina?

Graziela Souza: Eu não acompanhei o início. Sei que ela foi candidata a deputada estadual por duas vezes e eleita para a prefeitura em 1996, pelo Partido dos Trabalhadores, que iniciava uma importante trajetória em MS.

Guilherme Miranda: Quais eram as principais inquietações? Quais eram as situações que incomodavam? As críticas que ela fazia?

Graziela Souza: Dorcelina falava sempre, publicamente, sobre a dívida da prefeitura com o Banco Santos, adquirida na gestão anterior. Não falava para todos sobre denúncias de tráfico de crianças na fronteira. Não lembro de críticas sobre questões de terras. Passei os últimos 5 meses com ela e a sua maior inquietação era sua segurança. Me mostrou uma carta enviada à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedindo proteção, disse que enviou mais de uma vez e não tinha obtido resposta. Andava sempre preocupada de estarem seguindo-a e armada. Tinha um revólver na bolsa. E dizia que recebia ameaças por telefone, falava isso para mim e para o secretário de administração. Estávamos começando uma relação de confiança no último mês.

Guilherme Miranda: Como se deu o seu amadurecimento de uma campanha para outra?

Graziela Souza: Eu não participei desse momento e não sei informar.

Guilherme Miranda: Quais eram as pessoas ou setores políticos que, de fato, apoiavam?

Graziela Souza: Lembro do apoio do governador de MS, na época o Zeca do PT, para seus projetos. Mas Dorcelina ia, frequentemente, atrás desse apoio na governadoria. Sempre dizia que era necessário “ir atrás”, “pedir”, “mostrar que existe”.

Guilherme Miranda: Quais eram as ideias e propostas de Dorcelina? Quais eram as pautas sociais que ela defendia? Eram consideradas tabu?

Graziela Souza: Eram as pautas de uma esquerda recém-chegada numa cidade conservadora, com 20 mil habitantes. Ou seja, ela colocou elevador para deficientes no prédio da prefeitura; se eu não me engano, implantou o bolsa-escola na cidade (a primeira de MS); fortaleceu os agricultores familiares, frente a um Estado do agronegócio; deu transparência à gestão, queria divulgar tudo e todos os gastos da prefeitura, enfim, mudou a forma de administrar que a cidade estava acostumada.

Guilherme Miranda: Como foi a relação de Dorcelina com Kleber, o vice-prefeito?

Graziela Souza: Eu não o conheci e nunca soube quem ele era. Nunca ouvi e vi a Dorcelina falar com ele e sobre ele.

Guilherme Miranda: Quais são as situações que ela e outras mulheres precisavam enfrentar para estar no meio político?

Graziela Souza: Ela sempre dizia que era preciso chegar se impondo, falando forte e alto, para que os homens não a impedissem. E sempre dizia que era preciso chegar bem arrumada e maquiada, também para se impor.

Guilherme Miranda: Sobre a denúncia do prefeito de não pagar os funcionários. Como Dorcelina articulou isso e liderou a greve?

Graziela Souza: Não sei informar esse fato.

Guilherme Miranda: Como ela fazia para expor determinadas irregularidades? Por exemplo, o caso de sucateamento da máquina pública.

Graziela Souza: No período em que trabalhei com ela, as exposições de irregularidades se davam via entrevistas em rádios, apenas. E em todo material de divulgação, era preciso dizer o antes e depois. Ela dava nome aos bois.

Guilherme Miranda: Sobre a violência sofrida por Dorcelina? Saberia dizer se houve alguma relação com a mentalidade machista da época?

Graziela Souza: Não sei analisar se a violência se bastou na questão de gênero. Acredito que seja mais que isso.

Guilherme Miranda: Saberia dizer um pouco como era sua relação com Jusmar, então secretário da Agricultura?

Graziela Souza: Não sei informar. Eu não o conheci.

Guilherme Miranda: Por que a prefeita começou a assumir compromissos que eram de responsabilidade do secretário da Agricultura?

Graziela Souza: Não sei informar.

Guilherme Miranda: O Assassinato teve alguma outra motivação que não fosse política?

Graziela Souza: Acredito que não. Dorcelina morreu porque incomodava.

Guilherme Miranda: Para finalizar, para você, existe alguma relação entre o assassinato de Dorcelina, o assassinato de Marielle Franco, o golpe de Estado de Dilma e as demais violências sofridas pelas mulheres na política?

Graziela Souza: A relação é que todas incomodaram. Eram mulheres, ocupando um espaço de poder público, que é masculinizado, e tiveram a coragem de denunciar a corrupção e outros crimes, em favor do bem comum. As mulheres são corajosas.

Entrevistada 02: Jéssica Winnye Folador (Filha de Dorcelina Folador).

Guilherme Miranda: Quais são as principais lembranças em você tem da Dorcelina, enquanto mãe?

Jéssica Folador: “As principais lembranças que eu tenho da minha mãe, assim, eu confesso que são poucas, né? Mas alguns momentos assim, mais memoráveis que eu tenho na memória. Assim foi, era um fogãozinho a lenha que nós tínhamos, bem pequenininho, era de crianças mesmo, mas ele era de verdade. E eu lembro quando ela trouxe aquilo de presente para nós, com as panelinhas de ferro pequenininhas assim, e eu lembro de algumas tardes da gente fazendo comida naquele fogão, arroz, feijão. E foram momentos que quase eu me lembro com bastante carinho, não é? E minha mãe também dividia muito a maternidade dela com o tempo que ela tinha livre, né? Então, eu lembro muito, eu tenho muita lembrança dela pintando. Bastante lembranças dela pintando telas em casa, algo”.

Guilherme Miranda: Quais lembranças você tem dela enquanto atuação política?

Jéssica Folador: “Bom, quanto à atuação política, essas são as maiores lembranças que eu tenho dela, porque nós vivíamos muito isso, né? Esse ambiente respirávamos muito o ar da política até hoje, inclusive, na minha casa. Mas naquela época era muito intenso, então eu tenho muitas lembranças dela na época dos protestos, antes ainda dela ser prefeita, né? Eu lembro antes, ela fazendo ali o trabalho de formiguinha, de conversar com as pessoas. Lembro dela trazendo pessoas para casa, para ter rodas de discussões políticas. Eu não lembro exatamente quais eram os esquemas, né? Lembro de uma vez termos ido com ela em um protesto contra o FHC. Eu era muito pequenininha, mas estava lá no meio também. E gritando, repetindo, e lembro já dela,

prefeita, de algumas coisas que ela fazia pela cidade, por exemplo, os cartazes em que ela expunha, né? As coisas erradas que os antigos governantes faziam, e ela encontrava isso na prefeitura, então ela sempre colocava expostos nesses cartazes para mostrar para a população. Então, lembro muito disso também”.

“Lembro de quando ela criou o bolsa-escola lá na minha cidade. Lembro da patrulha mirim, porque eu vivia muito ali, né? Tinha muitas, muitas crianças, então eu ia bastante com ela na patrulha mirim, que era para tirar esses jovens das ruas, né? Assim, fora quando eles não estivessem na escola, que eles tivessem essa atuação de se ocupar, né? Deixa eu pensar aqui mais. Bom, politicamente também tem as memórias de quando Lula foi várias vezes lá, né? Isso também foi muito forte para mim, né? Tem várias fotos com ele, desde pequenininho. Vários momentos que ele esteve lá, esteve muitas vezes antes dela ser prefeita, esteve algumas vezes em casa, eles faziam festa para recebê-lo, claro, né? E depois que ela foi prefeita, ele também foi lá. E tem vários vídeos dele lá na prefeitura, né? Com a minha mãe, quando ela já era prefeita, então. Tem várias lembranças nesse sentido também”.

Guilherme Miranda: Como você viu o envolvimento dela com a política local?

Jéssica Folador: “Eu acho que um pouco, né, do que eu mencionei acima da parte de ter uma lembrança dela política como um todo, né? Como jornalista, no MST também é uma coisa que eu lembro muito. É atuando ali nos movimentos sem Terra. A gente ia muito para assentamentos. Eu tenho muita lembrança disso, né? Eu era muito pequena. Claro, né? Isso com 56 anos. Eu não lembro exatamente as pautas naquele momento, assim, né? De ter memória ativa. Mas eu lembro que era muito. Ela era muito ativa e é, e também na cidade. Assim, ela criou bastante políticas. Para os PCDS, para as mulheres que não tinham rede de apoio, então ela criou vários grupos assim, para reunir essas mulheres que para elas passarem um tempo juntas, ao longo do dia, trocando experiências sobre amamentação. Eu lembro muito disso e eu lembro que a Indira tinha acabado de nascer, minha mãe também amamentava quando ela participou desse grupo que ela já tinha criado, né? 11 tempinho antes. Então ela também era muito, ela participava muito, é, ela também fazia um café da manhã com a prefeita Dorcelina. Era uma coisa. Eu não sei se era de quanto em quanto tempo que isso acontecia, né? Mas ela levava várias pessoas em casa e o intuito era ouvir mesmo a população, né? E ter contato com as pessoas. Ela nunca deixou de ter contato com as pessoas, né? Então, inclusive, eu lembro muito de muita galera chegando em casa e ela entrava, né? Nem conhecia às vezes, né? Ela chamava para entrar para tomar um café. Se era almoço, almoçava junto. E ouvir o que as

peessoas tinham para dizer, então eu lembro muito dela fazendo política de formiguinha mesmo ali, pouquinho a pouquinho, conversando com as pessoas. Então na política local, claro que ela é. Foi uma revolucionária para a cidade. Assim, todo o mundo reconhece ela, inclusive pessoas da direita e da extrema-direita que já me falaram que minha mãe foi a única pessoa que eles confiaram enquanto política, né? Então. E claro que, para a época, naquela época não era bem assim, porque eles disparavam cartazes difamando ela, enfim, né? Mas hoje eles conseguem olhar para ela com esse olhar assim, né, de que ela era mesmo diferente. Então acho que para a política local, ela foi. Foi uma reconhecida muito grande ali para o Mundo Novo”.

“Ela gostava de fazer bastante quando ela estava por ali e. Acho que algum, um outro momento que foi. Que foi a nossa única viagem em família, né? Que nós fomos para o Rio de Janeiro, para Angra dos Reis. Nós fomos de carro, então eu lembro que nessa viagem nós fomos e voltamos ouvindo o "anthology" dos Beatles. Então é. Foi bastante importante para mim, eu acho, acredito que prendeu também essa viagem, né? Foi a única que nós tivemos juntos e. Inclusive, tem uma música nesse disco que eu me encontrei com ela muitos anos depois, porque eu lembro de depois, na adolescência, estar buscando aquela música, né? Aquela música e buscando nos discos dos Beatles, ela não estava, eu falei, mas eu lembro dessa música. E o "antologia" inteiro tem um eu lembro de eu ter decorado as falas que eles têm assim que eles falam durante. A gente usa uma música e outra dentre as gravações e a música era "Free as a Bird" e eu demorei assim até os meus 16, 17 anos para encontrar a música no meio da né, que eu descobri que tinham discos ali que não eram, enfim, que eram uns "antologias", né? Então, são as coisas que eu mais me recordo, assim, de momento que eu vivi com ela”.

Guilherme Miranda: Como era a participação dela nos grupos da Igreja?

Jéssica Folador: “Nos grupos da igreja, ela era muito ativa. Eu não sei como minha mãe arrumava tempo para fazer tudo que ela fazia e ainda ser ativa nos grupos da igreja. Eles, meu pai e minha mãe se conheceram no grupo de jovens da igreja. Desde pequeno, nós, eu e minha irmã, fomos introduzidas. Na igreja católica, ativamente, participando muito. Minha família é muito católica. Então ela era parte mesmo. Ela era cursilhista ativa, ela lia nas missas, ela estava lá e participava, entende? Ela tinha amizade ali com muito grande, com os padres, então padre, que era da nossa paróquia. Ali ele frequentava nossa casa. Ele era o padre que eu conheço? Assim ele já era idoso quando? Ele. Ele me batizou, ele fez minha primeira comunhão. Depois eu lembro dele. Já na mina, participando da minha crisma, ali com o bispo, então ele era parte da comunidade por muitos anos e eu tenho essa. Memória muito dela, também ativo nos movimentos da igreja”.

Guilherme Miranda: Como era a participação dela dentro da política?

Jéssica Folador: “Dentro da política assim, o que eu tenho mais memória é de que ela era muito ativa, né? E ela não tinha medo nem vergonha de. O que ela acreditava, mesmo ela sendo um ponto fora da curva para aquela época, né? O que ela era? Sim, ela. Uma mulher. Feminista ela, ela sempre expôs as ideias dela, o que ela era a favor, mesmo sendo católica, mesmo colocando. Tendo a religião dela, ela sempre respeitou o estado laico, então quando tratava-se de aborto, ela já sabia que era problema de saúde pública. Ela já estava antenada na como era mundo afora, então. Ela não tinha medo nem vergonha de expor, ainda que fossem tabus, né? Algumas das ideias dela que ela acreditava, né? E eu lembro também dela ser bastante democrática na escuta, né? Ela ouvia. Ela sabia dialogar. Ela sabia debater. Ela fazia política raiz, né? O que a gente não vê muito hoje em dia, né? Ela tinha paciência, que é o que eu acho que. As gerações seguintes não aprenderam muito, e, principalmente, uma falha grande que a esquerda tem atualmente, né? Na minha opinião, que é não saber ouvir e dialogar que é, ela sabia? Então ela ela sabia conduzir por isso?”.

Guilherme Miranda: Por fim, se possível, dê um depoimento sobre as questões que mais te marcam quando falamos de Dorcelina.

Jéssica Folador: “Bom, essa parte é um pouco complexa, né? Porque... Eu passei muito tempo da minha vida buscando informações da minha mãe. Por incrível que pareça, porque todo mundo que eu conheci ela pessoalmente, mas muito pouco, eu acho que eu conheci mais ela pelo que as pessoas me contavam e pelos documentos que eu acessei, que são os mesmos documentos que eu te emprestei, aquela caixa são coisas de onde eu encontrei a minha mãe. Eu conheci ela também, então eu guardo muita coisa. E eu fui conhecendo um pouco dela ali também, né? Eu tenho claras minhas memórias afetivas que lamentavelmente são poucas, né? E eu lembro dela também dela ser uma pessoa bastante estressada. Estressada assim porque, claro, imagina, ela tinha uma vida muito ativa, não é? Então eu lembro que eu achava minha mãe muito brava enquanto mãe, né?”.

“Muita coisa me marcou e, principalmente uma delas. Claro que trouxe muita dor pra nós. O fato dela abrir a mão de estar muitas vezes conosco, pra, pra, pra lutar mesmo, né? Então ela realmente ela deu a vida dela pelo que ela acreditava, então hoje, já com o entendimento que eu tenho. É uma coisa que eu admiro muito, porque. Muitas pessoas desistem, né? Eu lembro muito. Eu lembro que eu passei um ano afastada da minha família, que eu fiquei morando com os meus tios em Assis, né? Ninguém sabia onde eu estava, ninguém podia saber porque nós

recebíamos muitas ameaças. A minha irmã ainda não bebê de colo ainda mamava, então não, né? Não tinha como, ela não tinha como ela não ficar com a minha mãe, mas era um medo constante, né? Então eu também a minha infância também foi muito marcada por esses momentos, né? Apesar de que eu não sabia porque que eu estava lá, achei que. Estava de férias lá o ano inteiro, né? E então é muito confuso para mim, onde eu divido a admiração que eu tenho dela, do trauma, né? Porque, claro que depois disso, uma parte importante da minha vida, a parte mais importante da minha vida, foi a perda, né? Foi a ausência”.

“E eu demorei para entender, lógico, eu não era criança para entender tudo, né? Então, primeiro, ela é meu maior orgulho. Ela é a pessoa que eu mais admiro no mundo. Eu acho que nunca, nunca, nunca vou encontrar e conhecer alguém como ela foi, né? E tudo o que ela representou, acho que não existem mais políticos assim. Eu acredito que possa existir, sabe? Claro. Mas ela era muito sensível, entende? Ela era. Ela conhecia de tudo. Assim, ela a parte, o lado dela. Sensível artista é uma parte que me toca muito, né? Eu consigo ver as pinturas dela, ver a sensibilidade que ela tinha, o olhar que ela tinha era muito social, principalmente, né, então. É difícil dizer. Que me marca mais, mas. Mas ela me marca muito, claro, ela vive em mim, então eu lembro dela constantemente. É impossível não pensar, o que que teria sido a nossa vida se ela tivesse aqui, né? Por, por política, não, porque na verdade eu senti falta de ter ela como mãe, né? Claro, de ter. Dessa, né? Como tudo teria sido diferente? Mas com certeza ela teria conseguido muito mais. Ela teria sido uma grande, grande, grande pessoa de nome assim no Brasil, se ela tivesse continuado”.

Entrevistada: Edima Aparecida de Almeida (Sobrinha de Dorcelina Folador)

Guilherme Miranda: Quais são as principais lembranças em você tem da Dorcelina?

Edima Almeida: “Olha, vou. Vou te falar a verdade, as lembranças que eu tenho da minha tia, né? É eu e a minha tia. Temos 6 anos de diferença, né? Eu sou, sou 6 anos mais nova do que ela, então a minha tia, na verdade, é aquela que cuidava de mim quando eu era pequena, né? Porque a nossa família é, é a família de gente da Terra, né? Gente que trabalhava no cultivo na roça. Então ela que ficava comigo, né?”.

“E as lembranças que eu tenho dela, assim, depois de adolescente, é de não de uma tia convencional, mas de uma tia sempre envolvida nos movimentos políticos. É dentro da questão das pastorais da igreja. É uma tia que não aceitava essa desigualdade. De né? É porque tanto os

ricos quanto os pobres é uma tia que tinha consciência de que aquilo não era normal, né? Uma tia que, tendo sofrido de paralisia infantil e naquela época era muito difícil levar um filho para vacinar porque era muito longe”.

“Então eu me coloco no lugar da minha avó, né? Uma mulher da roça sem estudo, né? Casada com a pessoa da roça também, ele também sem estudo, né? Porque naquela época é a mulher. Fazia até a quarta série, né? E não, não interessava. Naquela época que a mulher estudasse, né? Que ela tivesse uma cultura. Porque o papel da mulher era aquele de se casar, de cozinhar, lavar, passar. Não era. Era esse o papel da mulher e ter filhos, né? Que era a realidade da sociedade. É daquele tempo”.

“Então eu tenho essa lembrança da minha tia dada. De adolescente? Envolvida nos movimentos, ela era jornalista, escrevia pro jornal do sem Terra e foi ela que me colocou nesse mundo, né? No mundo do social. Que me faz ver que essas diferenças não são justas, né? E através dela que eu entro também no social e começo a trabalhar com os meninos de rua, com o povo de rua em São Paulo. Então a imagem que eu tenho não é daquela tia que você. De take, faz o cafezinho e tudo, né? Mas é daquela tia sempre envolvida em alguma coisa, né? Que fosse para buscar uma justiça social”.

Guilherme Miranda: Como você viu o envolvimento dela com a política local?

Edilma Almeida: “Eu acho que a atuação política da minha tia começa bem cedo, né? Começa na fase de adolescência dela, né? E eu acho que a atuação política dela é, entra, é própria, com a própria realidade dela, né? Sendo uma pessoa deficiente física em um país que não tinha muitos recursos, SUS pra isso, né? E com uma dignidade muito grande, porque ela era uma pessoa, por exemplo, minha tia, ela caía quase sempre, né? Ela não tinha um equilíbrio, né, porque tinha essa perna muito fina devido à paralisia infantil, mas ela foi uma pessoa que ela nunca quis uma muleta. Ela sempre trabalhou, né? Sempre quis ganhar o dinheiro dela. Ela tinha uma dignidade muito grande. Dentro do limite dela, né? Ela nunca aceitou. Quando ela caía também, ela não queria que ajudassem ela, né?”.

“Então eu acho que a atuação política dela começa devido ao próprio fato dela ser uma pessoa que entra na classe dos excluídos, né? Que eram as pessoas com deficiência, os negros, os pobres, os camponeses. Né? As pessoas sem cultura. E eu acho que o início da luta política dela é nisso, né? E através do movimento sem Terra, né? Porque o Brasil é um país enorme, com tanto latifúndio, né? E ela se envolve muito nisso numa zona que é, como ela dizia, um pistoleiro vale mais que uma autoridade, né? Porque na verdade, era isso. No Mato Grosso do Sul”.

“É quando ela vem pro Mato Grosso do Sul, ela é muito pequena. E ela descobre, né? O Mato Grosso, fronteira com o Paraguai, é onde tudo se resolvia à base de bala, né? E onde as pessoas não tinham 11 cultura dos pioneiros, dos é do da própria história, né? Tanto que no mandato dela, ela abre o museu da história, né? E não sei se esse museu tem ainda, porque são muitos anos que eu moro na Itália. É, mas ela abre isso como forma de consciência política, né? Ela sempre dizia que uma pessoa que não tem conhecimento da sua história, um povo que não sabe a sua história, é um povo destinado a morrer, né? A ser assim a ser excluído”.

“E aí ela entra nessa luta com os Brasiguaios também. A população é metade do Brasil, metade no Brasil, metade no Paraguai, né? Porque muitos camponeses, pessoas da roça, iam trabalhar no Paraguai e tinham filhos lá, e esses filhos não eram considerados nem brasileiros nem paraguaios, né? Então, tinha essa diferença também entre as pessoas”.

“Ela sempre prestou muita atenção na política local, né? Tanto que quando ela é eleita, é quando ela foi eleita, desculpa, eu estou enrolando um pouco de italiano com português. Quando ela foi eleita? Não ela, por exemplo. Ela sabia que as pessoas da roça, que crianças muito pequenas trabalhavam na roça, né? E para os grandes latifundiários, isso era uma vantagem muito grande que uma família tivesse muitos filhos, né? Porque são mão de obra barata”.

“Então, uma das primeiras coisas que ela faz é conversar com esses camponeses, dizer por que que você não manda o teu filho pra escola, né? E a resposta era que essa criança precisava ajudar a família. Então, uma das primeiras coisas que ela faz é esse auxílio, né? De dizer para o camponês: "Olha, eu te dou aquilo que essa criança poderia ganhar, mas você, em troca, me manda ela pra escola, pra essa criança ter uma cultura, não as meninas é que ficavam grávidas"”.

“No Mato Grosso do Sul, durante o mandato da minha tia, foi um dos primeiros a ter ecografia para as mulheres que ficavam grávidas, ter um acompanhamento muito, né? E tudo à luz da transparência, né? Então se tinha que fazer alguma coisa na prefeitura, tinha uma votação, tinha um referendo. Onde as pessoas decidiam se era mais importante construir uma escola, arrumar uma rua, né? E quando ela vinha parada por alguém que dizia assim, "Ah, mas por que que você não arrumou aquela rua em vez de construir a escola?" Ela dizia, "você veio votar? Você exerceu o teu direito de decidir pela tua cidade, então não pode reclamar, né?"

“Era uma política de responsabilização, né? Uma política comunitária. Mas também de responsabilizar as pessoas, né? A tomar as decisões que elas achavam que eram importantes, e assumir a responsabilidade também das decisões que tomaram, né? Era um governo participativo. Acho que foi um dos primeiros governos participativos que teve no país, e ela foi um pouco pioneira nisso, né?”

Guilherme Miranda: Como era a participação dela nos grupos da Igreja?

Edima Almeida: “Nos grupos da igreja também. Eu acho que foi o primeiro passo. Porque o passo de todos os adolescentes ali era frequentar a igreja. A minha tia ela sempre teve uma luta, conta algumas coisas da igreja contra a igreja reacionária, a igreja de apoio à ditadura militar, mas ela também tinha consciência que dentro da mesma igreja tinham pessoas muito comprometidas com o povo. Ela nunca abandonou essa igreja, ela nunca tomou uma decisão de entrar na política e estar fora da igreja. Ela tinha uma grande formação cristã, devido à minha avó, que sempre teve essa formação e a nossa família cresceu assim”.

“Mas essa formação cristã para ela, para mim também, para alguns outros, não significava que você era de acordo com tudo aquilo que a igreja fazia, porque a gente sabe que a igreja é feita de pessoas, né? Mas as pessoas erram, né? E dentro da igreja tinha muita gente muito salafrária também, mas tinha esse outro lado da igreja, que é um lado de acompanhamento do povo. E é um lado social, né? Então, era essa igreja que a gente acreditava, né? Essa igreja de Cristo que a gente sempre acreditou e ela foi pra frente, sempre com essa ideologia. De, que tinham os erros dentro da igreja, mas que para você combater alguma coisa, você tem que estar dentro dessa estrutura também, porque se você está fora só jogando pedra, você não consegue mudar nada dentro. E eu acho que ela foi um grande exemplo disso, de organização dos jovens, de fazer ver que eles tinham o direito de estudar, de ter uma profissão que não é porque um era filho de pessoa da roça que o destino dele era ser uma pessoa da roça também, que ele tinha que aceitar isso, que ele tinha condição de ir pra frente também, né? De saber que ele tem a mesma inteligência daquele que é cheio de dinheiro, né? E que talvez nem tenha essa inteligência, mas tinha o dinheiro para pagar as universidades e os diplomas que ele quisesse, né? Então, ela ensina, é a garra de ir para a luta, é de. De de mostrar quem. Quem você é, né? Superando todas as barreiras e todos os limites, né?”

Guilherme Miranda: Como era a participação dela dentro da política?

Edima Almeida: “A participação dela dentro da política foi, é, ela foi uma das fundadoras do PT na época. Na política, o primeiro PT que nasce em Mundo Novo, foi criado pela minha tia. É o meu tio também, Tio Paulino, que é irmão do meu pai, né? Porque as famílias moravam muito ali perto. Né? Mas não é que ela adere ao PT? É assim do acaso? Não. A minha tia era muito sistemática, ela estudava muito. Ela raciocinava muito. Qual era? Aquilo que estava mais dentro do povo. Se a gente tem uma percepção política, por exemplo, de Mundo Novo, Mundo Novo sempre foi governado pela Arena, por partidos de extrema direita, né? Sem o mínimo de respeito pela questão cultural, pela questão indígena, pela questão dos sem Terra. É o mínimo de respeito pela questão social, né? Então ela começa a atuação política dela nesse, nesse

sentido, né? De fundar um partido político e percebe que o único modo de ter voz é esse, né? De fundar um partido político e tentar ganhar essas eleições”.

Guilherme Miranda: Por fim, se possível, dê um depoimento sobre as questões que mais te marcam quando falamos de Dorcelina.

Edima Almeida: “É o que mais marca da minha tia. Minha tia era uma pessoa muito divertida, né? Assim, sempre alerta, porque em todos os momentos ela teve muita ameaça, é quando ela era candidata, ameaçava um de sequestrar as meninas, né? Então a gente sempre teve muito atento, né? Metade da família não era muito de acordo com ela, porque a gente sabia que era uma terra de pistoleiros, que era uma terra que ela podia ter um fim assim, né? Como aconteceu realmente, né?”.

“Então, a preocupação da família também foi muito tutelar essas meninas, né? Tanto que elas passavam longos períodos na casa de um ou na casa do outro, é próprio para, para não deixar acontecer nada com elas, né? A gente vivia sempre muito em alerta, é sobre isso, mas a política e a questão social era uma coisa que a minha tia tinha nas veias. Assim era o respiro dela, né? Tanto que a outra tia é abrir uma floricultura, ajudou ela a abrir um negócio de roupa de noivas, né? E ela era muito criativa. Eu agradeço a Deus porquê das sobrinhas eu acho que eu fui aquela que pegou esse lado criativo da minha tia, né? Mas. A gente conversava muito e ela me dizia, ela falava, olha, é isso, está dentro de mim. Não tem, não tem como eu deixar, não é?”.

“Então, do lado da família, assim a gente pensando é em fazer o melhor para ela, né? Tentou fazer ela pegar uma outra profissão de floricultura. É o ter o próprio negócio dela, mas era uma coisa mais forte do que ela. A questão política, ela sabia, ela tinha. Ela tinha noção que o único modo de mudar as coisas em Mundo Novo era esse, era de entrar com o partido político e tentar ganhar as eleições, né? E tanto que quando minha tia foi assassinada, é no outro ano, teriam eleições e ela tinha 83% de aprovação, né? Da cidade e. E eu lembro disso, né? Eu lembro que às vezes ela tinha que fugir dali de Mato Grosso e ir para São Paulo, onde ela passava uns tempos, esperava baixar a poeira, porque a situação ali estava bem perigosa, né? E que a gente conversava muito. Na verdade, eu e a minha tia. É, era como se fosse uma irmã mais velha. Assim para mim, né? E a gente compartilhava, né? Os mesmos ideais, né? Eu nunca fui do movimento sem Terra, é? Mas é a minha luta foi com os meninos de rua”.

“É com o povo da rua E aqui na Itália, com a questão da imigração, né? Eu até hoje eu sou voluntária. Com a questão da imigração, né? E eu acho que tudo isso ela passou para mim, né? Esse sentido, assim de justiça social, né, de igualdade, que é o que a gente sempre sonhou, né? Não foi fácil para ela, porque dentro do próprio partido ela tinha as pessoas contrárias, né? No

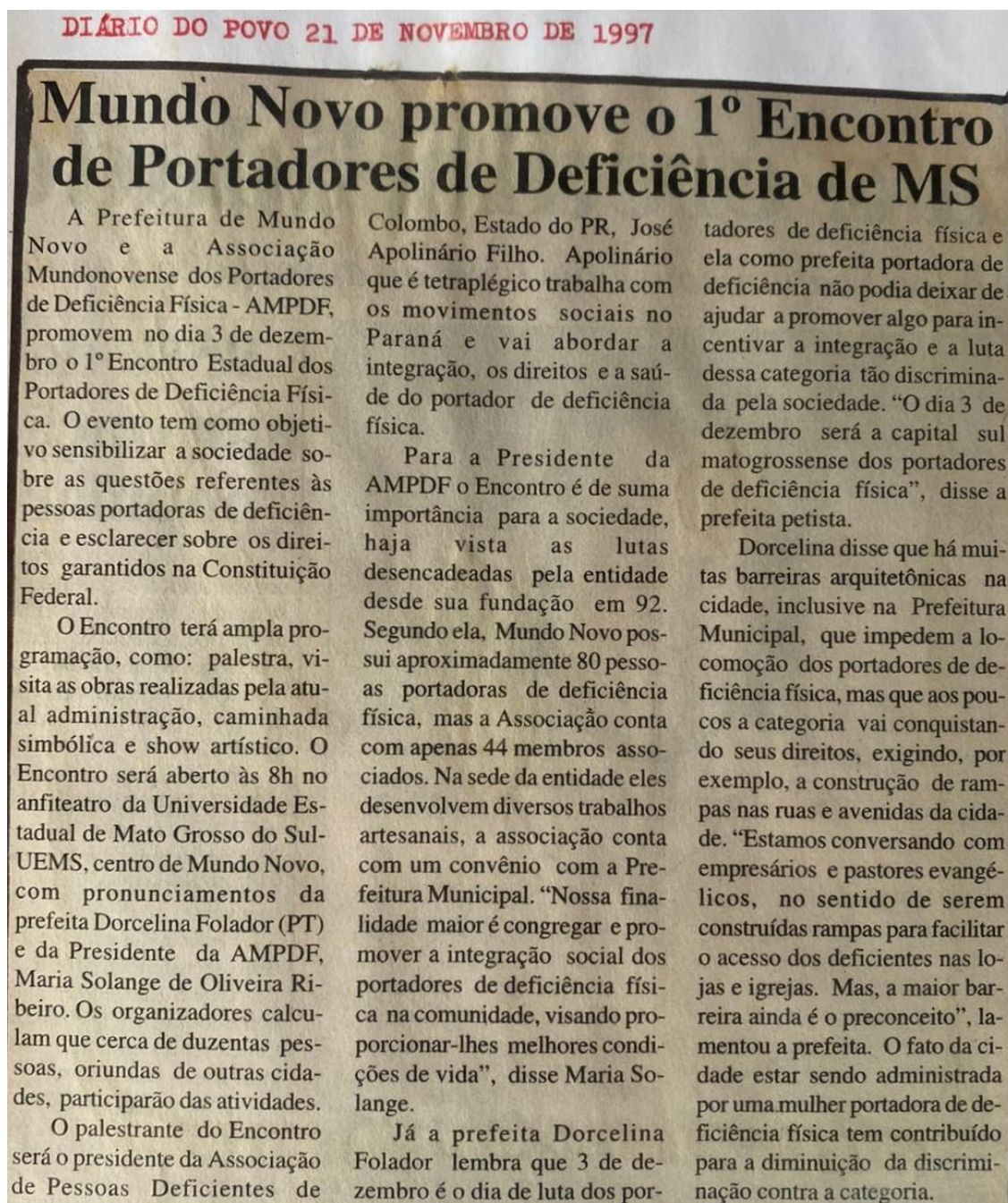
primeiro tempo, quando Ela Foi eleita, que ela queria colocar um elevador para dar acesso aos às pessoas. Às pessoas com deficiência física, né? Porque era no andar de cima e ela. Ela tinha dificuldade também para subir aquelas escadas, né? E a Câmara votou contra, aí ela pegou a mesa dela, botou lá embaixo pra dar acesso às pessoas, né?”.

“E ela sempre foi muito prefeita. Em meio às pessoas, não aquela prefeita que fica ali no gabinete. Na verdade, a maior parte do tempo ela passava fora. Né? Conversando com os camponeses, vendo as reais dificuldades das pessoas, né? E no sistema de transparência? Hum, eu me lembro de uma entrevista de um jornalista é que foi entrevistar a minha tia e ele pediu um café, né? Na prefeitura e a minha tia fazia o café de manhã, né? Colocava dentro da garrafa térmica e levava para a prefeitura e ele falou para ela que isso era muito antiquado, né? Que todas as prefeituras tinham a cafeteira, né? E ela respondeu, olha, esse é o café que eu faço na minha casa e trago aqui. Agora. Se você quer o café da cafeteira, você pague com o seu dinheiro, porque o dinheiro do povo não é para usar nessas coisas, né? Ou então assim, a consciência que ela tinha, né? De que cada centavo era arrecadação da luta daquelas pessoas, né, do trabalho daquelas pessoas e ela não tinha um senso de dever muito grande em relação à. Aquilo que era, que eram as pessoas, né? As pessoas mais pobres”.

“Assim, então é esses Pequenos Detalhes, né? De tudo, eles tentaram também sujar o nome dela com várias coisas assim, mas nunca foi conseguido. É uma acusação contra a minha tia No que se referia à honestidade dela, lealdade dela, né? E todas essas coisas, então. É, é assim. Eu sinto muita falta da minha tia porque eu qualquer conselho que eu queria assim, algumas decisões que eu tinha que tomar quando eu era jovem e tudo é, eu sempre conversava muito com ela, né? E a minha tia era um espírito livre. Ela não tinha como prender ela a fazer ela a fazer uma outra coisa. Ela era um espírito livre, um espírito livre voltado para as causas sociais. Né? E é isso”.

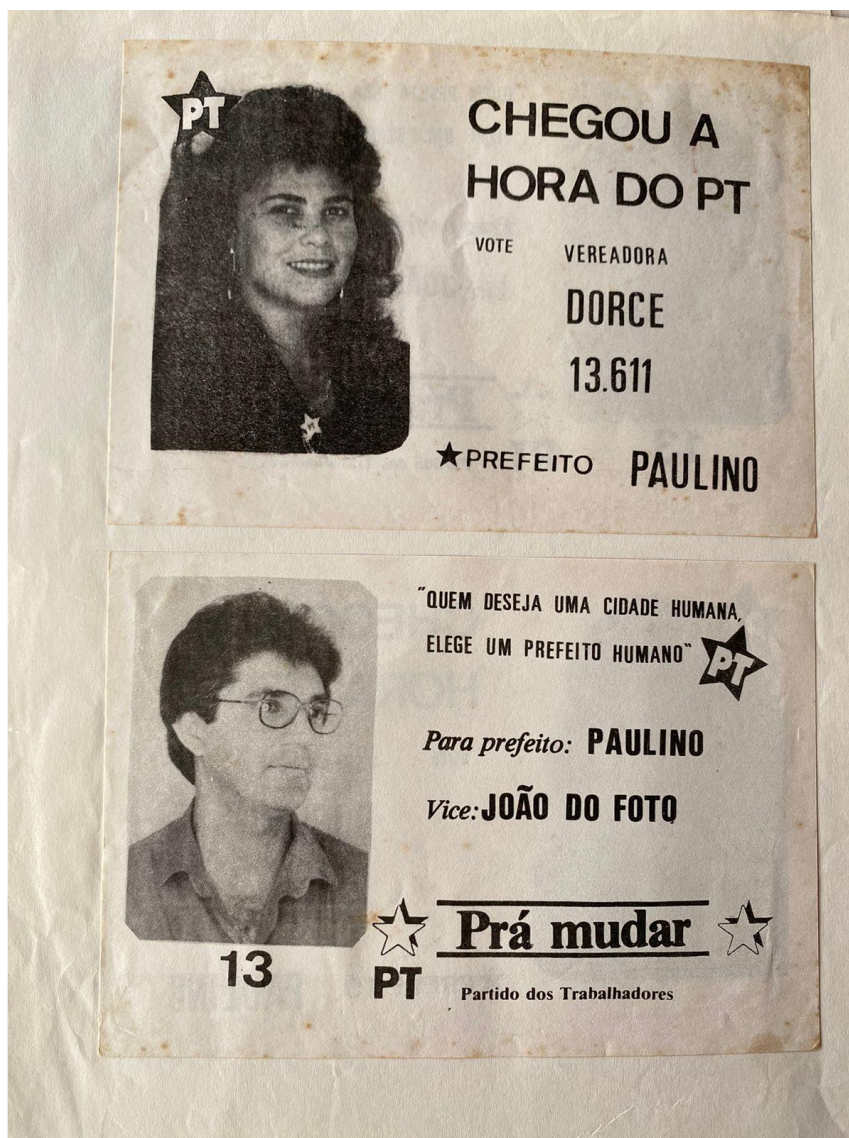
ANEXO 02. REPROGRAFIA DE RECORTES DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS E PANFLETOS POLÍTICOS

REPROGRAFIA I. *DIÁRIO DO POVO*. “MUNDO NOVO E O 1º ENCONTRO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DE MS” (MUNDO NOVO/MS 21 DE NOVEMBRO DE 1997)



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 02. CARTÃO “DORCELINA VEREADORA” DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES (PT) (MUNDO NOVO/MS, 1988)



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 03. FOLHA DO MERCOSUL. DORCELINA E KLEBER RUMO À
PREFEITURA (MUNDO NOVO/MS, 1996).

FOLHA DO MERCOSUL

Mundo Novo - MS

Dorcelina Folador

Um close especial da candidata pelo PT e coligação com o PMN, uma luta nobre e digna.



MUNDO NOVO - MS

Dorcelina e Kleber rumo à prefeitura



Dorcelina e Kléber, candidatos a prefeito e vice.

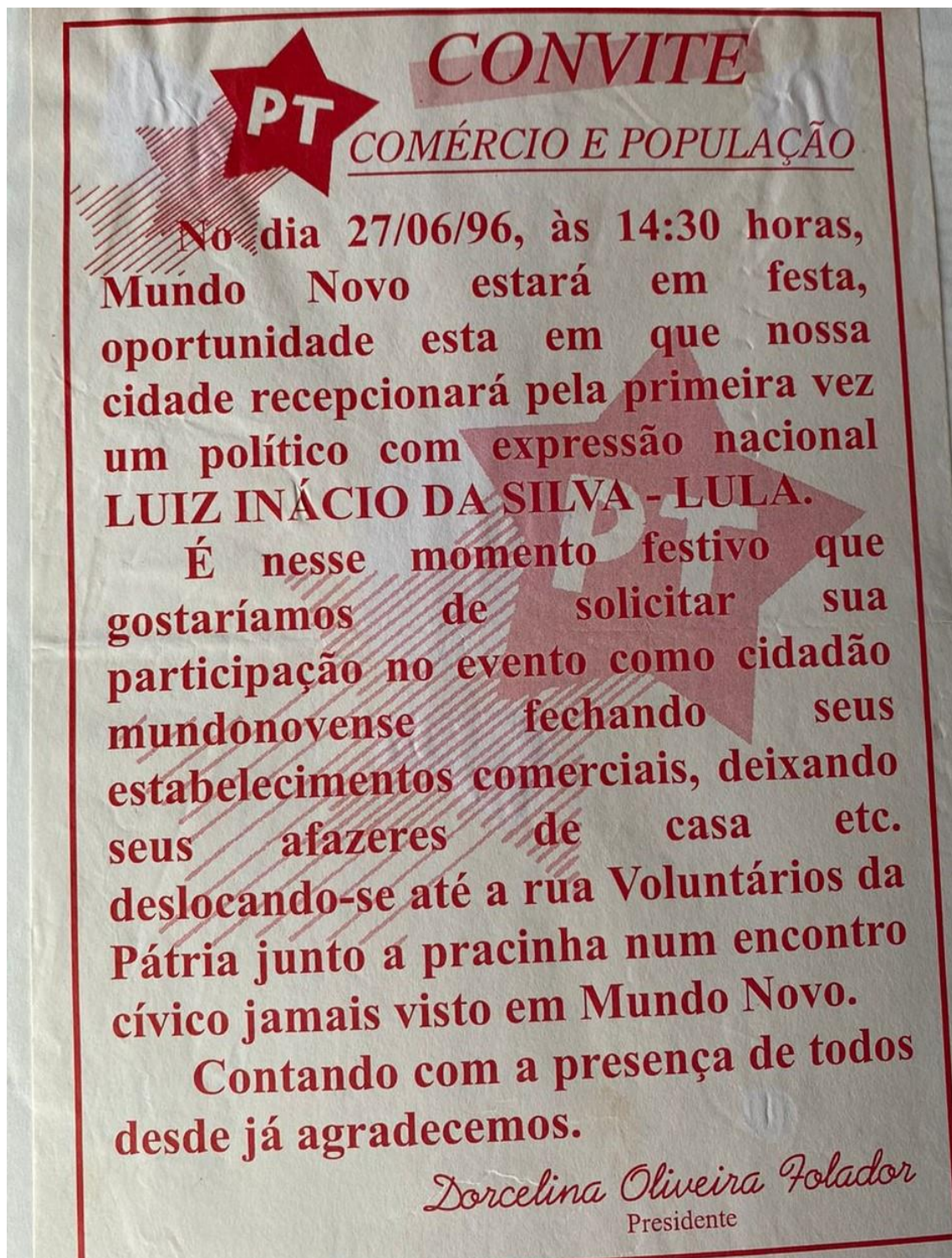
Dorcelina Folador do Partido dos Trabalhadores (PT) no coligação com o advogado Kleber Correa de Souza do PMN estão muito bem cotados para a prefeitura de Mundo Novo. Ela Dorcelina uma batalhadora e militante antiga do PT e já tendo sido candidata a vereadora nas eleições passada quando obteve expressiva

e a maior votação. Ele, Dr. Kleber é filho do Cartorário e pioneiro mundonovense Jovino Correa de Souza.

Nesta coligação estão concorrendo vinte e seis candidatos a vereança. Segundo as últimas pesquisas a candidata Dorcelina esta na cabeça ou juntamente com Peninha e Dr. Miguel, a vitória esta entre estes três.

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 04. PANFLETO-CONVITE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
ASSINADO POR DORCELINA FOLADOR (MUNDO NOVO/MS, 1996).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 05. CARTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).
(CAMPANHA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE MUNDO NOVO/MS, 1996).

Saúde

A) Implantação do Programa de Assistência Comunitária-PAC que desenvolverá programa de saúde preventiva
B) Postos de atendimentos periféricos
C) Horta comunitária e de medicina caseira administrada pelas associações de moradores
D) Controle rigoroso no recebimento e na distribuição dos medicamentos
E) Melhorar o atendimento a população através de critérios para médicos e dentistas
F) Manter ambulâncias em condições de usos e com equipamentos necessários para atendimentos de emergência
G) Posto de Saúde central com aparelhos de Ultra-sonografia, Eletrocardiograma, Berçário com Estufa, aparelhagem básica para atendimento de emergência e com escala de 24 horas.
H) Laboratório para exames e diagnósticos da malária e leishmaniose

Meio Ambiente

A) Combate a erosão
B) Coleta seletiva de lixo
C) Reflorestamento
D) Combate ao assoreamento dos rios
E) Reestruturação do conselho municipal do meio ambiente

Turismo e Comércio

A) Incentivo a rede de Hotelaria
B) Lutar pela criação da zona de livre comércio

Segurança

A) Cobrar da secretaria de segurança do Estado melhor aparelhamento para as patrulhas que prestam serviço em nosso município
B) Criar uma guarda municipal em parceria com a polícia militar equipada, com postos em todas as entradas de acesso a fronteira.

Infra-estrutura

A) Expansão da rede asfáltica de acordo com as possibilidades ouvindo sempre a comunidade.
B) Conservação das ruas e estradas não asfaltadas.
C) Conservação e construção de pontes na área rural.
D) Instalação de uma unidade de socorro a incêndios.
E) Melhorar a iluminação pública fazendo valer a taxa paga.
F) Expansão de salas de aula.
G) Capela Mortuária e Necrotério Municipal

H) Priorizar o acabamento das casas inacabadas e a distribuição das mesmas
I) Fazer levantamento junto a população das pessoas que não possuem casa própria e desenvolver programa de mutirão.
J) Fazer estudos junto a órgãos competentes para mudança do aeroporto, utilizando a área atual para projetos de habitação.

Participação popular

A participação popular é a chave para ir além dos estreitos limites da democracia representativa, pois criamos espaços políticos abertos para a participação do cidadão e acabamos com o clientelismo, onde só conseguimos que a prefeitura atenda nossas necessidades quando nos comprometemos com o prefeito ou temos com ele laços de parentesco ou amizade. Para que a participação popular vá além da representatividade e seja um estímulo à organização e à mobilização das entidades da sociedade civil propomos:

A) Orçamento Participativo
B) Publicação Bimestral dos gastos das secretarias no diário oficial e em locais públicos. Ex. Escolas, postos de saúde, associação de moradores, etc.
C) Prestação de contas semestral

Prestação de serviços públicos

A prestação dos serviços públicos com qualidade e eficiência, é sobre tudo um desafio fundamental no sentido de comprovar na prática a viabilidade de um estado democrático e eficiente. Para isso propomos:

A) Melhorar a situação do servidor público
- Implantação do Plano de Cargos e Salários
- Fazer funcionar o instituto previdenciário do município
- Implantar creche para os filhos dos funcionários públicos
B) Reestruturação das Secretarias

PREFEITA 13
Dorcelina
Vice: KLEBER

POR UM SÉRIO E FELIZ

PT PMN

por um

MUNDO NOVO

SÉRIO

E FELIZ

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 06. O PARANAZÃO. PREFEITA DE MUNDO NOVO, DORCELINA FOLADOR (MUNDO NOVO/MS, 22 DE NOVEMBRO DE 1997).

O PARANAZÃO 22 DE NOVEMBRO DE 1997

A prefeitura de Mundo Novo começa no mês de dezembro próximo a colocar em prática sua política de cidadania para o idoso, com a inauguração da Casa da Terceira Idade. Esse projeto tem por finalidade viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando uma ampla integração entre eles e as demais gerações.

O projeto de resgate da cidadania do povo de Mundo Novo vem sendo implementado desde o início da Administração da prefeita Dorcelina Folador (PT). Em março ela inaugurou a Casa da Gestante, colocando a cidade como o 2º do país a implementar um projeto dessa natureza. A 1ª foi Quixadá, no Ceará. A Casa da Gestante faz um acompanhamento da saúde da mulher antes e após o parto. Desde a sua inauguração cadastrou e atendeu 130



Prefeita de Mundo Novo Dorcelina Folador

Terceira Idade será inaugurada no dia 06 de dezembro com uma extensa programação que inclui a escolha da Miss Terceira Idade de Mundo Novo.

mulheres. “Resgatar a cidadania do povo é compromisso dos governantes que tem senso humanitário, que estão preocupados com uma vida melhor para a comunidade”, garantiu Dorcelina.

Segundo o chefe do Departamento de Assistência Social da prefeitura, Ledi Ferla, a Casa da Terceira Idade será um espaço onde se garantirá a participação de todos os idosos de Mundo Novo, sem discriminação. A instituição vai garantir também as ações voltadas para o atendimento às necessidades básicas do idoso, mediante participação das famílias, da sociedade e governo, o acesso a simpósios, seminários e encontros específicos; a assistência à saúde do idoso, priorizando as medidas alternativas; desenvolvimento de programas educativos para a informação da comunidade sobre o processo de envelhecimento; o acesso a pro-

gramas de alfabetização com metodologia e material didático destinados ao idoso; participação no mercado de trabalho; encaminhamento aos benefícios previdenciários; elaboração de critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; atividades culturais, lazer, esportes e atividades físicas, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, dentro outras.

Ledi disse ainda que a prefeitura vai discutir com os idosos sugestões de atividades para clientela envolvida com a instituição, como jogos de baralho, bocha, sinuca, malha, ginástica para mulheres, curso de pintura, crochê e tricô; transa em couro; bailes e outras promoções. As pessoas interessadas em participar da Casa do Idoso devem se cadastrar nos postos de saúde ou no Departamento de Assistência Social. A Casa da

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 07. DIÁRIO DO POVO (MUNDO NOVO/MS, 24 DE NOVEMBRO DE 1997).

DIÁRIO DO POVO 24 DE NOVEMBRO DE 1997

Procuradoria Geral de Justiça do Estado apura irregularidades administrativas cometidas por ex-prefeito de Mundo Novo. Ministério Público determinou a instauração de inquérito policial no caso da Auditoria e o Procurador Dr. Fadel Tajher Lunes poderá oferecer denúncia contra o ex-prefeito Dema por crime de peculato.

A prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador (PT), protocolou na Procuradoria Geral de Justiça do Estado o Inquérito Administrativo que apurou o desvio de R\$ 40.000,00 dos cofres da Prefeitura, por parte do ex-prefeito Ademar Antônio da Silva, o Dema e o ex-Diretor do Departamento de Administração Orçamentária e Contabilidade da Prefeitura, Alcides Alves Rocha. Dema e Alcides cometeram peculato, crime de furto praticado por funcionário público que utiliza as prerrogativas do cargo para obter vantagens para si ou para outrem. Em face desse inquérito o servidor Alcides Alves foi demitido, a bem do serviço público, pela prefeita Dorcelina.

Em audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado, Dr. Fadel Tajher Lunes, a prefeita Dorcelina fez uma exposição geral da Auditoria realizada nas contas do Município, cujos relatórios foram encaminhados para o promotor de Justiça da Comarca, André Antônio Camargo Lorenzoni e para a Câmara Municipal de Vereadores do Município, afim de serem tomadas as devidas providências. Fadel Tajher Lunes disse que a Procuradoria Geral de Justiça determinou que fosse instaurado inquérito policial para apurar detalhadamente as roubalheiras e desvios de dinheiro e bens públicos, como: o desaparecimento de 33 veículos da Prefeitura, apontados na auditoria.

Com relação ao Inquérito Administrativo que aponta a apropriação de R\$ 40.000,00 da Prefeitura pelo ex-prefeito Dema e seu Diretor do Departamento de Administração Orçamentária e Contabilidade, caracterizando crime de peculato, Fadel garantiu a Prefeita do PT que a Procuradoria de Justiça analisará detalhadamente o material e tomará todas as providências cabíveis para punir os envolvidos, caso fique demonstrado o crime. Se for denunciado judicialmente, o ex-prefeito Dema corre o risco inelutável e se for condenado poderá pegar até 12 anos de cadeia, conforme determina o Art. 312 do Código Penal Brasileiro.

Nos próximos dias a Prefeita deverá receber relatório da Procuradoria Geral de Justiça contendo informações sobre o andamento das investigações referentes a Auditoria realizada nas contas do ex-prefeito Dema. Dorcelina Folador está empenhada no caso e vem acompanhando par e passo o desenrolar das investigações. Recentemente ela e o deputado estadual Zeca do PT, foram recebidos em audiência pelo Secretário Estadual de Segurança Pública, Dr. Joaquim D'Assunção Felipe de Souza, oportunidade em que solicitaram especial empenho no sentido da completa averiguação dos fatos apontados na Auditoria. O Secretário disse a eles que está acompanhando pessoalmente o andamento das investigações sobre o caso realizadas pela Polícia Civil.

Para a prefeita Dorcelina Folador a Administração Municipal cumpriu sua obrigação ao apurar a corrupção e a roubalheira praticada pelo ex-prefeito Dema, o que ficou patente na Auditoria e no Inquérito Administrativo. Segundo ela,

a população de Mundo Novo aguarda a punição dos culpados e o ressarcimento dos cofres públicos. "Nós estamos fazendo a nossa parte. Tivemos duas audiências na Procuradoria de Justiça e uma com o Secretário Estadual de Segurança Pública, onde tratamos do assunto. Tanto o Secretário como os Procuradores Alindo Pereira da Silva, Fadel Tajher Lunes, demonstraram interesse em aprofundar as investigações. Isso é um bom sinal e demonstra que os políacos corruptos que saquearam os cofres do Município estão próximos de sentar no banco de réus. Eu sempre digo que a Justiça tarda mas não falha, enfatizou a prefeita petista.



Prefeita Dorcelina entrega inquérito administrativo ao procurador Fadel Tajher Lunes

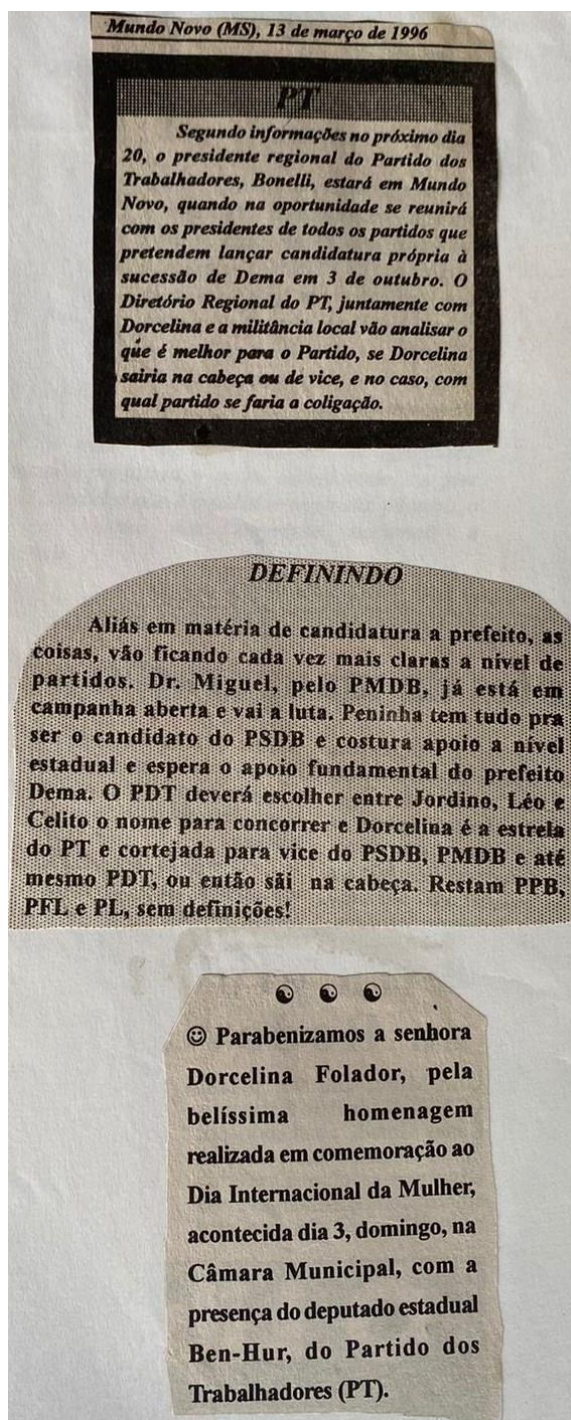
Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 08. DIÁRIO DO POVO (MUNDO NOVO/MS, 18 DE DEZEMBRO DE 1997).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 09. O LIBERAL (MUNDO NOVO /MS, 13 DE MARÇO DE 1996).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 10. TRIBUNA DO POVO. PT PROMOVEU ENCONTRO REGIONAL.
(MUNDO NOVO/MS, 1996).

TRIBUNA DO POVO MUNDO NOVO(MS), 8 DE MAIO DE 1996 U3

Curtinhas

PT PROMOVEU ENCONTRO REGIONAL

No último final de semana, mais propriamente no sábado, dia 04 de maio, aconteceu a inauguração da sede do Partido dos Trabalhadores (PT). A festa popular teve início por volta das 20 horas na rua Voluntários da Pátria, 541.

Logo após a inauguração, houve um jantar dançante, com a presença de centenas de pessoas.

No domingo, dia 05/5, por volta das 8 horas, aconteceu na Escola Iolanda Ally, o Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores, que definiriam os rumos a serem tomados pela militância.

Estiveram presentes ao evento, o Deputado Estadual Anilson, o presidente Regional do PT, Luiz Carlos Bonelli, todos os pré-candidatos do partido para as majoritárias, vices e vereadores de 16 municípios da região.

Na oportunidade, os trabalhos foram debatidos a política de aliança com grupos de nossa cidade, além das tática e estratégias políticas a serem desenvolvidas no decorrer de 1996.

No evento estiveram presentes mais de 10 lideranças, tendo o encontro cediado em Mundo Novo, por ser um dos Municípios do Interior Sul, com chances reais de chegar a prefeitura.

Lideranças petistas se reuniram em Mundo Novo

Conforme Dorcelina Folador "O Partido dos Trabalhadores está aberto a aliança com os demais, por não ter sido definido nada a esse respeito".

Na continuidade da entrevista, ela nos informou que os debates com a militância estão sendo ampliados e no dia 19 de maio deverá ter um consenso do Diretório local, quanto às disputas das eleições deste ano.

O PT de Mundo Novo está sendo "namorado" por muitos pré-candidatos à majoritária, e poderá até o dia 19 deste, sair um resultado positivo, dentro de uma luta democrática, pois, todos os filiados estão sendo escutado e suas idéias estão sendo debatidas, diferentes de outros partidos que estão impondo de "goela abaixo" candidatos sem condições sequer tentar chegar ao final com uma boa colocação.

A situação política de Mundo Novo está totalmente indefinida, e a maioria dos partidos, não consegue antes da Convenção, sequer apontar um resultado positivo para ela. Do mesmo modo, está a situação do PT, que espera uma confirmação de seus militantes.

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 11. O LIBERAL. DORCELINA DIZ QUE INICIOU SUA CAMPANHA
DESDE ABRIL (MUNDO NOVO/MS, 1994)

Itaquiraí(MS), 18 de junho de 1994

Dorcelina diz que iniciou sua campanha desde abril

A candidata do PT, a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado, representando Mundo Novo e o Cone-Sul, Dorcelina Folador, nos últimos dias 14 e 15 de abril, participou da convenção do partido em Campo Grande. Na oportunidade ela obteve a confirmação de seu nome para disputar as eleições deste ano, sendo aclamada ainda, como a segunda mais votada na convenção.

Dorcelina, que iniciou sua campanha desde abril do ano passado, agora, já nas proximidades da eleição, sai a campo buscando novos apoios que se somarão ao prestígio já conquistado pela candidata. Ela possui uma coordenação municipal, e uma coordenação regional para a campanha, e já fechou apoio com dez diretores do PT, em toda a região.



Dorcelina Folador

A candidata petista, tem como meta principal a geração de empregos para o Cone Sul, a reestruturação dos setores da saúde e educação, e ainda a luta pela reforma agrária. Falando a respeito da reforma, Dorcelina disse que está, é uma das maneiras

de empregar a população e gerar rendas, através da produção. "Não é difícil fazer reforma agrária, pois 50% das terras estão nas mãos da união, e poderíamos começar por estas áreas", disse ela.

Com relação a presidência da república, Dorcelina diz que está convicta que o Lula será o novo presidente, e irá viabilizar qualquer projeto que ela indicar na Assembleia. "Vou ter um ponto direto de ligação, com a presidência da república e com Mundo Novo", comenta.

Dorcelina, enfatiza que hoje a esquerda está em alta e a tendência do povo é eleger candidato do partido dos trabalhadores, porque eles veem na sigla, a única opção de mudanças para o país. "Tendo certeza que Mundo Novo e o Cone Sul, não vai ter medo de ser feliz, e elegerá Dorcelina, como primeira deputada portadora de deficiência física, para representar

nossa região junto ao governo", explana ela, dizendo ainda que vai cumprir seu mandato até o fim não devendo sair candidata a prefeita, porém deverá apoiar alguém.

"Com a não saída de Zé Dias para deputado, aumentaram as minhas chances, e ainda o povo clama por mudanças diante do desajuste administrativo municipal. Com certeza sairei eleita de Mundo Novo, porque a legenda do PT é menor e eu não represento a "panela" que sempre dominou e domina os municípios pequenos do Cone Sul do Estado", comenta Dorcelina. Ela também lembra que espera uma união muito grande do povo, principalmente das classes menos favorecidas e batalhadora deste imenso Estado, para uma reestruturação de uma política justa e fraterna.

"Vejo que agora chegou a hora e a vez do povo, com Lula lá, teruel ali, e Dorcelina aqui".

PERSISTIR NO ERRO É BURRICE

Estamos pagando até hoje pelo erro que cometemos no passado. Sempre que necessitamos algum apoio parlamentar, temos que correr atrás de políticos que representam e foram eleitos por outro município. Tudo isso porque nunca aprendemos a valorizar e dar um voto de crédito aos nossos candidatos.

Pelo que podemos sentir, o povo parece preferir cometer o mesmo erro. Uns afirmam que não votam em Dr. Miguel porque ele não é simpático. O que nos leva a perguntar, queremos alguém que fique aqui, para nos dar tapinhas nas costas, ou alguém que fique em Campo Grande trabalhando por nós? Não voto na Dorcelina porque é radical. Quanto mais radical, principalmente com os problemas a serem solucionados, melhor. Eleger um deputado nosso, deve ser antes de qualquer desculpa um ponto de honra, uma questão de naturalidade política. Precisamos fazer prevalecer o interesse coletivo sobre o individual.

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

REPROGRAFIA 12. CARTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. DORCELINA CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL (CAMPANHA DAS ELEIÇÕES GERAIS DO MS, 1994).



Professora, micro empresária, casada e mãe de uma menina de 3 anos, Dorcelina de Oliveira Folador, nascida no Paraná, reside em Mundo Novo desde 1973 e é candidata do Partido dos Trabalhadores a deputada estadual.

Militante da Pastoral da Juventude, foi uma das fundadoras do PT, que hoje preside em Mundo Novo. Candidata a vereadora duas vezes no município, esteve sempre entre os nomes mais votados e só não foi eleita, por falta de legenda para o Partido.

Respeitada, tanto pelo trabalho desenvolvido junto à comunidade, como pela sua conduta política, pautada pela ética e pela moralidade, Dorcelina é fundadora e atual presidente da Associação Mundonovense de Portadores de Deficiência Física, frente a qual vem travando uma batalha constante contra a discriminação dos deficientes, inclusive no mercado de trabalho.

Talhada na luta pelos direitos das minorias oprimidas, Dorcelina sempre se bateu pela Reforma Agrária, que no seu entender, "é a solução para problemas como a fome e a miséria que assolam o País". Trabalhou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, onde foi repórter popular do "Jornal dos Sem Terra", chegando a coordenar a editoria política do Jornal no II Congresso Nacional do MST, em 1990.

Neste momento ímpar, quando o PT coloca-se como a grande alternativa para mudar a cara deste País, fazendo as mudanças que os brasileiros tanto precisam para serem verdadeiros cidadãos, é necessário dar a Lula o apoio que vai necessitar para a virada. Vamos eleger os nossos senadores, deputados federais e para deputada estadual, DORCELINA. Vamos ampliar a bancada petista na Assembléia, para fazer valer a vontade da população.



"Honestidade, trabalho e participação popular.
Sem a participação do povo não há possibilidade
de um governo se consolidar."



**ALAN
PITHAN**
SENADOR

**RICARDO
BRANDÃO**
SENADOR

**FRENTE BRASIL
POPULAR MS**

REPROGRAFIA 13. CARTEIRA DE DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DA PREFEITURA
DE MUNDO NOVO, MS.

 		PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO - MS	
NOME Dorcelina de Oliveira Folador		Nome do titular Jose Domingos de Oliveira	
CARGO Prefeita Municipal		Nome do titular Maria Agrelia de Oliveira	
MANDATO DE 01/01/97 A 31/12/2000		DATA DO NASCIMENTO 27/07/63	
ASSINATURA DO PORTADOR 		TIPO DO CRIMINAL 'O' positivo	
VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL		LOCALIDADE Guaporena - PR	
PORTA DE ARMA O PORTADOR, POR FORÇA DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TEM AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA PORTAR ARMA DE DEFESA.		IDENTIFICADORA 75.144 - SSP/MS	
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA		IDENTIFICADORA 72.768.721-49	
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA		EMISSÃO 20 02 97	

Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

ANEXO 03. REPRODUÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01. DISCURSO DE DORCELINA NA CAMPANHA ELEITORAL PARA A PREFEITURA. MUNDO NOVO – MS, 1996.



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

FOTOGRAFIA 02. DISCURSO DE DORCELINA NA CAMPANHA ELEITORAL PARA A PREFEITURA (MUNDO NOVO/MS, 1996).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

FOTOGRAFIA 03. PASSEATA EM APOIO A DORCELINA NA CANDIDATURA PARA A PREFEITURA (MUNDO NOVO/ MS, 1996).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

FOTOGRAFIA 04. LULA E DORCELINA (MUNDO NOVO/MS, 1998).



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.

FOTOGRAFIA 05. LULA E JÉSSICA FOLADOR (MUNDO NOVO/MS, 2004)



Fonte: Acervo pessoal da família Folador.